

**TÂNIA LUIZA BONASSA**

***ESTRADA DO COLONO***  
**AÇÕES E PRÁTICAS DISCURSIVAS NA RELAÇÃO DO HOMEM COM A**  
**NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr. Dimas Floriani

**CURITIBA**

**2004**

*Aos meus pais e aos meus avós  
paternos (in memoriam), “pioneiros” do  
oeste do Paraná.*

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desse trabalho foi motivada, em princípio, por uma dúvida radical e que se tornou mais aparente na medida em que o debate ambiental foi ampliado: porque em praticamente 30 anos havia mais soja, milho e trigo do que floresta no oeste do Paraná? A graduação em Biologia foi insuficiente para respondê-la, por isso recorri às Ciências Sociais e, posso dizer que a realização desse trabalho possibilitou que eu encontrasse, além de muitas outras dúvidas, uma das respostas possíveis.

Nessa busca recente muitas foram as pessoas que estiveram presentes, principalmente, nos dois últimos anos e meio de inquietudes vividas com relação à elaboração desse trabalho. Algumas participando mais diretamente: lendo, discutindo, sugerindo. Outras, oferecendo o conforto necessário através de silêncios, palavras, risos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Dimas Floriani por ampliar a dúvida já existente e por instaurar outras e pelo apoio na busca das respostas, nem sempre possíveis; aos professores da Banca de Qualificação, Prof. Dr. Alfio Brandenburg e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benilde Maria Lenzi Motim, que, com suas sugestões, contribuíram de forma direta com esse trabalho; ao Erivan Cassiano Karvat que, entre um livro e outro, pacientemente, leu versões e reversões deste trabalho; ao CERU – Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná que, ao propiciar o debate e o estudo, foi um dos responsáveis pela minha “iniciação” nas Ciências Sociais, principalmente através da interlocução com os colegas, agora, amigos: Eduardo (Duda) Brito, Almir (Filó) Rodrigues e Gustavo Pinheiro; ao Diego Singh, que, cuidadoso, socorreu-me na hora precisa; ao meu irmão Geraldo pelas caronas; à família Kolling: Emídio, Sônia e Marco, pela estadia confortável quando da realização da pesquisa de campo; às colegas de trabalho: Mary Lane Hutner, Célia Luzzi, Barbara Wisniewski, Juraci Santos e Margareth (Meg) Costa, que assumiram parte de minhas atividades profissionais; ao Gabriel Rocha pela “little help” de última hora; à Fátima Paul, que colocou as vírgulas nos seus devidos lugares; e aos moradores de Serranópolis do Iguaçu pela prontidão em responder as questões, especialmente Leonir Colombo.

Enfim, sou grata a todos que, sem o saberem, participaram da busca de minha própria história. Revisitei as memórias de infância: brincadeiras na rua interrompidas pelos caminhões e as apostas que fazíamos: “Garanto que essa é a maior árvore que vai passar aqui hoje!” E o caminhão sumia na poeira vermelha e, ao final do dia, percebíamos que todos os caminhões carregavam sempre a maior árvore já vista. Fazer esse trabalho foi voltar para casa.

*“Nem menos são as madeiras do Brasil formosas que fortes, porque as há de todas as cores, brancas negras, vermelhas, amarelas, roxas, rosadas e jaspeadas, porém, tirado o pau vermelho a que chamam Brasil, e o amarelo chamado tatiaiúba, e o rosado araribá, os mais não dão tinta de cores. E contudo são estimados por sua formosura pera fazer leitos, cadeiras, escritórios e bufetes, como também se estimam outros porque estilam de si óleo odorífero e medicinal, quais são umas árvores mui grossas, altas e direitas chamadas copaíbas, que, golpeadas no tempo do estio com um machado, ou furadas com uma verruma ao pé, estilam do amego um precioso óleo, com que se curam todas as enfermidades de humor frio, e se mitigam as dores que dela procedem, e saram quaisquer chagas, principalmente de feridas frescas pôsto com o sangue, de tal modo que nem fica delas sinal algum depois que saram.”*

*Frei Vicente do Salvador, História do Brasil (1500-1627)*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE MAPAS .....</b>	<b>vii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>viii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>ix</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
01 LEVANTAMENTO DE DADOS.....	8
02 O MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.....	10
03 A ESTRADA DO COLONO .....	12
<b>CAPITULO 1 - O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E A FUNDAÇÃO DO ESPAÇO OESTE DO PARANÁ.....</b>	<b>21</b>
1.1 O CONCEITO DE ÁREA NATURAL PROTEGIDA NOS ANOS 30.....	24
1.2 FRONTEIRAS NACIONAIS, FRONTEIRAS PARANENSES .....	30
1.2.1 Rodovias e Estradas.....	34
1.3 O COLONO E A ESTRADA: PRÁTICAS DISCURSIVAS E A FUNDAÇÃO DO ESPAÇO OESTE DO PARANÁ.....	38
<b>CAPITULO 2 - ESTRADA DO COLONO, PRÁTICAS DISCURSIVAS E AÇÕES: FORMAS DE APROPRIAÇÃO DA NATUREZA .....</b>	<b>55</b>
2.1 A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NAS AÇÕES AMBIENTAIS... ..	62
2.1.1 A conservação e o “direito ao progresso” .....	66
2.1.2 “Quem conhece ama” ou as razões ambientais .....	73
2.2 A NATUREZA COMO MOTIVADORA DE PRÁTICAS SOCIAIS DISCURSIVAS... ..	85
<b>CAPITULO 3 - ESTRADA DO COLONO E SUSTENTABILIDADE.. ..</b>	<b>93</b>
3.1 CONSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO .....	99
3.2 QUAL SUSTENTABILIDADE? .....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>125</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AIPOPEC – Associação de Integração Comunitária pró-Estrada do Colono

DER – PR – Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná

EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAP – Movimento Amigos do Parque

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONG – Organização Não Governamental

PR – Paraná

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

## LISTA DE MAPAS E ANEXOS

<b>MAPA 1</b> – LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU .....	2
<b>MAPA 2</b> – ESTRADA DO COLONO E RODOVIAS DO OESTE E SUDOESTE DO PR .....	3
<b>MAPA 3</b> – ZONEAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU .....	11
<b>MAPA 4</b> – ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU .....	23
<b>MAPA 5</b> – PLANO RODOVIÁRIO DO PR (1951) .....	35
<b>ANEXO 1</b> – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO .....	125
<b>ANEXO 2</b> – RESPOSTA DO SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DO PARQUE AO PROJETO ENCAMINHADO .....	127



## RESUMO

O fechamento da Estrada do Colono – em 1986, por uma determinação legal – no Parque Nacional do Iguaçu, inicia um conflito socioambiental entre IBAMA – *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis*, comunidade e ONGs ambientais. O objetivo desse trabalho é analisar como os atores envolvidos fazem-se presentes nas e através de práticas discursivas e de ações sociais acerca de apropriações e reapropriações da natureza, tendo-se em vista a inclusão do ator social comunidade na elaboração de políticas ambientais de gestão em áreas protegidas. O conflito comporta uma trajetória, na qual os atores, ao utilizarem-se de ações e práticas discursivas, impõem racionalidades através das ações que, em certa medida, encontram sua legitimidade nos discursos. Ações e discursos constituem um campo de disputa caracterizado pelo confronto: de um lado, IBAMA e ONGs *externas* favoráveis ao fechamento da Estrada do Colono por razões ambientais, e de outro, comunidades e ONGs *internas* contrários ao fechamento da Estrada do Colono e, portanto, favoráveis à reabertura por razões históricas, econômicas e, também, ambientais. As razões históricas tornam a Estrada do Colono uma estratégia para reatualizar o discurso fundador, na medida em que os atores identificam a “luta” pela reabertura da Estrada com uma “luta” anterior, tal qual foi aquela de desbravar e colonizar a região Oeste do Paraná, a partir dos anos 40. As razões econômicas, se foram importantes no início do conflito, atualmente encontram-se incorporadas na questão ambiental. As razões ambientais servem a um confronto mais explícito dos atores, pois todos eles têm um objetivo comum: conservar o Parque Nacional do Iguaçu. Por outro lado, essas razões também são entendidas como uma confluência dos atores, uma vez que a trajetória do conflito comporta mudanças dos envolvidos, embora essas mudanças apresentem possibilidades para a instituição de um processo de interação e uma busca da sustentabilidade, e possuam, também, limitações. O que mostra a complexidade tanto da inserção das comunidades nas políticas locais de gestão, quanto da implementação da sustentabilidade, possível através de discursos, mas não de ações.

Palavras-chave: conflito socioambiental, Estrada do Colono, práticas discursivas e ações sociais, Parque Nacional do Iguaçu, políticas ambientais, sustentabilidade

## ABSTRACT

The closure of Estrada do Colono (Rural Worker's Road) – in 1986, by legal decision – at the Iguaçu National Park, started a socio-environmental conflict between IBAMA - *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* (Brazilian Institute of Environment and Renewable Resources), local community and environmental NGOs. The objective of this work is to analyse the way that the actors involved make themselves present in and through discursive practices and social actions around the appropriations and re-appropriations of nature, having in view the inclusion of community as a social actor in the elaboration of environmental policies of administration in protected areas. The conflict holds a trajectory, in which the actors, when using actions and discursive practices, impose rationalities through actions that, in some ways, find their legitimacy in discourses. Actions and discourses constitute a field of conflict characterized by confrontation: on one side, IBAMA and *external* NGOs in favour of the closure of Estrada do Colono by environmental reasons, on the other, communities and *internal* NGOs against the closure of Estrada do Colono and, therefore, favour of the reopening by historical, economical, and, also, environmental reasons. The historical reasons transform Estrada do Colono in a strategy to retake the founding discourse, as the actor identify the “struggle” for the reopening of the Road as an ancient “struggle”, as the one that was to occupy and colonise the west region of Paraná since the 40's. The economical reasons, if somehow important in the beginning of the conflict, nowadays are integrated in the environmental issue. The environmental reasons are attached to a more explicit confrontation of the actors, as all of them have a common goal: to preserve the Iguaçu National Park. On the other hand, these reasons are also understood as a confluence of the actors, since the trajectory of the conflict holds a change of actors, although the changes present possibilities for the institution of a process of interaction and a search for sustainability, and contain limitations, also. This shows the complexity of the insertion of the communities in the local policies of administration, as well as the implantation of sustainability, possible through the discourse, but not through actions.

Keywords: socio-environmental conflict, Estrada do Colono, discursive practices and social actions, Iguaçu National Park, environmental policies, sustainability

## APRESENTAÇÃO

O tema desse trabalho é o conflito socioambiental estabelecido entre o IBAMA – *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis*, ONGs – Organizações não governamentais ambientalistas<sup>1</sup> e comunidade, a partir do fechamento (1986) da *Estrada do Colono*<sup>2</sup>, situada no Parque Nacional do Iguaçu<sup>3</sup>. Partindo-se do conflito instituído, procura-se investigá-lo do ponto de vista dos atores e, para tal, explicita-se como os atores fazem-se presentes nas e através de práticas discursivas e de ações sociais, significando e ressignificando a natureza.

Trata-se, especificamente, da construção da trajetória do conflito a partir de um contexto histórico-social no qual os atores sociais, ao obedecerem determinadas lógicas de ação coletiva, apropriam-se e reapropriam-se de discursos que legitimam essas ações, criando e recriando valores com relação à natureza. Essa trajetória, portanto, comporta mudanças dos atores com relação à questão socioambiental. As mudanças, porém, apresentam mais limites do que possibilidades na busca de um projeto comum de sustentabilidade ou de formas diferenciadas de apropriar-se da natureza.

O Parque, situado entre as regiões oeste e sudoeste do Paraná (MAPA 1), é uma Unidade de Conservação de uso indireto, o que condiciona seu ecossistema a ser mantido livre de alterações causadas por interferência humana. A Estrada, por “atravessar” o Parque (MAPA 2) – numa extensão de 17,6<sup>4</sup> km – foi fechada através de uma liminar que condenou a então agência responsável pelo manejo, o *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal* (IBDF), a mantê-la interditada e a adotar medidas para a restauração do ambiente. O fechamento da Estrada *situa* o conflito socioambiental, ou seja, *marca*, neste trabalho, o início da trajetória da Estrada como objeto de disputas. A análise dessa trajetória servirá como referencial para uma

---

<sup>1</sup> Para garantir clareza à leitura, as ONGs ambientalistas que são favoráveis a reabertura da Estrada serão denominadas *internas* e as ONGs ambientalistas favoráveis ao fechamento serão denominadas *externas*.

<sup>2</sup> Neste trabalho o termo Estrada também se refere à Estrada do Colono.

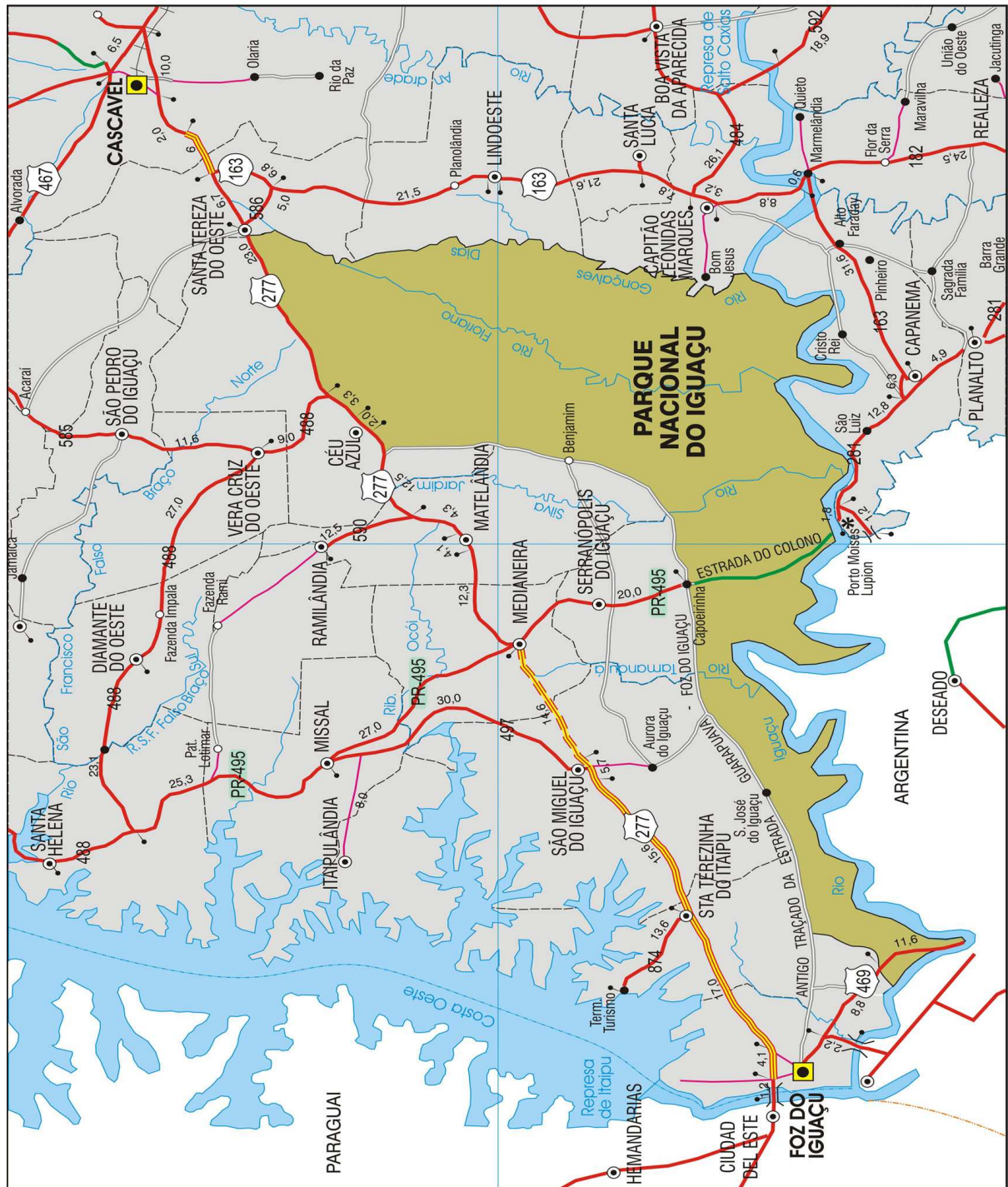
<sup>3</sup> Neste trabalho o termo Parque também se refere ao Parque Nacional do Iguaçu.

<sup>4</sup> Optou-se, aqui, por essa medida, porém a extensão da Estrada aparece de formas diversas. Por exemplo, o IBAMA indica ora 18km (1981, 2000), ora 17,6km (1999 – Anexo 26); para os entrevistados, possui 17km; os jornais locais indicam 17,6km, já para o DER-PR (2003), possui 16,6km.

**MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU**

FONTE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Plano Nacional de Viação, 2003.  
NOTA: modificado

**MAPA 2 - ESTRADA DO COLONO E RODOVIAS DO OESTE E SUDOESTE DO PR**



FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Departamento de Estradas de Rodagem. Mapa Rodoviário, 2003.  
 NOTA: Modificado

reflexão acerca de dinâmicas sociais em Unidades de Conservação, das políticas a partir da legislação ambiental e da sustentabilidade.

As práticas discursivas e as ações que “mobilizam” o conflito traduzem *sentidos* na apropriação da natureza: para o IBAMA e ONGs *externas*, a Estrada deve permanecer fechada, com a finalidade de conservação da diversidade biológica; já para as comunidades e ONGs *internas*, “a Estrada deve estar aberta com o fim de preservar a cultura, a história, a economia local e também a diversidade biológica.” Percebe-se que à medida que a Estrada *divide* a floresta, *divide* também os atores sociais em lados distintos. Cria-se, então, o que a teoria sociológica denomina de “campo de disputas”, entendido como espaço/lugar de posições “opostas” dos atores sociais. Portanto, é o confronto dos argumentos, favoráveis e contrários à reabertura, que norteia a discussão.

Esta divisão no campo é marcada de profunda rigidez, a qual se traduz em obstáculos para o diálogo. De um lado, tem-se, segundo seus enunciantes: “podemos dialogar, desde que não se fale na abertura da Estrada”, e de outro: “só dialogamos se houver negociação quanto à abertura da Estrada do Colono.” Aparentemente, tudo foi *dito e feito*. A questão é saber como se chegou até aqui. Que prática discursiva revela-se no que está dito? E, no que está feito: como as ações coletivas estruturam-se?

Cabe ressaltar que as políticas públicas ambientais no Brasil incorporam, cada vez mais, novos atores sociais. Este fato pode ser observado na elaboração do Plano de Manejo<sup>5</sup>, o qual prevê a realização de um seminário (*Oficina de Planejamento*) com a participação de ONGs, instituições de pesquisa, lideranças locais da região e outros que estejam envolvidos direta ou indiretamente com a Unidade de Conservação.<sup>6</sup>

Porém, no que diz respeito à participação dos moradores do entorno, a situação é complexa por dois motivos. Primeiro: são lançados a uma situação de atores, “em sua maioria sem uma prévia experiência de participação política.” (FERREIRA, 2001, p.117); segundo: enquanto as ONGs acompanham todo o

---

<sup>5</sup> Documento técnico que define as normas de uso de uma Unidade de Conservação.

<sup>6</sup> O documento *Roteiro técnico para a elaboração e revisão de planos de manejo em áreas protegidas de uso indireto* (IBAMA, 1994 *apud* BRITO, 2000, p.79) indica a participação aqui referida.

processo da elaboração do Plano de Manejo, direta ou indiretamente, os moradores são chamados a participar somente em momentos esporádicos como, por exemplo, na *Oficina* – etapa realizada quando o Plano está praticamente “pronto” do ponto de vista técnico – revelando um processo de cooperação assimétrico, o que contribui para aprofundar o conflito.

As razões que legitimam a Estrada como “direito histórico”, reivindicado pela comunidade é o tema do Capítulo 1. Na busca da compreensão do problema apontado, defende-se, neste trabalho, que o conflito socioambiental insere-se no contexto das políticas de domínio das fronteiras brasileiras e paranaenses a oeste. Por um lado, as políticas públicas ambientais, que emergiram a partir da criação de uma legislação específica sobre o uso dos recursos naturais, são responsáveis pela criação do Parque; por outro, o processo de colonização planejada reordenou a região oeste do Paraná a partir dos anos 40.

O processo de ocupação merece atenção, uma vez que institui o *espaço Oeste do Paraná*, planejado e orientado com interferência direta de políticas governamentais e realizado por empresas particulares de colonização. SCHNEIDER (2001) argumenta que este processo de reordenamento criou uma representação fundadora a partir das narrativas dos três atores envolvidos: empresas colonizadoras, governo estadual e governo federal, instituindo, dessa forma, um *discurso fundador* da região Oeste do Paraná.

Nas enunciações em torno do conflito socioambiental, observa-se o discurso fundador revisitado, o qual denomina-se *primeira formação discursiva*. Este discurso é ressignificado na medida em que a comunidade identifica a “luta” pela reabertura da Estrada, conforme os entrevistados, com uma *luta anterior*, tal foi aquela de desbravar e colonizar uma região.

A análise do discurso tem base em FOUCAULT (1987) ao afirmar que é preciso ficar no plano das coisas efetivamente *ditas* e não procurar sentidos “na palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos [e de] reestabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma”, ou buscar um outro discurso na “conversa semi-silenciosa”. Trata-se de analisar os ditos; de determinar as condições de sua existência; de fixar seus limites; de estabelecer correlações com outros enunciados.

(p.31)

O Capítulo 2 tem seu tema centrado no argumento de que tanto discursos quanto ações são *ditos e feitos* com a finalidade de conservar a natureza, a diversidade biológica enfim. Tratar os atores em oposição possibilita observar no que eles diferem e no que se assemelham, garantindo que suas posições no campo fiquem bem definidas.

O conceito de campo como lugar de lutas tem base em BOURDIEU (2001), visto que os atores sociais estabelecem uma relação de forças a partir das posições sociais ocupadas. Neste campo, conforme afirma este autor, os atores comportam-se em função de um *habitus*, o qual fornece as regras para a ação do sujeito, de forma a reproduzir as estruturas sociais. O *habitus*, porém, além de estar num sistema de coerções sociais, permite ao ator social modificar seu comportamento e modificar as estruturas sociais.

As racionalidades manifestadas pelos atores no campo de disputas, que se revelam no conflito, são as que tomam a conservação da natureza como um fim. De um lado, o IBAMA e as ONGs *externas* entendem que, para conservar a natureza, é preciso que a Estrada do Colono esteja fechada, e salientam que o Parque é um patrimônio de todos; de outro, a comunidade e as ONGs *internas*, afirmam que a efetiva conservação da natureza será contemplada se a Estrada estiver aberta e se forem priorizadas as questões regionais. Nesta apropriação da natureza, têm-se racionalidades instrumentais e racionalidades com relação a valores, em interação.

Nas racionalidades envolvidas na defesa pró-abertura da Estrada, as razões econômicas sustentadas pela comunidade tornam-se importantes, pois permitem compreender esse ator em suas próprias transformações a partir de suas ações. Os fins econômicos da Estrada, alegados pela comunidade, são relacionados ao contexto maior do fim ambiental, uma vez que, na trajetória do conflito, observou-se a comunidade incorporando, tanto a partir de ações quanto dos discursos, o aspecto ambiental com mais ênfase. O presidente da *Associação de Integração Comunitária pró-Estrada do Colono* – AIPOPEC, por exemplo, afirma que o fator econômico deixou de ser importante, embora, para os moradores, esse fator tenha sido considerado tão importante quanto as razões históricas e ambientais pela reabertura.



Diante disso tem-se, de um lado, a proposta da AIPOPEC, *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu*<sup>7</sup>, por exemplo, que fornece uma visão da Unidade de Conservação como *capital natural* (LEFF, 2001a, LEFF *et al*, 2002). Dessa forma, apresenta uma natureza “coisificada, desnaturalizada de sua complexidade ecológica e convertida em matéria prima de um processo econômico...” (LEFF *et al*, 2002, p.480). De outro, o IBAMA que, além de trazer uma visão de desenvolvimento sustentado sob a lógica do capital, atribui pouca relevância ao sujeito do entorno no que se refere às formas diversas e complexas de apropriação da natureza. Em outras palavras, a participação da comunidade na gestão de seus ambientes submete-se a uma determinação tecnocrática (ACSELRAD, 2001), de uma natureza normatizada, que tem sua afirmação no Plano de Manejo.

Observou-se, porém, na trajetória do conflito que se, de um lado, temos posições rigidamente marcadas, de outro, o conflito permitiu que a questão ambiental adquirisse um caráter importante na região, ou seja, a Estrada, na medida em que é apropriada e reapropriada de formas diversas e complexas, facilitou a introdução da questão ambiental no cotidiano, principalmente dos moradores.

A partir da “demarcação” dos atores sociais no campo, encaminha-se uma discussão acerca dos limites e das possibilidades de um desenvolvimento sustentável e da conservação da biodiversidade através de um processo de interação entre os atores sociais envolvidos. Por um lado, o IBAMA e as ONGs *externas* não podem negar que a comunidade, de fato, *existe*, pois instituiu-se através de discursos e ações e que, dessa forma, mantém uma relação direta com a conservação do Parque. Por outro, a comunidade, que, ao indicar outras possibilidades de gerir o Parque, o trouxe para o seu cotidiano.

No Capítulo 3, portanto, pretende-se aproximar os atores através da análise de possibilidades e de limites para a instituição de um processo de interação visando a gestão participativa do Parque Nacional do Iguaçu. Esse Capítulo tem caráter conclusivo, uma vez que, direta ou indiretamente, retoma os capítulos anteriores na tentativa de indicar a confluência dos atores sociais envolvidos, tomando-se as ações e discursos como referência.

---

<sup>7</sup> Nesse trabalho também denominada de *Integração Regional*.

## 01 LEVANTAMENTO DE DADOS

Para realização da pesquisa de campo, escolheu-se o município de Serranópolis do Iguaçu. Este local permitiu uma observação mais direta sobre o conflito, uma vez que o início da Estrada – na localidade de Capoeirinha – situava-se neste município. (MAPA 2)

As fontes de informação utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa de campo seguem a classificação de LUNA (1996): observação direta (registro de uma dada situação/fenômeno enquanto ela acontece); observação indireta (uso de indícios ou pistas como informações das quais se deduzem outras informações), relato verbal direto (através de questões semi-estruturadas – ANEXO 1) e indireto e documentos (anúários, censos, legislação, etc.)

Os materiais impressos, como jornais e revistas sobre o conflito, também têm importância, na medida em que se buscou analisar o discurso da imprensa. E a avaliação de material histórico, como livros, apostilas e cadernos, publicados por órgãos municipais da região oeste, mostram dados pertinentes sobre a ocupação daquela região na ótica dos próprios colonizadores.

Na definição da amostragem das entrevistas, a pesquisa qualitativa é de extrema relevância, por isso a escolha dos entrevistados levou em consideração a prática social do sujeito. Sujeito este que, segundo BOURDIEU (2001), produz representações que refletem diretamente sua posição ou ideologias ligadas ao lugar que ocupa.

Houve três momentos distintos da pesquisa de campo. O primeiro momento – ocorrido em janeiro de 2000 – é o que poderia chamar de pré-reconhecimento. Conheceu-se o município geograficamente e conversou-se informalmente com os funcionários do *Movimento Amigos do Parque* (MAP), os quais atuavam junto ao pedágio da Estrada, na localidade de Capoeirinha. Vale lembrar que neste período a Estrada estava em pleno funcionamento.

O segundo momento foi a visita de reconhecimento de campo - entre 8 e 11 de janeiro de 2002. Nesta ocasião, a Estrada já havia sido fechada por decisão judicial (junho/2001). Realizou-se observação direta, fato que permitiu entender a distribuição dos núcleos urbanos e da zona rural do município. Conversou-se

informalmente com alguns moradores comerciantes e com funcionários do MAP, responsáveis pelo pedágio.

No terceiro momento – entre 1<sup>o</sup> de julho e 6 de agosto de 2003 – houve a seleção dos informantes para as entrevistas, levando-se em conta os indivíduos sociais com vinculação direta ao problema. Realizou-se um total de 43 entrevistas<sup>8</sup>:

- Moradores: comerciantes, agricultores, funcionários da Prefeitura Municipal (Prefeito, Secretária da Educação, Secretária da Agricultura e Meio Ambiente e Técnico da EMATER, bibliotecária), profissionais liberais, professores do ensino fundamental e médio, vereador, estudantes, ex-funcionários e pessoas ligadas ao MAP;
- Presidente e membros da *Associação de Integração Comunitária pró-Estrada do Colono* (AIPOPEC);
- Deputado Federal representante da região;
- Técnico do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) da Regional de Foz do Iguaçu

Havia, inicialmente, a intenção de realizar entrevistas junto aos técnicos do IBAMA, uma vez que este é um ator social importante no conflito, o órgão, porém, através de seu *Setor de Conservação e Manejo*, não as autorizou. A avaliação do projeto, segundo o documento do IBAMA, levou em conta os seguintes aspectos: prioridades de pesquisa para o *Parque*, adequação da proposta frente ao Plano de Manejo, relevância científica, descrição metodológica, qualificação do proponente, exeqüibilidade da proposta, capacidade de contrapartida do parque. (ANEXO 2)

As análises do discurso desta instituição foram realizadas através dos Planos de Manejo (1981 e 1999/2000), do Plano de Ação Emergencial de 1994 e de conversas informais com alguns técnicos daquela instituição.

Realizaram-se, também, entrevistas com ONGs externas: o CEDEA – *Centro de Estudos, de Defesa e Educação Ambiental* e com a *Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação*.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Conforme explicado, deu-se relevância à pesquisa qualitativa. Inicialmente a intenção era realizar em torno de 60 entrevistas com moradores, mas conforme observado, as respostas demonstravam um padrão de igualdade, daí optou-se pela realização de 40 entrevistas. Destas, somente 20% foram gravadas.

<sup>9</sup> O CEDEA, criado em 1988, além de atuar na defesa e recuperação do ambiente e defender a preservação do patrimônio genético, mantém “relações com grupos e organizações

## 02 O MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

O município de Serranópolis do Iguaçu foi criado a partir da fusão de dois distritos pertencentes a Medianeira<sup>10</sup> – Flor da Serra e Jardimópolis – pela Lei n.º 11.218 de 13 de dezembro de 1995, sendo instalado em 01 de janeiro de 1997. Possui uma área de 477 km<sup>2</sup> <sup>11</sup>, sendo que, desse total, 287,63 km<sup>2</sup> são terras abrangidas pelo *Parque*, ou seja, 60,30%. (IBAMA, 1999)

É um município de pequeno porte e conta com uma população de 4735 habitantes, assim distribuída: 1928 habitantes na zona urbana e 2807 habitantes na zona rural. (IBGE, 2000). Pelo fato de proceder da junção de dois distritos, que se caracterizavam como zona rural de Medianeira, o município apresenta uma característica acentuadamente agrícola. Algumas áreas cultivadas estão às margens da avenida principal (PR-485 - MAPA 2) dos núcleos urbanos, conforme observado em campo.

Sua economia, portanto, baseia-se, além da pecuária, principalmente na agricultura da soja, do milho, da mandioca e do fumo. A estrutura fundiária é caracterizada por pequenas propriedades com área média de 10 hectares e que, atualmente, encontram-se em processo de licenciamento ambiental por estarem na *Zona de Transição*<sup>12</sup> do *Parque* (MAPA 3).

---

populares, de forma a manter constante intercâmbio científico e cultural e de experiências sociais comunitárias” e luta por mudanças estruturais na sociedade, portanto têm caráter socioambiental. A *Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação*, criada em 1996, tem a “missão de proteger, fortalecer, aprimorar e ampliar o conjunto de unidades de conservação, especialmente as de proteção integral, visando conservar a biodiversidade e outros valores destas áreas, através da mobilização, da ação política coordenada e do apoio mútuo entre organizações não governamentais. O papel da Rede é identificar os problemas, alertar a sociedade sobre a existência destes e atuar politicamente através da união de esforços rumo às suas soluções, estando seus critérios de atuação apoiados em dados técnicos e científicos.” (www.redeproc.org.br)

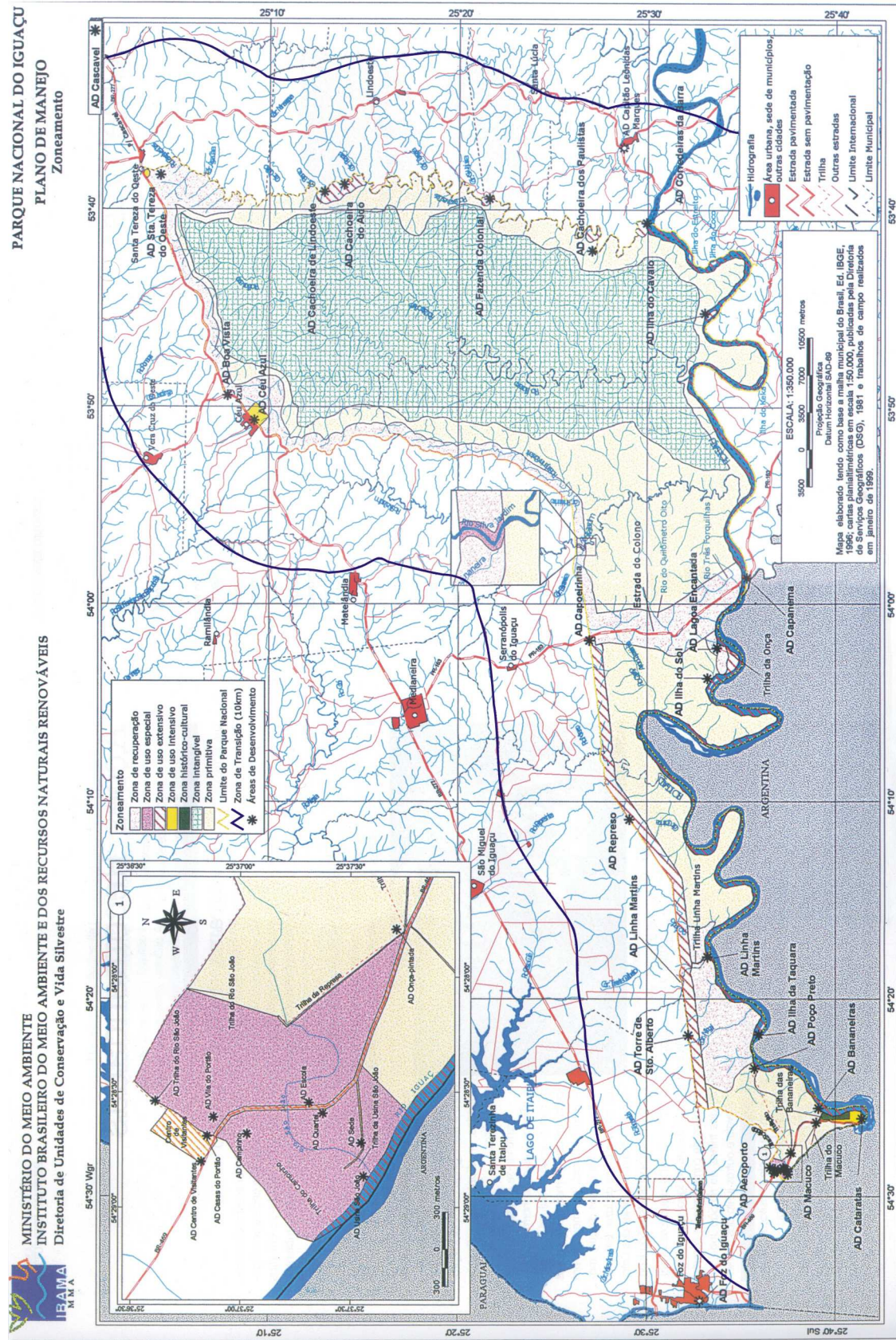
<sup>10</sup> Município criado em 1960, tendo sido desmembrado de Foz do Iguaçu.

<sup>11</sup> Segundo o IBGE (1997), a área do município é de 483 km<sup>2</sup>

<sup>12</sup> O *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* - SNUC (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000) também a denomina *zona de amortecimento*: é o entorno de uma Unidade, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, como o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. A Resolução CONAMA 013, de 6 de dezembro de 1990, resolve que o órgão responsável pela Unidade, no caso o IBAMA, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, no caso o *Instituto Ambiental do Paraná* - IAP “definirá as atividades que possam afetar a biota da Unidade”. Portanto, no entorno da Unidade, num raio de 10 km, todas as atividades deverão obrigatoriamente ser licenciadas pelo órgão ambiental competente. No caso de Serranópolis, essa área abrange praticamente todo o município.



### MAPA 3 - ZONEAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU



FONTE: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Resumo Executivo, 2000  
NOTA: modificado

O município conta com o repasse, através do Governo do Estado, de dividendos provenientes do *ICMS Ecológico*<sup>13</sup>. O programa foi implantado a partir de 1991, sendo que a lei estabelece o pagamento aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação e que sejam diretamente influenciados por ela. Serranópolis do Iguaçu, juntamente com o município de Céu Azul, recebem as duas maiores somas, visto a área dos municípios ocupada pelo Parque.

A colonização de Serranópolis do Iguaçu teve fases alternadas devido à formação diversa dos dois distritos que o compõem: Flor da Serra (ao norte) e Jardimópolis (ao sul). Segundo COLOMBO (2001), a área pertencia aos imóveis denominados Gleba Iguaçu (área colonizada pelas empresas *Industrial e Agrícola Bento Gonçalves* e *Matelândia*); Gleba Silva Jardim (área pertencente a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande<sup>14</sup> e tendo sua área ocupada por posseiros<sup>15</sup>)

### 03 A ESTRADA DO COLONO

As breves inserções contidas aqui não pretendem dar conta da ação judicial iniciada em 1986 pela Ação Civil Pública e que pede o fechamento da Estrada, mas sim indicar como os atores sociais IBAMA, ONGs e comunidade instituem-se nesse conflito socioambiental.

Tendo-se em vista o interesse nas práticas discursivas e nas ações que instituem os atores sociais envolvidos, optei por tomar a Ação Civil Pública como *origem/início* do conflito socioambiental, apesar de, anteriormente, os atores já estarem definidos<sup>16</sup>. Neste âmbito, tanto discursos quanto ações, poderão ser evidenciados com mais clareza. Cabe ressaltar que o Governo do Estado do Paraná

---

<sup>13</sup> Lei Complementar Estadual n.º 59/91. Em 2000, Serranópolis do Iguaçu recebeu R\$ 1.225.686,32 (IAP, 2001). ANDERSEN, presidente do Instituto de Ecoturismo do Paraná – IEPr, baseada em dados do IAP (2003), afirma que em 2002, cerca de R\$1.570 milhão, foi repassado ao município, o que representou quase 70% do orçamento da prefeitura.

<sup>14</sup> Subsidiária da empresa inglesa *Brazil Railway Company*.

<sup>15</sup> A ocupação gerou o conflito denominado de *Revolta de 61*. (COLOMBO, 2001)

<sup>16</sup> FUKS (2001), ao analisar conflitos ambientais sob o aspecto jurídico, afirma que estes somente alcançam “expressão judicial quando já [atingiram] um grau de maturidade suficiente para que tanto o assunto em pauta quanto a identidade do ator responsabilizado estejam bem definidos.” (p.28)

não se caracteriza como ator a ser investigado neste trabalho, devido a seu afastamento do processo judicial, ainda que tivesse presença relevante no início, tendo sido incluído como réu. Este afastamento, portanto, implicou em não se utilizar de discursos e nem tampouco de ações do Estado.

O Plano de Manejo do *Parque* de 1981, indicava a existência de uma

Estrada não asfaltada ligando os municípios de Medianeira e Capanema. Numa extensão de 18km através do Parque, no sentido norte-sul, ela possui de 10 a 15 metros de largura. Sua construção foi realizada pelo DER-PR posteriormente à criação do Parque, sem que na época tivessem sido tomadas providências a respeito, e atualmente tem apreciável trânsito de passageiros e cargas; a transposição do rio Iguaçu no Porto Moisés Lupion efetua-se por balsas. De longa data, vem se pugnando pelo fechamento dessa Estrada, sem lograr êxito. Do ponto de vista técnico, essa Estrada deve ser fechada e passar para uso exclusivo do Parque (manutenção, proteção, fiscalização e pesquisa) (p.11).

Esta constatação fez com que se apontasse a interdição da Estrada, a qual “atravessa o Parque no trecho Capoeirinha – Moisés Lupion”<sup>17</sup> (p.63) (MAPA 2), como atividade do Plano de Manejo, no *Programa de Manejo do Meio Ambiente*.

Ao mesmo tempo em que o Plano de Manejo estava sendo elaborado<sup>18</sup>, outro plano, desta vez o *Plano Rodoviário Estadual do Paraná* (1980) incluiu em suas diretrizes o asfaltamento da Estrada. O órgão responsável pelo *Parque*, o *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal* - IBDF<sup>19</sup>, tendo em vista o exposto no Plano de Manejo de 1981, emitiu parecer desfavorável ao asfaltamento, reafirmando a posição de interdição da Estrada e impedimento da obra solicitada pelo *Departamento de Estradas de Rodagem* – DER-PR, ligado à Secretaria Estadual de Transportes.

No município de Medianeira, o prefeito e os vereadores, manifestaram-se em favor da abertura da Estrada:

a ligação asfáltica de Barracão à Medianeira, passando pelo Parque Nacional do Iguaçu, não virá em prejuízo da flora e fauna, uma vez que poderão ser construídos elevados a fim de proteger a fauna ali existente e replantando em talões parcelados as melhores espécies

---

<sup>17</sup> São os pontos nas divisas do Parque: *Capoeirinha* é a localidade no município de Serranópolis do Iguaçu e Moisés Lupion é o porto situado no Rio Iguaçu, situado no município de Capanema. Este Porto foi inaugurado em 1948, pelo então Governador Moisés Lupion e havia um serviço de balsas entre as margens do Rio. (IBAMA, 1999, anexo 26)

<sup>18</sup> Elaborado em 1979 (IBAMA, 1999, anexo 26), porém a edição oficial é de 1981.

<sup>19</sup> Criado em 1967, como autarquia do Ministério da Agricultura, cuja função era “orientar, coordenar e executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País.” (BRITO, 2000, p.58)



de árvores e flores do Brasil, ficando uma paisagem super panorâmica para todo o trânsito, compensando assim uma economia de 100km para atingir Foz do Iguaçu [...] economizando combustíveis, materiais rodantes, fator tempo e retendo o tráfego pela Argentina via Foz do Iguaçu. (IBAMA, 1999, anexo 26)

No ano de 1983, o IBDF elaborou um parecer ao processo citado indicando que a obra não encontraria respaldo legal, considerando-a um “louvável esforço de imaginação”, mas que sob o ponto de vista ecológico “multiplicariam os efeitos deletérios que uma via ordinária causaria aos componentes da paisagem natural.” (IBAMA, 1999, anexo 26)

O DER, insistindo num projeto que aliasse ambos os interesses, enviou ao IBDF, em maio de 1986, a proposta da 1ª Estrada Parque Regional:

...o projeto atende a sinuosidade da Estrada existente [implantando] de ambos os lados uma cerca alambrada com tela galvanizada [...] com 2m de altura útil. O projeto prevê, ainda, um moderador de velocidade de veículos com a construção de sonorizadores e lombadas em pontos convenientes distanciados a cada 3 km. Para a preservação da fauna, deverá ser implantada nos cursos d'água [...] uma passagem para animais, sob obras de arte especiais, construídas de placas de concreto armado de 10m de vão com altura de 2m, formando corredores de ligação entre ambos os lados do parque [...] com o propósito de impedir a saída dos animais para o corpo da Estrada, ou seja, garantir a permutação de ambiente dos seres silvestres. (IBAMA, 1999, anexo 26)

A entidade ambientalista *Associação de Defesa e Educação Ambiental* (ADEA)<sup>20</sup> manifestou-se contrária à abertura da Estrada: “A Ação Civil Pública proposta em 3 de setembro de 1986 contra o IBDF pedia o fechamento imediato da Estrada tendo como base o Plano de Manejo de 1981: do ponto de vista técnico é inadmissível (*sic*) que a referida Estrada continue aberta ao tráfego [...] e o IBDF continue omitindo-se em realizar a interdição da referida Estrada, permitindo a continuação da ofensa já mencionada, que deve cessar imediatamente.” (IBAMA, 1999, anexo 26). O presidente da ADEA, José Bigarella complementava: “a ADEA pretende [...] igualmente desmascarar os inimigos do parque e condená-los perante a opinião pública nacional e internacional.”<sup>21</sup>

Como consequência, no dia 10 de setembro do citado ano, o juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba concedeu liminar determinando o fechamento, que se efetivou em 12 de setembro, por agentes da Polícia Federal, auxiliados pelas Polícias Rodoviária Federal e Florestal.

---

<sup>20</sup> Com sede em Curitiba e presidida naquela ocasião por João José Bigarella



Diante deste ato, a comunidade mobilizou-se em favor da “liberação imediata da Estrada do Colono.” O então prefeito de Medianeira, Adolpho Mariano da Costa, a pedido da Assembléia Extraordinária da Câmara de Vereadores, decretou *Estado de Emergência*. O prefeito afirmou, segundo a imprensa local, que “não há monstro ou prodígio que possa tripudiar sobre o povo”, pedindo calma à população, sem deixar entender, com essa posição, que todos a partir de agora vão ficar de braços cruzados [e] preconiza que ‘um dia o asfalto há de passar pelo parque.’”<sup>22</sup> O município suspendeu as aulas, “as rádios tocaram músicas fúnebres e as pessoas [usavam] uma tarja preta em sinal de luto.”<sup>23</sup>

O município de Medianeira recorreu da decisão, utilizando-se de uma possível legitimidade histórica, indicando que a Estrada havia sido aberta pela Coluna Prestes em 1923. Logo após, os municípios de Capanema e Planalto pediram reconsideração da liminar que resultara no fechamento da Estrada, indicando sua existência desde 1926 e reclamando um “direito adquirido”.

Neste mesmo ano (1986)<sup>24</sup>, o Estado do Paraná e os municípios da região oeste e sudoeste foram admitidos nos autos judiciais como réus litisconsortes na Ação Civil Pública, ou seja, juntamente com o IBDF, foram responsabilizados pela situação. Este fato levou os municípios envolvidos a organizarem a *Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono* – AIPOPEC, afim de representá-los judicialmente.

Em 1987, os municípios entraram com recurso requerendo a elaboração de prova pericial, para demonstrar que o asfaltamento da Estrada não traria prejuízos à fauna e flora, tendo em vista o projeto da Estrada Parque Regional. A justiça concedeu o pedido e, em outubro de 1988, instalou-se a perícia, sendo o Estado do Paraná indicado como responsável para prover os honorários periciais. O juiz determinou, em 31 de outubro, que o prazo para que o Estado depositasse os valores seria 15 de novembro. Alguns dias antes do prazo, o procurador do Estado, amparado em lei, alegou que pagaria somente ao final do relatório da perícia. O juiz afirmou que, se o pagamento não fosse efetuado antecipadamente, a perícia não se

---

<sup>21</sup> Jornal *Gazeta do Povo*, 18 abr. 1986.

<sup>22</sup> Jornal da região não identificado, possivelmente de setembro de 1986.

<sup>23</sup> Jornal *Gazeta do Povo*, 16 set. 1986.

viabilizaria. O Estado, então, não realizou o pagamento, afastando-se do processo, oficialmente, em 1994. Nesse mesmo ano, o IBAMA editou o *Plano de Ação Emergencial*, indicando a área ocupada pela Estrada como *Zona de Uso Especial*, tal como no Plano de Manejo de 1981, e a Estrada cortando a *Zona Intangível*.<sup>25</sup> (MAPA 3)

A AIPOPEC apresentou, em maio de 1997, uma proposta com o objetivo de integrar o *Parque* à região: *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu*<sup>26</sup>. Na proposta, o *Parque* era concebido como “a face morta dos municípios” que lhe fazem divisa (p.2) e, por encontrar-se “alienado de sua geografia” (p.2), a AIPOPEC propunha uma revitalização ampla, de forma a integrar o *Parque* às necessidades da região, nos aspectos econômicos (ecoturismo, desenvolvimento agro-silvo-pastoril, desenvolvimento agro-industrial, adequação da malha viária), culturais (turismo cultural), políticos (“parcerias inter-institucionais”), ambientais (centros de pesquisa, educação e restauração ambiental, conservação de solos, destino adequado de resíduos, corredores de biodiversidade). Porém, segundo a AIPOPEC, o que tornaria todas as propostas viáveis seria a Estrada aberta, “dentro de uma visão moderna do desenvolvimento sustentado”, onde a Estrada tornar-se-ia um “benefício efetivo para o Parque Nacional e para toda a região” (p.78), uma vez que todos os impactos ambientais seriam devidamente controlados e, conseqüentemente, minimizados; permitindo assim que a Unidade de Conservação fosse valorizada. (p.80)

Nessa mesma época, a AIPOPEC pediu formalmente a suspensão da liminar que ordenou o fechamento e apoiou a primeira invasão da Estrada, no dia 8 de maio (1997), organizada pela comunidade. O jornal da região, *O Paraná*, assim noticiou o fato: “Cerca de 1000 pessoas, de idosos a crianças, ocuparam a Estrada e armados de foices reabriram o trecho de 17,6km que corta o *Parque* e que foi usado durante décadas pelos colonizadores.” A reabertura iniciou-se simultaneamente em Serranópolis do Iguaçu e Capanema e foi marcada pelo corte da vegetação que

<sup>24</sup> Este é o ano (26 de novembro) em que é concedido pela UNESCO, ao conjunto dos Parques Nacionais (Iguaçu e *Iguazú* - Argentina), o título de *Patrimônio Natural da Humanidade*

<sup>25</sup> Atualmente *Zona Primitiva*. O SNUC concebe o zoneamento como a “definição de setores ou zonas em uma Unidade com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

<sup>26</sup> Documento elaborado pelo Engenheiro Florestal Arnaldo Carlos Muller, em abril de 1997.

tomava conta do leito da Estrada, e foi realizada pelos moradores das comunidades. As Polícias Federal e Florestal acompanharam à distância a movimentação.

Esta manifestação, que vinha sendo organizada havia 2 meses, através de cerca de 20 reuniões, contou com o apoio de deputados e prefeitos dos municípios envolvidos. Os *invasores* alegaram que a decisão de invadir estava amparada legalmente em uma “brecha encontrada na sentença expedida em 10 de setembro de 1986 [...] Na sentença, o parecer proíbe o tráfego de veículos pela Estrada, mas não diz nada sobre as pessoas transitarem a pé pelo trecho.”<sup>27</sup>

No dia 13 de maio, uma grande manifestação popular foi promovida com a ajuda de uma rádio comunitária. Os colonos realizaram um ato simbólico através de um “abraço ecológico” na Estrada <sup>28</sup>, unindo os manifestantes de Capanema e de Serranópolis. O jornal *Mensageiro*, de Medianeira, afirmou que: “cerca de 30 mil pessoas em 13/05 participaram da maior mobilização popular pró-abertura da Estrada. A população carregava flores brancas na mão e o “abraço ecológico”, no meio do Caminho do Colono, ocorreu de forma organizada, em fila, as pessoas entraram no Caminho formando uma grande corrente humana [e] nenhum tipo de dano foi causado à natureza.”

No dia 27 de maio, o presidente do Tribunal Federal concedeu uma liminar permitindo o uso da Estrada. Segundo moradores, a decisão respondia aos anseios da população. De acordo com a AIPOPEC, o tráfego manteve-se até o dia 19 de junho, quando a Estrada foi novamente fechada. O IBAMA<sup>29</sup> propôs aos *invasores* que, se eles retirassem seus acampamentos, em 90 dias faria uma revisão no Plano de Manejo contemplando o uso da Estrada.

Apesar do prazo prorrogado, o IBAMA não “cumpru com o prometido” à população, segundo moradores. Ao invés disso, produziu um estudo reforçando as razões do fechamento, elaborado pelo engenheiro Sérgio Brant ROCHA (1997), através da sua *Diretoria de Ecossistemas* – DIREC. O estudo *Estrada do Colono e o Parque Nacional do Iguaçu*, o qual é parte integrante do Plano de Manejo (1999) do

---

<sup>27</sup> O *Paraná*, p.14, 09 maio 1997.

<sup>28</sup> Durante essa ocupação a Estrada é “batizada carinhosamente de Caminho do Colono”, devido às condições de manejo aplicadas. (DALLO, 1999, p.121; jornal *Mensageiro*, 15 maio 1997, AIPOPEC)

<sup>29</sup> A responsabilidade pelo Parque é até 1989 do IBDF, a partir dessa data é criado o IBAMA por meio da Lei no. 7735. Este órgão passa, então, a figurar nos autos judiciais.

*Parque no Relatório sobre a Estrada do Colono*<sup>30</sup> (Anexo 26), deu conta dos aspectos históricos, geográficos e ambientais da região e apontou os impactos de Estradas no ambiente – mais especificamente a Estrada – concluindo com informações sobre o processo judicial.

A AIPOPEC, em resposta ao documento de Brant ROCHA (1997), organizou os *Comentários ao Relatório Brant do IBAMA*<sup>31</sup>, nos quais apontou, passo a passo, o que ela denomina de “falhas e sofismas do Relatório Brant” (p.5). Os *Comentários* concluem que o relatório em nada contribuiu para o diálogo, e indagava, “Quando teria se extinguido a necessidade dessa colaboração mútua?” (p.14)

Diante da não revisão do Plano de Manejo pelo IBAMA, “estava criado”, segundo a AIPOPEC “o cenário para uma nova mobilização popular”, que ocorreu em janeiro de 1998, coordenada pelo *Movimento Amigos do Parque* – MAP. Desta vez, porém, a AIPOPEC, negou qualquer participação naquela que se caracterizou como a *segunda invasão*. A Estrada ficou aberta, apesar de o Ministério Público do Paraná acionar o IBAMA para retirar a população.

Entre novembro e dezembro de 1998, o IBAMA realizou a *Oficina de Planejamento*, no município de Toledo, com participação de representantes das comunidades, além de ONGs ambientalistas, em acordo às políticas ambientais que previam/prevêem a participação das comunidades na elaboração do planejamento de manejo das Unidades de Conservação.

Em novembro de 2000, a Estrada foi legalmente aberta, atendendo a uma decisão do Supremo Tribunal Federal que permitia o uso da Estrada a partir do dia 14 de novembro, enquanto se aguardava um novo julgamento. Esta decisão era provisória e não anulava o despacho judicial de julho de 1997, do Superior Tribunal de Justiça, que determinou o fechamento.

Em 2001, o Exército, juntamente com o *Comando de Operações Táticas* (COT) da Polícia Federal, da Polícia Florestal e IBAMA, fecharam a Estrada. Conforme a imprensa local, o fato causou “indignação e revolta” na população da região, pois foi utilizado um “grande aparato contra uma população ordeira e pacífica”. A Revista *Fatos*, de Cascavel, indicou que o dia 13 de junho deveria figurar

---

<sup>30</sup> Compondo este anexo estão também partes da proposta *Integração Regional*.

<sup>31</sup> Sob coordenação do mesmo organizador da *Integração Regional*.

no calendário como uma data de luto da região, e completava: “Uma megaoperação foi armada para enfrentar meia dúzia de colonos indignados e desarmados. Muitos apanharam sem clemência, como se bandidos fossem.” A imprensa local também noticiou que policiais e o chefe do Parque foram agredidos a pedrada pelos manifestantes, sendo estes reprimidos com bombas de efeito moral. Esse fato marcou um momento importante da luta pela reabertura, segundo moradores.

Com o apoio de líderes políticos, no dia 4 de outubro de 2003, a comunidade invadiu novamente a Estrada (terceira invasão), em Serranópolis. A juíza Federal acatou o pedido de reintegração de posse ao IBAMA e, dias após, a população invasora retirou-se temendo um novo confronto com a Polícia. Para garantir o controle da Estrada, a Polícia Federal e o Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia Militar ocuparam o local.

Atualmente o processo tramita na justiça. Nesse período várias pessoas foram indiciadas pelas partes envolvidas: prefeitos da região, presidente da AIPOPEC, presidente do MAP, ex-chefe do *Parque*, dentre outros.

De acordo com o exposto, a presença das ONGs *externas*, com exceção da ADEA, parece ser indireta, porém isto não corresponde à realidade. Desde o início do processo, as ONGs *externas* têm sido aliadas do IBAMA em ações e discursos para o fechamento da Estrada. Podemos citar algumas ONGs e algumas ações realizadas: Fórum pró-Conservação da Natureza do Paraná, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação; Centro de Estudos, de Defesa e Educação Ambiental (CEDEA), Redeverde de Informações Ambientais, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), Greenpeace e *The Conservation Organization* ou WWF (*World Wildlife Found*), dentre outras<sup>32</sup>. As ações consistiam, basicamente, de encaminhamento de *Moções* ao presidente da República, solicitando o fechamento; abaixo-assinados, via *Internet*, no objetivo de enviar cartas ao Presidente da República, dizendo “não à Estrada do Colono” em campanhas como “Escreva ao presidente e ajude a salvar o

---

<sup>32</sup> Obviamente que essas ONGs são diferentes em suas formas de atuação, porém no que diz respeito à Estrada do Colono, pode-se inseri-las como “aliadas” ao IBAMA. No caso da ONG entrevistada, o CEDEA – que também foi solicitada pelo IBAMA para contribuir com as discussões em torno da Estrada – por possuir um caráter socioambiental, analisa o conflito de uma forma mais ampla, o que não permite colocá-la, em todos os momentos, como “junto” ao IBAMA. Quando for esse o caso, haverá indicação.

Parque Nacional do Iguaçu”; pedidos de cumprimento das liminares que determinaram o fechamento, tanto ao Ministério do Meio Ambiente quanto à Polícia Federal.

Na tentativa de superação do impasse, surgiram várias propostas como, por exemplo:

- a construção da primeira Estrada *Parque Regional*, sugerida pelo DER-PR, já comentada aqui;
- a “criação de um túnel superior com arcos em concreto armado e recoberto de terra para que a flora local se recomponha acima do túnel”, conforme sugeriu CALDEIRA (2001);
- a proposta contida na *Integração Regional*, previa: controle dos acessos à Estrada; manutenção do seu trajeto original; criação de dispositivos de prevenção de qualquer dano à fauna e a integração da Estrada de forma harmoniosa à paisagem;
- e, mais atualmente, o ambientalista Célio Claret propôs um “eco-viaduto” sobre a Estrada, com o objetivo de “preservar o traçado original da Estrada, que é mais antiga que o *Parque*, sem sequer tocar no meio-ambiente”. Segundo Claret, “A obra ficaria na altura copadas (*sic*) das árvores, com duas pistas, num total de 6,6 metros de largura. ‘No meio de percurso, a idéia é construir uma passarela suspensa, com um mirante, posicionado mais ou menos 20 metros acima da altura das árvores. O local poderá servir para visitação, contando ainda com uma trilha suspensa de mais ou menos seis quil metros de extensão’”<sup>33</sup> Esse projeto foi incorporado a um pr -relatório elaborado pela *Comissão Externa da Câmara dos Deputados* - acompanhada por uma *Comissão Especial da Assembléia Legislativa-PR*; do qual o deputado federal Assis Miguel do Couto (PT-PR)   relator. O pr -relatório é resultado de um projeto, o qual tem como objetivo averiguar a situação do entorno do Parque Nacional do Iguaçu e, além da proposta do eco-viaduto, prevê também uma série de políticas de revitalização para o entorno.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Jornal *Gazeta do Paraná*, Cascavel, 8 jan. 2004

<sup>34</sup> Jornal *Gazeta do Povo*, 19 jun. 2004

## CAPITULO 1

### O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E A FUNDAÇÃO DO ESPAÇO OESTE DO PARANÁ

As políticas de ocupação do território a oeste do Paraná primaram pelas terras férteis da região, o que teve, como consequência, uma transformação ambiental profunda. Em aproximadamente 30 anos, a cobertura florestal original, a qual pertencia ao *Domínio da Mata Atlântica*<sup>35</sup>, deu lugar a campos de agricultura. Se, conforme afirmam DEAN (1997) e PÁDUA (2002), o processo de ocupação do território brasileiro relaciona-se diretamente com a história da devastação da Mata Atlântica, este estudo pode inserir-se neste contexto, uma vez que aqui discorrerei sobre o processo de ocupação ordenado<sup>36</sup> ocorrido no Oeste do Paraná.

A Mata Atlântica, que já ocupou cerca de 1.360.000 de km<sup>2</sup> do território nacional<sup>37</sup>, estendendo-se do Nordeste brasileiro até o Rio Grande do Sul, atualmente está reduzida a menos de 8% da extensão original, disposta ao longo da costa e no interior das regiões sudeste e sul, dos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e no interior dos Estados da região Nordeste (MMA, 2002, p.223). Por apresentar um alto índice de endemismo<sup>38</sup> e de diversidade biológica, e tendo-se em vista que 70% da população concentra-se onde originalmente era *Domínio da Mata Atlântica*, seus remanescentes são considerados áreas prioritárias para

---

<sup>35</sup> Consideram-se *Mata Atlântica* as formações florestais e os ecossistemas associados inseridos no *Domínio Mata Atlântica*, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetações do Brasil, do IBGE 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; manguezais; restingas; campos de altitude; brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste." (MMA, 2002)

<sup>36</sup> O uso dessa expressão corresponde ao conjunto de políticas que visaram ocupar a região no sentido de figurar um território nacional/paranense iniciado já no século XIX, mas, principalmente refere-se ao processo planejado e efetivado pelas companhias colonizadoras particulares a partir dos anos 40. TOMAZI (1997) ao analisar o discurso "Norte do Paraná", entende que a "ocupação das terras pela lógica do capital" é um processo de *(re)ocupação*, assim como SCHNEIDER (2001). Embora o oeste do Paraná já tenha sido ocupado antes por *Guarani* e pelo sistema de *obrages* – que veremos adiante, este fato não tem relevância aqui, pois não tenho a preocupação de um trabalho historiográfico, ainda que os use como referência – prefiro manter os termos ocupação ordenada ou simplesmente ocupação.

<sup>37</sup> O que correspondia a 15% distribuídos por 17 estados.

<sup>38</sup> *Endêmico* é restrito a uma região geográfica particular e não encontrado em nenhum outro do mundo.

conservação, no Brasil. Para a *Conservation International*<sup>39</sup> a Mata Atlântica figura entre os 24 *hotspots* mundiais<sup>40</sup>. (MMA, 2002)

No Paraná, cuja área é de 19.947.518 hectares, o *Domínio da Mata Atlântica* originalmente abrangia 97,35% de seu território e hoje está reduzido à 8,83% de remanescentes florestais. O Parque Nacional do Iguaçu, com área de 185.262,5ha e 400 km de perímetro, representa um remanescente importante, sobressaindo-se como uma ilha em meio a campos de agricultura, principalmente a cultura de soja.

O Parque situa-se entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, tendo sua *Área de Influência* envolvendo 14 municípios<sup>41</sup>, sendo que, destes, apenas 5 têm terras abrangidas pelo Parque<sup>42</sup> (MAPA 4). Por representar uma reserva considerável de Mata Atlântica – conforme citado – o Parque é classificado como de *extrema importância biológica*<sup>43</sup> no estudo *Biodiversidade Brasileira*, do Ministério do Meio Ambiente (2002).

A criação do Parque, através do Decreto n.º 1035 de 10 de janeiro de 1939, pode ser atribuída a dois fatores: 1º) ao “início” de uma regulamentação ambiental no Brasil, e, 2º) sobretudo, devido às estratégias políticas dos governos (Federal e Estadual) a fim de dominar as fronteiras do Brasil/Estado do Paraná. Estes fatores não podem ser vistos isoladamente, uma vez que tiveram base em questões políticas e econômicas, conforme veremos. Tratá-los-ei, porém, em separado, respeitando o recorte histórico no que diz respeito à legislação “ambiental” emergente e às políticas de ocupação de territórios do Período Vargas, mais

---

<sup>39</sup> A *Conservation International* é uma ONG com sede nos Estados Unidos e fundada em 1987. Sua missão “é preservar a biodiversidade global e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza.” (www.conservation.org)

<sup>40</sup> *Hotspot*: conceito criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers, para indicar “toda área prioritária para conservação, isto é, de rica biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada *hotspot* uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original. Atualmente são 25 áreas e no Brasil, além da Mata Atlântica, o cerrado também figura na lista. (www.conservation.org)

<sup>41</sup> A *Área de Influência* tem como critério os municípios com bacias que drenam para o Parque na sua delimitação. Os municípios que compõem a *Área de Influência* são: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul – que têm partes de suas áreas abrangidas pelo Parque); os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques e Capanema – que têm divisas comuns com o Parque e os municípios de Medianeira, Ramiândia, Vera Cruz do Oeste e Santa Lúcia – que têm somente águas drenadas para o Parque. (IBAMA, 2000)

<sup>42</sup> Serranópolis do Iguaçu possui 60,30% do município pertencente ao Parque.

<sup>43</sup> A Classificação vai de *insuficientemente conhecida mas de provável importância biológica*; *alta importância biológica*, *muito alta importância biológica* a *extrema importância biológica*.





especificamente na década de 30 e a influência desse período nos anos 40 e 50, quando ocorreu a ocupação ordenada da região Oeste do Paraná.

O contexto histórico da criação e implementação das políticas desse período, tanto as que dizem respeito às áreas protegidas quanto as relativas à expansão das fronteiras, permite-nos encontrar um “lugar” para as razões históricas – utilizadas como argumento pela comunidade e ONGs *internas* na campanha pró-abertura da Estrada do Colono – na medida em que as relações entre o Parque e a comunidade vão se constituindo a partir do espaço geográfico “construído” pela ocupação ordenada.

## 1.1 O CONCEITO DE ÁREA NATURAL PROTEGIDA NOS ANOS 30

Atualmente os Parques Nacionais<sup>44</sup> constituem-se em áreas de grande relevância sob os aspectos ecológico, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo. O *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, caracteriza um parque nacional como uma *Unidade de Proteção Integral*, sendo admitido apenas o “uso indireto”, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. São vedadas, portanto, as modificações ambientais e a interferência humana direta, excetuado-se as medidas de recuperação de seus sistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar a diversidade biológica e os processos naturais, conforme estabelecido no plano de manejo. Em outras palavras, significa dizer que a intervenção humana é altamente restrita.

---

<sup>44</sup> Atualmente o Brasil possui 53 Parques Nacionais ([www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)), sendo que a implementação de áreas protegidas pode ser definida em 4 etapas segundo Quintão (1983) *apud* BRITO (2000): *a primeira etapa* (1937-1939) – os atributos estéticos e paisagísticos foram os principais motivadores na criação dessas áreas; *segunda etapa* – a ocupação dos solos no interior do Brasil e a pressão sobre os ecossistemas, principalmente dos cerrados e pantanal, estimula a criação de doze parques entre 1959 e 1961, sendo que de 1961 a 1970 nenhuma área protegida foi criada, uma vez que o governo esteve envolvido com grandes projetos de desenvolvimento; *a terceira etapa* (1971-1974) – criou-se o primeiro Parque Nacional na Amazônia, sendo esse um dos fatores que instituiu o debate sobre o destino da Amazônia e *quarta etapa* – iniciada em 1979 até os dias atuais (BRITO, 2000, p.89). Nesse período foram criados 34 Parques Nacionais, o maior número até então.

Ainda hoje referência, a noção *parques sem gente* estimulou a criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o Yellowstone, em 1872 nos Estados Unidos. O Manifesto de Yellowstone reforça essa idéia, declarando-o como “Reservado e separado da colonização, ocupação ou venda sob as leis dos Estados Unidos e dedicado e apartado para parque público ou terrenos de recreio para o benefício e desfrute do povo; e toda pessoa que se estabeleça ou ocupe este parque [...] será considerado infrator e portanto será desalojado do lugar.”<sup>45</sup>

A criação de Yellowstone é considerada um marco fundamental da estratégia de estabelecimento de áreas naturais protegidas, e é entendido como uma vitória dos preservacionistas (McCORMICK, 1992; DIEGUES, 1996)<sup>46</sup>. Para estes, “ilhas” de proteção ambiental deveriam ser criadas e mantidas sob proteção do homem. A natureza só seria preservada efetivamente se estivesse livre da intervenção humana. Portanto, através dessas “ilhas”, seria possível manter a natureza selvagem, uma vez que, para os preservacionistas, havia uma dissociação entre homem e natureza. Ou seja, deveria ser mantida como foi criada originalmente pela ação divina.

Essas idéias estavam presentes na primeira *Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural*, realizada em Londres, em 1933, na qual o conceito de Parque Nacional foi ampliado: deveriam ser áreas com controle público, tendo como objetivo a propagação, proteção e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa e de objetos de interesse estético, geológico, pré-histórico, arqueológico, para o desfrute e benefício do público, sendo proibida a caça, o abate ou captura da fauna e a destruição e coleta da flora, exceto sob condições determinadas pelas autoridades responsáveis.

Estas concepções, por sua vez, inspiraram o “início” de uma regulamentação ambiental no Brasil, uma vez que, nessa mesma época (1933 e 1934), o Governo Vargas decretou uma série de leis que regiam o uso dos recursos naturais, as quais

---

<sup>45</sup> U.S. Department of the Interior, 1933 *apud* MELO; SAITO, 2000; DIEGUES, 1996.

<sup>46</sup> Segundo esses autores, nos Estados Unidos, no século XIX, duas visões de conservação do “mundo natural” foram sintetizadas: as de John Muir (preservacionista) – que acreditava que o homem não teria direito sobre os demais seres vivos, ou seja, a natureza prescindia da ação humana e as de Gifford Pinchot (conservacionista) – que acreditava que a conservação deveria basear-se em 3 princípios: uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.

regulamentaram expedições científicas, caça e pesca, o uso da água (Código das Águas) e das florestas (Código Florestal). E são considerados por DRUMMOND (1998/1999) os marcos fundadores da legislação brasileira ambiental. A Constituição Federal, promulgada em 1934, pode ser incluída neste contexto, visto que instituiu a responsabilidade dos governos (Federal e Estadual) pela proteção de “belezas naturais e monumentos de valor histórico ou artístico.” (DEAN, 1997, p.270). Pode-se observar, portanto, a concordância dessas políticas com a *Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural*.<sup>47</sup>

Para DRUMMOND (1998/1999), ocorreu nesse período uma “explosão” de leis conservacionistas, que não correspondeu a um movimento conservacionista em um sentido mais moderno, já que estes regulamentos tinham como fim a exploração econômica e “dependeu mais da iniciativa, da colocação profissional adequada e da capacidade de articulação política de um punhado de cientistas e técnicos, sensibilizados com a causa da conservação de florestas” (p.132). Estas considerações vão de encontro ao que afirma DEAN (1997), ao apontar que “à medida que a experiência se acumulava no exterior e as organizações conservacionistas nos países avançados buscavam articulações internacionais, tais como o Congresso Internacional de Florestas, de 1913, em Paris, os cientistas e burocratas brasileiros sentiam-se impelidos a participar, apesar da embaraçosa falta de realizações brasileiras pertinentes”. (p.272)

Ou seja, tanto cientistas que ocupavam cargos oficiais importantes, quanto organizações<sup>48</sup> envolvidas com a causa conservacionista, foram responsáveis pela institucionalização da legislação ambiental emergente desse período, reafirmando a importância do controle do Estado nos bens públicos naturais.

Nesse sentido, DEAN (1997) destaca o caso exemplar do botânico Frederico Hoehne. Fundador da *Sociedade de Amigos da Flora Brasileira* e diretor do Instituto

---

<sup>47</sup> Na Convenção Pan-americana, realizada em 1940, em Washington, os países sul-americanos se comprometeram a instalar áreas naturais protegidas e unificou-se o conceito e os objetivos de Parques Nacionais: “áreas que deveriam ser estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público que poderia usufruir de paisagens naturais colocadas sob superintendência oficial.” (BRITO, 2000, p. 24). Portanto, nessa Convenção o conceito de Parque Nacional é reiterado.

<sup>48</sup> Como, por exemplo, a *Sociedade de Amigos de Alberto Torres*, os *Clubes de Amigos da Natureza*, a *Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro* e a *Sociedade de Amigos das Árvores*, dentre outras.

Butantã de São Paulo, Hoehne alcançou atenção pública e pode ser considerado o primeiro no Brasil a indicar, em consequência de uma excursão no sul do Brasil, a necessidade de reservas genéticas, a partir de um relato “deprimente de dilapidação” das florestas.

Hoehne pedia a ornamentação das vilas do interior com árvores nativas, lamentando a então usada “xenofilia” a partir de países industrializados e suas experiências com reflorestamento que, apesar da tentativa, não conseguiam reestabelecer as condições das florestas naturais. E afirmava, ainda, que “ao homem assiste o direito de dispor das árvores, como de tudo que a natureza lhe oferece, como melhor entender, mas, com isto, não podemos outorgar direitos a particulares em prejuízo certo da coletividade.” (p.274)

Outro cientista, Alberto José de Sampaio, diretor do Museu Nacional, fundador da *Sociedade Amigos das Árvores*, criada em 1931, convocou, em 1934, a primeira *Conferência Brasileira sobre Proteção da Natureza*, visando a preservação da floresta primária remanescente. A *Conferência* reuniu delegados de diversos estados, cientistas e funcionários do governo, em sua maioria, e teve como objetivo pressionar o governo no cumprimento das medidas conservacionistas e criar um sistema de Parques Nacionais. (DEAN, 1997, p.275-6).

O mesmo Sampaio, já em 1926, havia apresentado um relatório sobre as florestas brasileiras, em Roma, indicando 30 plantas raras e ameaçadas. O objetivo era levar o governo a criar um corpo de guardas florestais e financiar o Serviço Florestal. Ele depositava sua crença na eficácia do poder do Estado, e esta eficácia, por sua vez, dependia de “tecnologia, educação e força”. (DEAN, 1997, p.273)

A primeira referência legal a parques nacionais, estaduais e municipais foi a lei que regia o uso da floresta, o Código Florestal<sup>49</sup> de 1934, que em seu artigo 1º relacionava as florestas ao interesse comum de todos os brasileiros. Os parques eram concebidos como monumentos públicos naturais, ou seja, possuidores de características especiais em sua flora e, portanto, merecedores de preservação pelo seu valor estético e, também, científico. Com base legal neste artigo, foram criados os primeiros parques nacionais. (DRUMMOND, 1998/1999, p.133)

---

<sup>49</sup> Decreto 23.793 de 23 de janeiro.

Outro ponto do Código, favorável à proteção dos recursos naturais, foi a *definição* das áreas protegidas, através de uma classificação abrangente sobre o uso das florestas. Isso teve como consequência efeitos preservacionistas a longo prazo (DRUMMOND, 1998/1999, p.133). A regulamentação classificava as florestas como *protetora*: a que conserva águas, solos, dunas, saúde pública, belezas naturais e espécies raras; *remanescente*: localizada em parques nacionais, estaduais e municipais; *modelo*: floresta plantada ou replantada para fins comerciais, e *produtiva*: sujeita à exploração comercial.<sup>50</sup>

O Código também teve efeito positivo no que dizia respeito a uma organização de parques nacionais e estaduais. Ele determinou a criação de uma guarda Florestal e criou o Conselho Federal Florestal. Porém, na prática, a regulamentação revelou-se deficiente, em virtude da exigência de uma imensa burocracia, aliada ao número insuficiente de policiais<sup>51</sup>. DEAN (1997) cita, por exemplo, que a cláusula na qual os proprietários estavam obrigados a “notificar a derrubada ao Serviço Florestal, com trinta dias de antecedência, fracassava diante da incapacidade da burocracia de responder no prazo de trinta dias”. (p.277)

Mas havia, também, aspectos negativos no Código, que deram abertura para uma degradação legalizada das áreas florestais. Segundo BRITO (2000), o artigo 19º “causou males aos recursos florestais brasileiros” onde pode-se ler: “Visando o maior rendimento econômico é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas, executando trabalho de derrubada a um só tempo ou sucessivamente, de toda a vegetação a substituir, desde que assinem, antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente, termo de obrigação de reposição de tratos culturais” (p.55). Nesse caso, DEAN (1997) dá o exemplo do proprietário que agia conforme a lei ao cortar a mata nativa e permitir que crescesse capoeira em seu lugar.

---

<sup>50</sup> O *Código Florestal* vigente (Lei 4771 de 15 de setembro de 1965) divide em basicamente dois tipos as áreas de preservação: o das que não permite a exploração dos recursos naturais e o das que permite. Instituiu as *Áreas de Preservação Permanente* e as *Áreas de Reserva Legal* (CABRAL; SOUZA, 2002). O artigo 14 do Código, define a *reserva legal* como uma área que corresponde a 20% da propriedade com floresta nativa.

<sup>51</sup> Atualmente a “deficiência de controle e vigilância” é um dos problemas apontados no manejo de Parques Nacionais da América do Sul. (BRITO, 2000, p.72)

O interesse estético e a proteção de belezas naturais<sup>52</sup> certamente motivaram a criação do Parque Nacional do Iguaçu, pela presença dos Saltos de Santa Maria (Cataratas do Iguaçu). A região já havia sido indicada como possibilidade de abrigar um parque nacional anteriormente aos anos 30. O engenheiro André Rebouças, inspirado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone sugere, em 1876, a criação dos Parques Nacionais de Sete Quedas, Ilha do Bananal (BRITO, 2000, p.54) e do Iguaçu (DEAN, 1997, p.271). Em 1916, Santos Dumont, em visita às Cataratas, teria afirmado: “Esta maravilha não pode continuar a pertencer a um particular; eu vou a Curitiba falar como o Presidente para providenciar imediatamente a expropriação das Cataratas” (IBDF, 1981, p.9). Assim ele teria manifestado seu desejo de transformar aquela região numa propriedade pública.<sup>53</sup> E teria interferido junto ao governo paranaense (WACHOVICZ, 1982, p.37). Em julho de 1916, uma área de 1008 hectares à margem direita do Rio Iguaçu, junto aos Saltos de Santa Maria, é declarada de utilidade pública com o objetivo de ali instalar um futuro parque e um povoado. Assim dá-se o *pré-nascimento*<sup>54</sup> do *Parque*.

Ainda que DEAN (1997) aponte que o fator de a Argentina ter estabelecido um parque nacional naquela região<sup>55</sup> teria estimulado o governo brasileiro a criar o *Parque*, acredito que o fato de a *Panamerican Airways* (Panair), em 1938, ter obtido uma concessão de vôos comerciais regulares, com pouso semanal em Foz do Iguaçu através da rota Rio-Assunção-Buenos Aires (MENDONÇA, 2000), já indicava o imenso potencial turístico daquela região.

---

<sup>52</sup> Esses fatores seriam os pressupostos iniciais que estimularam a existência de áreas protegidas e sua possibilidade de usufruto por toda a população, porém outros objetivos vão sendo incorporados a esse, como é o caso da conservação da diversidade biológica.

<sup>53</sup> As terras pertenciam ao argentino D. Jesus Val. (IBDF, 1981).

<sup>54</sup> O uso deste termo justifica-se pelo fato de o decreto oficial de criação do Parque ser de 1939, conforme citado.

<sup>55</sup> Na Argentina, o Parque Nacional do *Iguazú*, situado no extremo noroeste, possui uma área de 67.620 hectares, sendo que aproximadamente 55.000 hectares são destinados ao parque e os 12.000 hectares restantes correspondem a uma reserva natural. A área foi adquirida de particulares pelo Estado Argentino em 1928 e a partir da Lei n.º 12.103 de 1934 aquela área passou a ser Parque Nacional (FIGUEIREDO; RODRIGUES, 1997).

## 1.2 FRONTEIRAS NACIONAIS, FRONTEIRAS PARANENSES

O principal motivo para o estabelecimento do Parque Nacional do Iguaçu relaciona-se ao domínio de fronteiras. Inúmeras estratégias foram efetivadas na região, com a finalidade de assegurar a soberania nacional – através de políticas do Governo Federal e constituir um território paranaense – por meio de medidas adotadas pelo governo do Estado. Embora essas ações muitas vezes entrassem em conflito<sup>56</sup>, o que interessa aqui é perceber como essas políticas consolidam as fronteiras e como a ocupação do Oeste do Paraná<sup>57</sup> a partir dos anos 40, pode ser inserida neste contexto.

A política de dominar as fronteiras é anterior à Revolução de 30<sup>58</sup>, mas é nesse período que se torna mais efetiva. A preocupação, em âmbito federal, em colonizar e assegurar regiões próximas às fronteiras brasileiras encontrou no movimento *Marcha para o Oeste*<sup>59</sup> sua maior expressão, uma vez que dificuldades foram criadas à manutenção de explorações estrangeiras instaladas na região de fronteira do oeste do Paraná, as quais visavam a extração da madeira e do mate, como veremos adiante. A *Marcha* representou o mito bandeirante revisitado, pois acentuava a necessidade de “renovar o gosto pelo sertão, [...] abrir caminhos, expandir fronteiras” (WACHOVICZ, 1982, p.144).

A Comissão enviada pelo Governo Federal a Foz do Iguaçu, nos anos 30, sob ordens do interventor Gal. Mario Tourinho afirmou que na região “estava em jogo a própria unidade nacional”. Na época, as línguas correntes eram o espanhol e o guarani, sendo que a navegação do Rio Paraná, a madeira e o mate eram explorados pelos argentinos. Este relato impulsionou uma medida efetiva do Governo Federal: a criação de um território. Em 1943, instituiu-se o Território Federal do Iguaçu cuja abrangência eram porções de terras do oeste paranaense e

---

<sup>56</sup> Ver WACHOVICZ (1982)

<sup>57</sup> A mesorregião Oeste do Paraná (IBGE) é composta atualmente de 50 municípios e é “considerada a última fronteira de ocupação do estado.” (*Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, 2000)

<sup>58</sup> Apesar de ser motivo de controvérsias na atual historiografia do Brasil, pode-se dizer que a Revolução de 30 correspondeu a um período de renovações políticas, administrativas e econômicas.

<sup>59</sup> O *slogan* “Marcha para o Oeste” tornou-se significativo ao representar uma política de nacionalização de fronteiras.



catarinense, sendo extinto em 1946 (WACHOVICZ, 1982, p.48), quando se inicia o processo de colonização ordenado na região Oeste do PR.

A intensa extração de madeira e erva mate – que eram escoadas através do Rio Paraná para o mercado platino – baseava-se nas propriedades de exploração denominadas *obrages*<sup>60</sup>, que foram se estabelecendo ao longo do Rio Paraná pela facilidade do escoamento. Nas *obrages*, o trabalhador – denominado *mensu*<sup>61</sup> – geralmente era descendente de índios guaranis paraguaios.

A preocupação com a presença de empresas extrativistas estrangeiras já havia sido indicada pelo Ministério da Guerra (RJ), o qual funda, em 1888, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Motivada primeiramente pelas características geográficas que tornavam o local ponto estratégico, ao fazer fronteira com outros dois países (Argentina e Paraguai), a Colônia tinha também a finalidade de “alterar os costumes de predação usados no mate e na madeira”, principal atividade econômica. Em 1912, a Colônia é extinta e o Governo do Estado do Paraná passa a ser o responsável pela região. (WACHOVICZ, 1982, p.25). O Parque Nacional do Iguaçu “nasce” em 1916 – fato que significou que as terras pertencentes a particulares logo seriam incorporadas pelo Estado, portanto representava a possibilidade de dominar fronteiras.

Se até os anos 30 as concessões de terra haviam sido “feitas pelo Estado do Paraná a companhias particulares, exploradoras de mate e madeira, sem quaisquer ligações com a comunidade tradicional paranaense sem efetiva ocupação colonizadora do território concedido” (BALHANA; PINHEIRO MACHADO, WESTPHALEN, 1969. p.217), a partir daí era preciso, então, colonizar de forma planejada e ordenada.

O decreto n.º 300 (de 3 de novembro de 1930), instituído por Mário Tourinho, resultou na anulação de um grande número de concessões de terras, o

---

<sup>60</sup> WACHOVICZ (1982) assim descreve o cotidiano de uma *obrage*: “construídas as habitações iniciava-se a exploração da floresta. Saco nas costas, *machetes* na mão, saíam os peões à procura de pés de erva mate e localização de madeiras de lei. Diariamente a peonada penetrava no mato e retornava para o acampamento, já muitas vezes carregando nas costas fardos de mate” (p.46) e “as madeiras de lei eram transportadas até o Rio Paraná por alçapremas (veículo de um eixo de madeira, e nas extremidades eram colocadas duas rodas e a tração era feita por animais [...] quando algumas centenas desses toros ficavam acumulado no topo da barranca iniciava-se a formação de uma maromba (jangada ou balsa). Uma maromba podia levar até 2000 toros.” (p.136)

<sup>61</sup> Palavra de origem espanhola que significa *mensalista*. (WACHOVICZ, 1982, p.44-45)

que colaborou com a decadência das empresas de extração no Oeste do Paraná. Com isso a *Marcha* pôde ser efetivada. As políticas exigiam uma colonização organizada, daí as concessões passarem a grandes empresas colonizadoras particulares. (BALHANA; PINHEIRO; WESTPHALEN, 1969)

A decadência das *obrages* facilitou a aplicação de uma política nacionalista, e deu início a um processo de recuperação das terras, por parte dos Governos Federal e Estadual. As empresas particulares responsáveis pela colonização surgiram alinhadas às políticas de ocupação, e o (re)ordenamento da região passava a responder “aos interesses da nação”. (SCHNEIDER, 2001)

Em âmbito estadual, as políticas de ocupação objetivaram a consolidação do território paranaense. Os governos de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto (1948-1961) organizaram ações no sentido de “dirigir e controlar o processo de ocupação e de exploração territorial através de políticas públicas” (GREGORY, 2002, p. 248). Para a efetivação dessas metas, foram criados a *Fundação Paranaense de Imigração e Colonização* (1947) e o *Departamento Administrativo do Oeste* (1948) que mais tarde denominou-se *Departamento de Fronteira*, e que estava ligado diretamente ao Palácio do Governo. O principal objetivo da *Fundação* era “promover o aproveitamento das riquezas naturais e a expansão econômica do estado, por meio de colonização de suas terras devolutas ou não, em áreas a serem, oportunamente situadas e demarcadas.” (GREGORY, 2002, p.76).

A partir do ano de 1940, por meio do incentivo das políticas e da presença das colonizadoras, inicia-se o processo de colonização e formam-se os municípios do oeste paranaense. Este fato se deu basicamente pela vinda de filhos, netos e bisnetos de imigrantes – principalmente de italianos e alemães – oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul<sup>62</sup> que, com seu “*know-how* em colonização”<sup>63</sup>,

---

<sup>62</sup> Segundo ALVIN, onze milhões de imigrantes, entre italianos, espanhóis, portugueses, alemães e franceses vieram para a América Latina. Destes, 33% vieram para o Brasil, formando núcleos na região sul do país, principalmente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E DEAN (1997) afirma que a função destas colônias era a de ampliar o domínio neo-europeu para “regiões onde nenhum brasileiro sensato se arriscaria”.

<sup>63</sup> Uso este termo pois o movimento de colonização, em resumo, se repete: os imigrantes (italianos, alemães) colonizam o sul, a 2ª geração coloniza o oeste do PR, e a 3ª e/ou 4ª gerações dão início à cidades no Centro Oeste, Norte e inclusive Nordeste (Bahia). Esta última fase apresenta-se como consequências de uma política nacional de ocupação da Amazônia Brasileira e Nordeste (SÃO PAULO, 1992 *apud* BRITO, 2000).

deram início a pequenas cidades, nas décadas de 40 e 50. De acordo com as colonizadoras, havia “muita terra a ser desmatada e colonizada”, o que, para o migrante, representava a promessa de uma vida melhor, como havia acontecido com seus antepassados. Nesse processo, o *mansu* foi substituído pelo colono<sup>64</sup> e o pequeno e médio proprietário rural deslocou o *obragero*<sup>65</sup>. (WACHOVICZ, 1982, p.165)

Por meio de planos de ação<sup>66</sup>, as empresas colonizadoras particulares desempenharam um papel fundamental no contexto da ocupação e deram reordenamento geográfico à região, principalmente na década de 50. Segundo GREGORY (2002), nesse período ocorreu um processo de rápida migração, onde empreendimentos colonizadores e de exploração madeireira criaram e dinamizaram uma estrutura colonial. Dentre as empresas colonizadoras, destacam-se, por seu papel relevante: A *Colonizadora MARIPÁ* – Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná<sup>67</sup>, a *Industrial e Agrícola Bento Gonçalves* (Medianeira); a *Colonizadora Pinho & Terras* (Céu Azul); a *Colonizadora Matelândia* (Matelândia), a *Colonizadora Gaúcha* (São Miguel do Iguaçu).

Os fundadores da *Colonizadora MARIPÁ* eram vinculados diretamente a outros projetos colonizadores: Alfredo Paschoal Ruaro, juntamente com Alberto Dalcanalle, dirigentes da empresa, detinham o controle acionário da *Colonizadora Pinho & Terras*, a qual deu origem à *Industrial e Agrícola Bento Gonçalves*, dirigida

---

<sup>64</sup> Colono é “aquele que habita colônia [...] O termo ‘colônia’ designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo ‘colônia’ é também usado para designar a propriedade agrícola do colono.” SEYFERTH, G. *apud* SCHNEIDER (2001). Uma área de terra de 10 alqueires também é denominada de “colônia”. O conceito “colono” aqui significa aquele que tem uma relação de “fundação” com o espaço (social e geográfico); o que “inicia” o lugar, portanto tem um caráter simbólico fundador.

<sup>65</sup> Dono da *obrage*.

<sup>66</sup> Segundo GREGORY (2002) os planos de ação “contemplavam objetivos semelhantes. O Oeste do Paraná, a exemplo do Norte do mesmo estado, teve alguns empreendimentos colonizadores bem sucedidos e outros, também, com problemas de conflitos de terras com levantes de posseiros e colonos.” (p.94)

<sup>67</sup> A MARIPÁ de propriedade de gaúchos, estabeleceu-se no oeste do Paraná, na região denominada Fazenda Britânia na década de 40, a partir da aquisição de terras da *Companhia de Maderas Del Alto Paraná*, empresa inglesa cuja atividade principal era exploração de madeiras e erva mate. (MACCARI, 1999; SCHNEIDER, 2001). Merece destaque em virtude da influência – tanto no que diz respeito a ações quanto ao discurso – que exerceu sobre outros empreendimento colonizadores na região.

por José Callegari e Pedro Soccol, responsável pelo processo ordenado de ocupação da área pertencente ao atual município de Serranópolis.

### 1.2.1 Rodovias e Estradas

Com o povoamento de novas regiões e a expansão agrícola, fez-se necessária a elaboração de um novo Plano Rodoviário para que pudesse suprir as demandas econômica e social do Estado. O Plano Rodoviário Estadual (1951) (MAPA 5) elaborado pelo DER-PR (Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná), era apontado pelo Major Luiz Carlos Tourinho, diretor do DER-PR e seu principal mentor, como

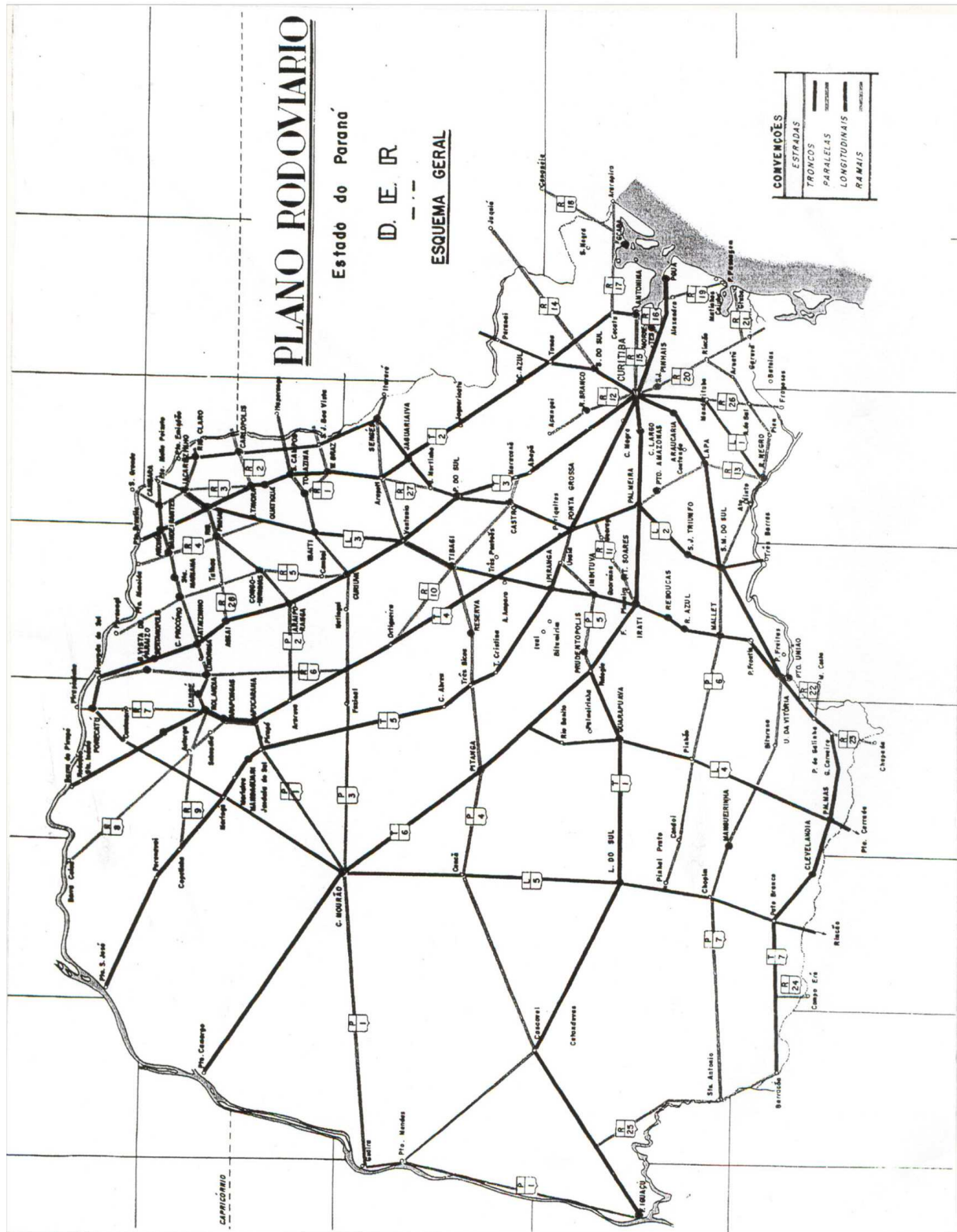
capaz de permitir transporte barato, seguro e rápido, facilitando as trocas que transferem as riquezas das mãos do produtor para as do consumidor. Pelas rodovias construídas, professor e médico marcharão para o interior, resolvendo definitivamente dois problemas de base para o nosso país: alfabetização e saúde. Nesse dia, o Estado do Paraná, graças ao trabalho de seus filhos aplicados a uma natureza realmente generosa, estará na vanguarda dos Estados da Federação, só superado pelo grande Estado bandeirante, cooperando decididamente pelo engrandecimento, enriquecimento e fortalecimento do Brasil. (Revista do DER, 1951, p.41)

O novo Plano tinha como objetivo a abrangência do território paranaense em “seus pontos mais longínquos” (SILVA, 1984, p.77) e para atingir estas metas, o plano estruturou-se a partir de *linhas*, cujas características eram: *linhas tronco (T)*: sua orientação era no sentido do litoral, destinadas ao escoamento da produção pelos portos; *linhas paralelas (P)*: facilitariam o intercâmbio com São Paulo e a penetração no território; *linhas longitudinais (L)*: propiciariam a ligação norte-sul do país, facilitando a penetração do interior e as *linhas ramais (R)*: colocadas no plano de acordo com as necessidades econômicas, políticas e administrativas de cada região, seria a parte flexível do sistema. (SILVA, 1984, p.81).

Esta flexibilidade permitia que as empresas colonizadoras pudessem, na medida em que atendessem aos seus projetos colonizadores, *adaptar* as linhas ramais. Esse foi o caso da linha ramal 25 (R-25), a Estrada *Medianeira-Capanema*, da qual a Estrada do Colono fazia parte.

O livro *Resgate da Memória de Medianeira* (1996) salienta a participação da empresa colonizadora dirigida por Pedro Soccol e José Callegari, na construção da

MAPA 5 - PLANO RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ DE 1951



FONTE: RONCAGLIO, C. Das estradas às rodovias: meio século do rodoviarismo do PR.  
DER: DEAP, 1996, p53.

Estrada: “a Industrial e Agrícola Bento Gonçalves cedeu o trator e o Sr. Benjamim Luiz Biazus<sup>68</sup>, também se incorporou nesta tarefa. Quando foi alcançado o Rio Iguaçu, viu-se a necessidade de barcas para a travessia. Foram construídas duas barcas pela carpintaria da firma...” (p.260).

Porém, segundo o documento *Parque Nacional do Iguaçu: Estrada do Colono*, editado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (1987) a origem do atual traçado da Estrada é antiga, remetendo-se à pré-colonização do Oeste:

A história conta que existia um caminho na mata, quando da criação do Parque em 1939, [sendo que] “o caminho cujo percurso se iniciou”, o Peabiru ou Caminho de São Tomé<sup>69</sup> era um dos caminhos transcontinentais mais usados pelos índios em suas migrações entre o interior e a costa; esse caminho passava nas proximidades da atual cidade de Guaíra e um de seus ramais, o ramal Santo Antonio teria passado na região do Parque Nacional do Iguaçu fazendo um ligação norte-sul ao caminho de São Tomé.(p.18)

ROCHA (1997), em seu estudo<sup>70</sup>, ao falar sobre a origem da Estrada, salienta que “embora existam citações, em peças do processo judicial sobre o uso do caminho desde a década de 20, é certo que tratava-se (*sic*) de uma picada no meio da mata densa que cobria toda a região.” Afirma que no mapa do Estado do Paraná editado pelo DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado<sup>71</sup>, de 1953, não consta a existência desta rodovia, aparecendo somente em 1957/59 com levantamentos feitos em 1955 pela Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério da Guerra. A ligação desta com Medianeira e com a BR-277 é datada de 1957 e 1959. Para o IBAMA, esta é a origem da Estrada. (IBAMA, 1999, anexo 26)

Na Revista do DER-PR (1951), porém, a Estrada apareceu pela primeira vez oficialmente como parte da R-25 (Ramal 25 da Transversal 1 (MAPA 5), atual BR-277, o qual indicava sua ligação entre Barracão (T-7), Santo Antônio (P-7) e a importante T-1 (p.39), que atravessa o Estado do Paraná de leste a oeste.

---

<sup>68</sup> Um dos dirigentes da Colonizadora Matelândia, que foi responsável pela ocupação do atual município de mesmo nome (MAPA 4), localizado na Área de Influência do Parque.

<sup>69</sup> Esses caminhos indígenas são denominados por CARDOSO; WESTPHALEN (1986) como pertencentes ao sistema de “caminhos pré-cabralinos que cortava o território paranaense em várias direções e freqüentemente palmilhado pelos índios”, aparecendo no mapa que se refere ao período de 1500 a 1520. (p.22-23)

<sup>70</sup> O estudo de ROCHA (1997), *Estrada do Colono e o Parque Nacional do Iguaçu*, já foi mencionado neste trabalho. Ver p.17.

<sup>71</sup> Atual IAP – Instituto Ambiental do Paraná

Ainda que a Estrada tivesse sido um dos acessos àquela região pelas levadas colonizadoras, seu uso parece restrito ao então município de Medianeira, ao qual pertencia o atual município de Serranópolis, uma vez que o principal acesso a região era a Estrada *Guarapuava–Foz do Iguaçu* (MAPA 2). Construída oficialmente em 1920 (*Revista A Rodovia*, 1943), a atualmente denominada Estrada *Velha de Guarapuava*, ou ainda *antiga Estrada Foz do Iguaçu-Cascavel*, pode ser assim caracterizada, segundo a AIPOPEC (*Associação de Integração Comunitária pró-Estrada do Colono*): “A Estrada primitiva que ligava Iguaçu com Guarapuava, e que justamente estabeleceu a divisa Norte do Parque, hoje se encontra desativada, salvo em pequenos percursos insignificantes. No entanto seu curso é perfeitamente identificável no campo, ainda nos trechos onde as árvores cresceram na antiga pista.” (1997, p.20)<sup>72</sup>.

Américo Netto<sup>73</sup>, ao realizar uma viagem de automóvel São Paulo-Curitiba-Foz do Iguaçu, em 1941 – tendo trafegado pela Estrada *Velha de Guarapuava* – relatou num diário de bordo o que pode ser visto como a síntese das questões daquela época a respeito da fronteira guarani, aqui descritos:

Trata-se de uma região que ainda espera povoamento apreciável, nela existindo trechos em que se percorrem dezenas e mais dezenas de quilômetros sem encontrar casa nem gente. A famosa “picada Benjamim”<sup>74</sup>, originariamente aberta pela linha de tráfego, no começo do século, corta uma floresta virgem, imponente pelos seus gigantes vegetais, mas aterrorizante pela solidão.

Em Foz do Iguaçu já não notamos o desabrilamento [...] Graças a influência nacionalizante da companhia de fronteira que o exército ali mantém, graças ao civilizador programa de obras públicas desenvolvido na região pelo governo federal, tais como a formação do Parque Reserva Florestal do Iguaçu, [...] a abertura de uma rede de Estradas locais, tudo isso combinando com uma enérgica ação educativa do governo paranaense, aquela zona já pode ser considerada, realmente, um trecho do território pátrio, que cada vez mais o elemento nacional vai conhecendo e valorizando. (*Revista A Rodovia*, 1943, p.7)

---

<sup>72</sup> Em campo, observou-se que as áreas de agricultura ‘invadiram’ o leito desta Estrada e que o IBAMA está, atualmente, fazendo o levantamento de quais trechos ainda são visíveis e trafegáveis. No DER-PR não se encontrou registro nos mapas com a identificação Estrada *Velha de Guarapuava*, pois tem caráter de Estrada municipal.

<sup>73</sup> Redator do jornal *O Estado de São Paulo*

<sup>74</sup> MAPA 2

### 1.3 O COLONO E A ESTRADA: PRÁTICAS DISCURSIVAS NA *FUNDAÇÃO DO ESPAÇO OESTE DO PARANÁ*

Para a análise dos discursos pró-abertura da Estrada – os quais, conforme veremos, remetem à história da colonização – é necessário que se faça referência aos discursos formadores do espaço em questão, através da identificação de um discurso fundador.

O conflito socioambiental insere-se no contexto de *formação do espaço Oeste do Paraná*, na medida em que os aspectos históricos e políticos desse processo de ocupação determinaram as características do elemento humano *colono*, e que este passou a se reconhecer como fundador da região.

Os atores sociais envolvidos, no caso a comunidade e as ONGs *internas*, legitimam alguns de seus discursos, assim como algumas de suas ações, na referência ao discurso fundador, reatualizando e ressignificando tal discurso. A reabertura da Estrada, conforme afirmam os moradores, faz parte da “luta” desse povo e, portanto, é um sentido que busca, na narrativa fundante, sua referência.

A análise do discurso, proposta para este trabalho, tem como base entrevistas realizadas em Serranópolis do Iguaçu e a consulta a materiais impressos na região: livros que resgatam as histórias dos pioneiros – tanto do ponto de vista dos colonizadores, quanto das empresas colonizadoras, uma vez que estas também possuem caráter “pioneiro”, além de jornais, folhetos, cartas, folders, etc. Serão analisados, também, livros de memórias produzidos em alguns municípios que mantêm relação direta com a localidade de estudo (Serranópolis do Iguaçu), por fornecerem *ditos* importantes na referência ao discurso fundador e também porque o conflito socioambiental mobiliza práticas discursivas não somente na localidade de estudo, mas *na* região oeste.

Ao discutir a formação do Brasil e a construção da identidade nacional, ORLANDI (1993) afirma que:

os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário [...] e os enunciados, aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido [...]  
São enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica.



Ainda que nem sejam exatamente os que repetimos em nosso discurso social, diferentes já do que encontramos nos documentos históricos. [...] O que vale é a versão que “ficou”. (p.12)

A autora afirma, ainda, que não são os enunciados empíricos que funcionam, mas sim as imagens enunciativas. O foco de interesse aqui, porém, é o *enunciado empírico*, ou seja, as *coisas efetivamente ditas*. Conforme FOUCAULT (1987), para se analisar o discurso é preciso ficar no campo da existência das coisas ditas, dos enunciados efetivamente ditos, para compreender o enunciado na sua singularidade: “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”, pergunta o autor. Ou seja, busca-se aqui a *presença empírica* do discurso fundador, o que não significa dizer que os enunciados empíricos não evoquem imagens enunciativas.

Nas falas dos entrevistados, materializadas nas entrevistas, jornais e demais fontes, vê-se uma *formação discursiva* que coloca os italianos e os alemães – basicamente – pioneiros do espaço Oeste do Paraná, como “verdadeiros heróis”: “construímos a fabulosa região oeste paranaense” dizem os discursos; a ocupação ordenada é considerada a “verdadeira” ocupação daquela região. Para a comunidade, a Estrada é o “princípio”; “onde tudo começou”. A esse discurso fundador denomino *primeira formação discursiva*, uma vez que se refere à *fundação do espaço Oeste do Paraná*; e esta é a “versão” que permanece e apresenta-se como um discurso *mais rígido* diante do ator social.

Há outra *formação discursiva* que legitima a abertura da Estrada. Ela surge a partir das narrativas fundadoras e pode ser entendida como *outras* ressignificações. A esses *outros* discursos denomino *segunda formação discursiva* – que será tratada no Capítulo 2 – embora seja decorrente do discurso fundador, tem interferência mais direta dos atores sociais, uma vez que está em processo de institucionalização, ou seja, apresenta-se mais fluida, mais flexível.

Conforme aponta ORLANDI (1993), o discurso fundador permite criar uma “nova tradição”, uma “outra tradição” de sentidos que “produz os outros sentidos nesse lugar” (p.13). A partir disso, forma-se um “efeito familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (p.14) e os sentidos produzidos constróem limites, desenvolvem domínios. (p.15)

As formações discursivas (*primeira e segunda*) sobrepõem-se dando “espessura” (ORLANDI, 1990) aos ditos, os quais expõem os atores sociais na medida em que revelam os interesses e novos sentidos sobre usos/apropriações da natureza. Esses ditos serão analisados a partir dos conceitos de formação e prática discursiva em FOUCAULT (1987), pois o discurso fundador aparece dito, conforme já afirmado, através de enunciados empíricos.

Para este autor a formação discursiva é “um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia.” (FOUCAULT, 1987, p.82)

A formação discursiva revela-se através de práticas que são

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. [E à medida que se identificam os enunciados] é possível definir o regime geral a que está submetido o status desses enunciados, a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si, o modo segundo o qual tornam-se objetos de apropriação, instrumentos para o desejo ou interesse, *elementos para uma estratégia*. (p.134)<sup>75</sup>

Cabe salientar que as práticas discursivas são complexas. Constituem-se, num dado momento social e histórico, como um saber que é fonte de disputas, uma vez que o discurso deixa, a partir de seus enunciados, lugares vazios em que diferentes sujeitos poderão ou terão direito de entrar para tornarem-se sua função. Suscitam desejo de posse, seja para servir a uma simbolização, seja para “demarcar” o que não pode ser dito e, sendo assim, determinam também o interdito.

Cabe salientar que para FOUCAULT (1987) a prática discursiva e seus enunciados não são meras formulações de frases. Ela é exercida através de regras e relações que o discurso estabelece. Ele não trata o discurso como um conjunto de signos – ainda que admita que são feitos de signos – mas como práticas que formam os objetos de que falam e usam *mais* do que signos para designar coisas. “É esse *mais* que o torna irreduzível à língua e ao ato da fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.” (p.56)

---

<sup>75</sup> Sem grifo no original.

Para entender como os sujeitos se apropriam dos discursos para reatualizá-los FOUCAULT (1987) aponta-o como um

objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece em transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado *circula*, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, *entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade*. (p.121)<sup>76</sup>

FOUCAULT (1987) aponta-nos, portanto, as características do objeto discurso: uma vez que não é definitivo e serve a interesses, *circula*, permitindo apropriações, ressignificações. E, à medida que os interesses modificam-se, modificam-se também as formas de apropriação.

Isto poderá ser observado com mais clareza na análise da *segunda formação discursiva* – os discursos recentes em torno da Estrada – por esta apresentar mais fluidez, visto que os interesses acerca da Estrada modificam-se e surgem *outros* conceitos que são incorporados ao discurso: conceito de conservação, de desenvolvimento sustentável, etc.

Os enunciados, porém, não podem ser vistos como passíveis de atualização em um corpo qualquer. FOUCAULT (1987) ressalta que eles apresentam-se dotados “de uma constância que permite utilizações diversas, de uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme sobre seu próprio passado. [...] o enunciado tem a particularidade de poder ser *repetido*: mas sempre em condições estritas.” (p.121)

O conflito socioambiental é essencialmente o lugar da *repetição* dos enunciados; é onde se pode ver a *circulação* dos enunciados, uma vez que o ator social comunidade utiliza-se da narrativa fundante do espaço para utilizações diversas, para ressignificá-lo.

Para a análise de discursos a partir de FOUCAULT (1987), é importante apontar os condicionantes da prática discursiva com base em seus enunciados.

Porém, para que essas características se tornem mais objetivas, convém explicitar o conceito *espaço Oeste do Paraná*, desenvolvido por SCHNEIDER (2001) no estudo *Os senhores da Terra: produção de consensos na fronteira (oeste do Paraná: 1946-1960)*<sup>77</sup>.

O autor afirma que a “(re)ocupação” da fronteira guarani representa a *constituição do espaço Oeste do Paraná*, visto que, à medida que ocorria a colonização, criou-se *uma construção e representação do espaço colonial regional*<sup>78</sup>, através da constituição de um *discurso fundador*. A colonização, dessa forma, insere-se no contexto de *formação do oeste do Paraná*.

O discurso investido *neste espaço* “funciona como referência básica, a partir de um conjunto de idéias – como, por exemplo, da colonização racional, do pioneirismo, do progresso, da civilização, do vazio demográfico, da pequena propriedade – e mensagens constitutivas de um determinado ambiente”, circunscrevendo “um território de poder a partir da enunciação dos fatores que deram a ele sua configuração atual.” (SCHNEIDER, 2001, p. 96). Neste sentido, os discursos acerca do espaço colonial, constituído pelas colonizadoras<sup>79</sup>, são entendidos como *narrativas fundadoras*.

SCHNEIDER (2001) tem como objetivo a análise dos discursos construídos a partir do programa de colonização da MARIPÁ (Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná)<sup>80</sup>, onde busca a “formulação e a presença de imagens e idéias que se

<sup>76</sup> Sem grifo no original.

<sup>77</sup> Dissertação defendida em 2001, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

<sup>78</sup> Há muitos trabalhos recentes da historiografia regional que caracterizam o espaço histórico e social “Oeste do Paraná”, dentre eles GREGORY, V. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940/70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002; MACCARI, N.S.K. *Migração e memórias: a colonização do oeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em História) UFPR, 1999. Ambos já citados neste trabalho.

<sup>79</sup> SCHNEIDER (2001) argumenta que a instituição das narrativas fundantes na *constituição espaço Oeste do Paraná* foi provocada por três agentes: colonizadoras, Governo Federal e Governo Estadual. E “O inter-relacionamento discursivo entre estas três esferas investiu, no espaço territorial do Oeste do Paraná, determinadas caracterizações e classificações que passaram a ser aceitas pela maioria, e que se tornaram referências consistentes sobre essa área. [havendo uma] articulação do espaço (a partir de investimentos de linguagem) [que] serviu como base ao jogo de poder entre os agentes diretamente envolvidos nesta luta classificatória do campo da colonização.” (p.101). Mas aqui o interesse é nas empresas colonizadoras, pois apresentam uma relação mais direta com o objetivo exposto.

<sup>80</sup> Tendo como foco a Colonizadora MARIPÁ, uma das mais importantes no processo, SCHNEIDER (2001) analisa, a partir de documentos da empresa, a construção e consolidação do

constituíram em referências consistentes sobre o Oeste Paranaense”. Em outras palavras, o referido autor “busca” na fala dos dirigentes desta colonizadora – enquanto emissores *reconhecidos*, já que responsáveis pelo re-ordenamento populacional daquela região – as “caracterizações e imagens” instituídas na formação do espaço regional (p.12). Apesar de caracterizar as imagens que funcionam no espaço regional constituído, reafirmando ORLANDI (1993) ao argumentar que são as imagens enunciativas que funcionam, o autor busca a base empírica no discurso. Este estudo, portanto, interessa na medida em que apresenta uma *construção de um espaço regional fundador* e que se torna *apropriado* para as ressignificações dadas pelo conflito sociambiental.

Para desenvolver seu argumento, o autor centra-se em dois aspectos: 1<sup>o</sup>): os discursos em torno da seleção do elemento humano para o projeto colonizador e 2<sup>o</sup>): a difusão de efeitos simbólicos sobre o espaço, a partir de dois conceitos: o vazio demográfico e a reforma agrária exemplar baseada na pequena propriedade familiar.

A análise aqui realizada centra-se no primeiro aspecto, uma vez que os discursos investidos na *escolha* do colonizador – a partir de suas características, aliadas aos projetos de colonização – mostram-se como *enunciados empíricos*, passíveis de serem entendidos ao explicitarem suas relações com os ditos recentes na “luta” pela reabertura da Estrada.

À medida que se institui “quem” deve ser “selecionado” no processo de ocupação do oeste, ou na definição de qual elemento humano que mais se adapta ao plano colonizador, desenvolve-se um discurso atrelando as características deste elemento humano às idéias de progresso e desenvolvimento.

O colonizador deveria portar características importantes: “trabalhador, honesto, experiente e de espírito empreendedor” (p.61) e os agricultores sulinos representavam o elemento humano que se adaptava ao projeto. Conforme afirma SCHNEIDER (2001), para os dirigentes da colonizadora “atrair este ‘tipo de colono’, com experiência em produzir na pequena propriedade, adaptado ao clima

---

discurso que possui duas características básicas: a de que o referido espaço havia sido habitado pelo “melhor elemento humano” e de que havia um programa exemplar de estrutura fundiária (pequena propriedade). Entende-se aqui que as colonizadoras existentes na região (*Pinho & Terras*,

temperado da região e, sobretudo, dedicado ao plantio de diversas espécies de cultura, significava a garantia do sucesso do empreendimento colonizador.” (p.58) Os migrantes sulinos, então, apresentavam-se como que “predestinados”; seriam o elemento humano *natural* para povoar aquela região; traziam a característica do *saber colonizar*.

Essa preocupação com o elemento humano pode ser constatada nos *Planos de Ação* das empresas colonizadoras. Um dos dirigentes da MARIPÁ indica:

para dedicar-se as diversas espécies de culturas, e, tendo-se em vista a fixação do homem à terra, escolheu-se o agricultor do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha, seria portanto o elemento humano *predestinado* a realizar grande parte dessa tarefa.<sup>81</sup>

Portanto, para os enunciantes, somente um homem “trabalhador”<sup>82</sup>, com “esperança de melhorar sua vida e a de seus familiares”, disposto a “embrenhar-se pelas vastas florestas em busca de uma oportunidade das riquezas naturais que a região oferecia”, onde só havia “mato e mais mato”, poderia ser o elemento humano disposto a *marchar*. Eram eles os gaúchos e os catarinenses, descendentes de imigrantes – alemães e italianos – que outrora passaram pelo mesmo processo: a colonização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Quem mais se sujeitaria a tal “empreitada”? É aqui que o conceito “*know how* em colonização” encontra seu lugar.

No espaço geográfico a ser colonizado, as empresas destacavam o “ambiente idílico no qual as riquezas naturais, aliadas à inexistência de problemas de titulação de terras, configuravam um espaço afeito à chegada de civilização”, conforme reforça SCHNEIDER (2001, p.104). O processo de colonização foi “árduo”, segundos os enunciantes, uma vez que os colonos tinham de cumprir o que lhes foi *destinado*: ocupar e trabalhar a terra; derrubar o mato, lapacho, canela, canafístula<sup>83</sup>

*Matelândia, Industrial e Agrícola Bento Gonçalves*, etc) têm sua referência básica na MARIPÁ, visto que estavam inseridas no mesmo contexto de colonização, através de seus dirigentes.

<sup>81</sup> MARIPÁ. Plano de Ação, p.04 *apud* SCHNEIDER, 2001, p. 58. Sem grifo no original.

<sup>82</sup> O *trabalho*, para os migrantes, permitiu transformar um ambiente inóspito, intocado em progresso material.

<sup>83</sup> Segundo um entrevistado, a exploração da floresta pode ser “classificada” a partir da importância econômica das madeiras, sendo que a extração era realizada em etapas: inicialmente retiravam-se as árvores de maior valor econômico como por exemplo, ipê-roxo ou lapacho (*Tabebuia heptaphylla*), marfim (pau-marfim - *Balfourodendron riedelianum*), cedro (*Cedrela fissilis*), angico (*Parapiptadenia rigida*), canjerana (*Cabralea canjerana*) e louro (louro-branco - *Bastardiopsis*

ao chão, e, repetindo a história de seus antepassados, transformar a terra em áreas cultiváveis e/ou de pecuária.

As grandes árvores nos caminhos motivaram, além de fotografias, relatos dos “heróis anônimos” bandeirantes: eram eles os desbravadores. O termo “pioneiro” aparece, segundo SCHNEIDER (2001) revestido desse significado. O pioneiro é aquele que cumpriu seu papel, ou seja, “desbravou” e fundou um território. (p.69). Segundo os enunciadores o pioneiro é aquele que “amansou o sertão ainda indomado.”

“Coragem para enfrentar a natureza inóspita” era uma característica importante. Essa preocupação pode ser identificada, também, no discurso de um dos dirigentes da *Industrial e Agrícola Bento Gonçalves*, Pedro Soccol, que no livro *Memória de Medianeira*, afirma: “Precisávamos de homens destemidos, famílias com fé, e decididas a *vencer* uma natureza inóspita, os maiores inimigos eram os mosquitos, carrapatos, as abelhas, as moscas e uma infinita coleção de outros insetos. O sol abrasador, a umidade excessiva, os outros sem números (*sic*) de bichos e, no mato, o medo latente das cascavéis, urutus ou, após uma chuva, as pegadas de onças” (p.52) <sup>84</sup>.

Além de muito trabalho, a natureza selvagem também prometia aventura. É o que nos diz o relatório da MARIPÁ: “No norte os cafezais prometiam riquezas rápidas e fáceis, no oeste a densa mata virgem, escura e húmida, inspirava medo, prometia aventura.”<sup>85</sup>

Essa é a *fundação do Oeste do Paraná*. Essa é a “versão que ficou”. Essas são as falas que fazem imagens e sentidos funcionarem. A Estrada do Colono é um elemento da estratégia de reatualização dessas narrativas fundantes, já na sua própria denominação, identificando os atores (comunidade e ONGs *internas*) com uma “história de lutas”. Os colonos, acreditam, portanto, que ela foi o *elo de*

---

*densiflora*), que normalmente eram exportadas. Depois as madeiras de “segunda classe”, como pessegueiro-bravo (*Prunus* sp.), cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), canafístula (*Peltophorum dubium*), peroba (*Aspidosperma polyneuron*), grapia (*Apuleia leiocarpa*) e canela louro. Tanto as madeiras de primeira classe quanto de segunda eram utilizadas na fabricação de assoalhos e esquadrias. E, por último exploravam canela preta, rabo de bugio (*Dalbergia frutescens*), guajuvira (*Patagonula americana*), essas utilizadas como lenha ou palanque de cerca. Segundo o IBAMA (1999) as madeiras de maior importância econômica eram o angico, a canjerana, as canelas (*Nectranda* spp e *Ocotea puberula*), o cedro, a peroba e o Pessegueiro-bravo, totalmente eliminadas.

<sup>84</sup> Sem grifo no original.

<sup>85</sup> MARIPÁ – Relatório de Atividades *apud* SCHNEIDER, 2001, p.102

*passagem* para a ocupação do oeste. Por “carregar” em seu nome a história, então, a quem é dada a possibilidade de falar da Estrada senão ao colono, aos seus descendentes e àqueles que – mesmo chegando depois da ocupação do oeste – reconhecem no colono o *herói natural* da fundação daquela região? Esses são os sujeitos do discurso, conforme salienta FOUCAULT (1987).

São quatro os fatores que condicionam a prática discursiva a partir de seus enunciados, segundo FOUCAULT (1987): domínio de objetos, sujeito do enunciado, disposição de conceitos e temas ou estratégias, fatores que serão explicitados a seguir.

Os *objetos* são dados pelas condições discursivas que determinam o *colono*, “provindas de práticas que uma época dada dispõe, permitindo que objetos sejam utilizados, transformados e que deles se apropriem determinados sujeitos.” (ARAÚJO, 2000, p.61). O *colono* constitui-se, então, uma *referência* a partir de características enunciativas: pioneiro, desbravador, herói, homem de coragem, trabalhador, etc. relacionadas pelas condições históricas e sociais, produzidas no processo de ocupação do *Oeste do Paraná*. Portanto, os enunciados apresentam-se numa rede de relações condicionadas histórica e socialmente. São as condições discursivas necessárias para que o objeto possa surgir permitindo que deles se apropriem determinados sujeitos.

Os *sujeitos* do discurso *colonizatório* são aqueles a quem é permitido apropriar-se do discurso; são propriamente os *colonos*. São eles que podem falar da colonização, da “luta”. São tanto o elemento humano selecionado no projeto de ocupação do espaço geográfico, quanto os dirigentes das empresas colonizadoras, uma vez que, através de suas ações – construir a primeira escola, a primeira igreja, abrir os caminhos que dariam acesso a região, são, antes de tudo, “pioneiros” do espaço em construção, mas também *colonos*.

Também podem ser *sujeitos* dos enunciados os seus descendentes (filhos e netos), visto que se relacionam histórica e culturalmente com o *colono*. Além dos citados, aqueles que estão inseridos no *espaço fundador* e que, apesar de não terem colonizado e nem serem descendentes dos que colonizaram, reconhecem o *colono*, apropriam-se da história do espaço fundador como se fosse a *sua*, ao conhecê-la e reconhecê-la, pelo fato de habitarem o mesmo espaço geográfico e



simbólico. Portanto, legitimam o colono como sujeito a partir dos significados instituídos a ele.

Os vazios deixados nesse discurso não podem ser tomados por um sujeito *externo* ao processo de ocupação, ou seja, por quem não *conhece*, nem *reconhece* no colono o “pioneiro”, o “herói”, o que “veio antes” e, portanto, o interdito está determinado pelo discurso. Este está interditado a quem não conhece o *colono* nas relações que o tornaram o referente. De uma maneira mais prática, no cotidiano o discurso está interditado a quem não conhece a história da região e *conhecer*, no caso do conflito socioambiental, quer dizer *solidarizar-se* com o movimento pró-abertura, *reconhecer* a legitimidade do movimento permitida pelos enunciados.

A disposição dos conceitos aparece formando uma rede complexa, uma vez que o conceito *colono* não existe isoladamente, mas em relação e associação com outros enunciados. Essa rede pode ser entendida se tomarmos a *formação dos conceitos* em FOUCAULT (1987). Os conceitos comportam dispersões, uma vez que “aparecem e circulam”; permitindo aos enunciados delinearem um *campo de presença* e um *campo de concomitância*. Nas palavras do autor, o *campo de presença* configura-se como

todos os enunciados já formulados em alguma parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados discutidos e julgados assim como os que são rejeitados ou excluídos [sendo que suas relações podem ser] da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas [...]; essas relações podem ser explícitas [discurso especializado, oficial] ou implícitas e introduzidas nos enunciados correntes.” (p.64)

O *campo de concomitância*, por sua vez, refere-se ao

domínio de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como confirmação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos, ou ainda porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas. (p.64)

Estes dois conceitos permitem apontar que o discurso *colonizatório* é constituído a partir de um “campo de coexistências” de enunciados do próprio discurso *colonizatório* e dos *outros* discursos como, por exemplo, o discurso oficial de domínio de fronteira e soberania nacional; o discurso de progresso e desenvolvimento econômico, o discurso de conquista de território; o discurso do

bandeirante; etc. que, em certa medida, determina o *esquecimento* das ocupações anteriores daquele espaço, tomando a ocupação ordenada como a verdadeira ocupação.

A materialidade do discurso, por sua vez, *aparece* nas coisas ditas, nas entrevistas e materiais impressos – jornais, livros e folhetos oficiais e não oficiais da região.

Na análise das coisas ditas pela comunidade e pelas ONGs *internas* em prol da abertura da Estrada, o discurso fundador é revisitado num aspecto fundamental: aquele que coloca o colonizador como elemento humano *natural* do processo de ocupação da região oeste e o espaço geográfico como se *naturalmente* estivesse à sua espera. Segundo os enunciantes, a Estrada *estava* lá; a floresta *esperava* para ser derrubada, a natureza selvagem *aguardava* esse homem “trabalhador”. A partir daí, ou seja, a partir dessa formação discursiva, têm-se três considerações básicas: 1ª) o colonizador é o herói, dadas as suas características de *desbravador*, de um homem essencialmente de *luta*, imbuído de um *espírito lutador*, 2ª) decorrente dessa característica, a predisposição biológica para a *luta*. Esta luta tanto é parte de seu cotidiano que se encontra no *sangue*: o colonizador *nasceu* um lutador, visto que *repete* a história de seus antepassados e 3ª) a Estrada é efetivamente a *luta*. É o *elo de passagem* para um *novo tempo/nova vida*: a busca de um futuro melhor, uma vez que a região *estava à espera* da chegada desse homem.

Esses 3 aspectos – que não serão analisados em separado, já que mantêm correlações – então, colocam o colono – o herói *natural* do processo de colonização – como fundamento para se pensar a existência daquele espaço geográfico e simbólico, já que o que vem *antes* – no caso a criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939) – não tem significado porque não se encontra aí nenhum herói, tal qual esse homem colonizador.

Se o enunciado referente ao discurso fundador é principalmente em torno da *luta* pela reabertura da Estrada e esta aparece relacionada ao *herói*, para os moradores reveste-se de uma característica fundamental: *um herói não foge à luta*. Afinal ele *nasceu* para isso. E foi o escolhido exatamente por portar estas características. É *mais* uma das *lutas* do povo do oeste.

A razão *histórico-cultural* é um dos motivos usados pela comunidade e ONGs *internas* na defesa da reabertura da Estrada, pelo fato dela estar diretamente

ligada à ocupação, é a *origem, onde tudo começou*. Os enunciados ressignificados tomam a Estrada como a *síntese da colonização*. E enunciados como: *A Estrada do Colono lembra os tempos heróicos da colonização, resgata a história dos heróis anônimos, é o sentimento e a memória da colonização; tem as lágrimas, o suor e o sacrifício desta população; leva o nome da nossa classe; é nossa; é a mãe da região; foi o elo de ligação com novas regiões; permitiu desbravar a região*<sup>86</sup>, materializados, permitem observar a dispersão do discurso fundador.

Essa relação com o discurso fundante circula na medida em que o elemento humano natural, escolhido para o processo de ocupação é, por essência, o *desbravador*. Daí o discurso “a Estrada do Colono é nossa”. “Não é através de cassete, de borrachada, de bombas de gás lacrimogêneo que vai fazer essas pessoas dizer “agora acabou tudo”. Não se apaga a história como quando se escreve uma frase, pega uma borracha e apaga”, diz o presidente da AIPOPEC, ao falar sobre a Polícia ter cumprido a ordem judicial de fechamento. Enquanto a Polícia ameaçava os manifestantes com “todos os tipos de armas”, estes estavam somente “armados com a bomba de chimarrão”, segundo os jornais. O colono, portanto, tem outras características enunciadas: *pacífico, ordeiro, trabalhador*, afinal “ele só quer a Estrada para passar, não é para fazer mal aos bichos, nem às plantas”, conforme diz a agricultora entrevistada.

O caráter do *herói* e, portanto, do *desbravador*, são enunciados que mantêm uma relação estreita, tautológica. A região oeste, para os colonizadores, não existiria sem a presença de um homem disposto a trabalhar arduamente e vencer uma natureza que não se apresentava tão generosa e, segundo os moradores, muitas *lágrimas, suor e sacrifício* foram ali deitados para que se pudesse construir um espaço social do *colono*. E o fato de levar o nome da classe colono, conforme afirmam, é muito significativo para eles.

Quando o Exército cumpre a ordem judicial, fechando a Estrada em 2001, a resposta a isso foi “não vamos desistir dessa luta.” Ou seja, não é “um monte” de policiais armados que vai fazer com que deixemos de lutar por um *direito adquirido*. A Estrada é *nossa*, segundo os enunciantes.

---

<sup>86</sup> Esses ditos encontram-se materializados principalmente nas entrevistas com os moradores e em jornais locais.

A Estrada é a *origem*, mas o enunciado *ela veio antes do Parque*, mantém relação com os enunciados que provam seu uso antes da criação do *Parque*, em 1939. É preciso, então, buscar “pistas históricas” que dizem que uma Estrada do Colono primitiva já “estava lá”. Afinal, foi o caminho *natural* das levas de colonizadores. A preocupação com o tempo cronológico importa, na medida em que indica algum fato anterior que efetivamente *comprove* a existência da Estrada .

A proposta *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu* salienta, no contexto geral, a importância histórica da Estrada como *elo de passagem* para colonizadores. Segundo a referida proposta: “o fato certo” é que o Caminho do Colono, aberto como picada pela Coluna Prestes em 1924,

continuou servindo às levas colonizadoras nos tempos do Território do Iguaçu e prosseguiu até muito recentemente, sustentando avanços contemporâneos das frentes agrícolas. Sua importância para todo o Oeste Paranaense a par de seu sentido econômico, tem seu valor histórico e cultural inestimável. O crescimento acelerado de toda a região e sem outras vias nas proximidades, fez convergir para o Caminho do Colono todo o movimento de cargas e passageiros que procedia do sul.

Entre passageiros e cargas, havia todo tipo de destinação, quer novas famílias sulinas deslocando-se para as fronteiras agrícolas que se abriam em Mato Grosso e Rondônia, quer familiares freqüentando os seus, residentes em um e outro lado do Parque Nacional do Iguaçu. (p. 78)

Da mesma maneira, o jornal *O Paraná*<sup>87</sup> enuncia que a Coluna Prestes passou por ali: “A Estrada existe há muitos anos. Segundo depoimentos de pioneiros, a Coluna Prestes passou pela região, inclusive, alguns dizem, foi ela que abriu a picada, hoje transformada em Estrada”

As origens do atual traçado do

Caminho do Colono se perdem no tempo. A Coluna Prestes, na época da Revolução de 1924 que protagonizou naquela região confrontações dramáticas entre os “legalistas” e os “revolucionários”, como registram os historiadores, subiu do RS atravessou o Rio Iguaçu e passou por uma trilha primitiva do Caminho do Colono até a localidade de Benjamin Constant. Portanto, Prestes certamente não inaugurou seu uso: naqueles tempo históricos, o traçado poderia ser mais nada que um carreiro de acesso à vila de Benjamin Constant, hoje [...] Picada Benjamin.<sup>88</sup> (AIPOPEC, 1997, p.78)

Sobre este fato, o historiador WACHOVICZ (1982), resgatando e narrando a história do oeste paranaense afirma:

---

<sup>87</sup> 16 set.1986

<sup>88</sup> MAPA 2

Prestes atravessou o rio Iguaçu na altura da foz do Rio Floriano [...] e dirigiu-se então com sua coluna para a localidade de Benjamin, a fim de reunir-se com os paulistas. [...] não houve nem preocupação de se preparar a junção das tropas paulistas, com a coluna que veio do Rio Grande do Sul. Nem picadas, nem jangadas, nem balsas, para ajudá-los a atravessar o Iguaçu. [...] Diante da queda de Catanduvas, Prestes acelerou a marcha da coluna, a fim de proteger a Estrada, que demandava a Catanduvas. Chegou à encruzilhada do Benjamin, a 11 de abril. (p.121).

Os folhetos, distribuídos para a população da região pela AIPOPEC e pelo MAP (Movimento Amigos do Parque), também dizem: “Caminho do Colono: um direito histórico, ou “direito adquirido, pois é parte de nossas vidas”. O argumento usado é a entrevista, na qual Luiz Carlos Prestes Filho afirma que a Coluna passou por ali:

Até o encontro com as tropas paulistas, a Coluna Prestes abria mais de 120km de picadas e transportava os 500m do Rio Iguaçu. A polêmica Estrada do Colono no Paraná, que corta o Parque Nacional do Iguaçu entre a cidade de Capanema e a Picada Benjamin, também conheceu a marcha gaúcha”. (Revista Manchete de 20 de janeiro de 1986). Fato que colocaria a Estrada do Colono num “tempo histórico” anterior à criação do Parque Nacional do Iguaçu: “A Estrada do Colono existia antes dessa mata virar parque.”

A Coluna Prestes na história da região oeste também é fato relevante. Mas, cabe salientar, ela esteve de *passagem*, não *fundou* uma região, não *estabeleceu o início*, portanto, são enunciados que mantêm relações com os novos sentidos do discurso colonizatório. Entendo que essa referência histórica, ao tomar a parte como explicação para o todo, não se sustenta. Contudo, para os enunciadores, a Estrada precede a sua própria colonização e, paradoxalmente, para esses mesmos enunciadores, não existe *história* antes da colonização, porém recorrem a um fato histórico (a passagem de Prestes) anterior à própria colonização, para legitimar a abertura/permanência da Estrada.

A *Estrada do Colono existia antes do parque, porque o processo de colonização passou todo por ali* é um enunciado que coloca a Estrada e conseqüentemente a ocupação como o início da história do Oeste do Paraná. Antes disso, são tempos a-históricos, portanto esse homem é o *desbravador*, construiu a “primeira casa”, “a primeira igreja”, o “primeiro tudo”; instituiu o *espaço Oeste do Paraná*.

O *sentimento* é um enunciado importante para que se entenda a *luta pela reabertura*, segundo a formação discursiva dos enunciadores. E também define os

sujeitos do discurso: um indivíduo externo ao processo, que não conheça a história do oeste do Paraná, jamais entenderá o que a Estrada significa. Só sabe quem *sente* e o sentir não é dado a *qualquer um*, só é possível *sentir* a quem *passou* pelo processo, quem *viveu* a história, daí o enunciado *não ser uma questão racional, mas de sentimento; não é uma questão explicável racionalmente, mas é questão de sentir*.

Para o Deputado entrevistado, Irineu Colombo, a Estrada “é uma questão de sentir e não de raciocinar.” Sobre isso, o presidente da AIPOPEC nos dá a dimensão do *sentir*.

Porque [a Estrada] ultrapassa a questão da razão e eu, por exemplo, poderia dizer assim: eu não tenho nada que ver com isso. Eu quando vim morar aqui, vim pela BR-277, sou paulista. Mas a gente mora aqui e ouve toda essa história... Não é você que faz a história do local? Então o que nós estamos fazendo é isso. Tentando dizer: olha nós temos uma história aqui, queremos que as pessoas nos respeitem e a Estrada na verdade é uma forma de respeito.

Conclui-se, a partir da formação discursiva e seus sujeitos, que quem é externo ao processo, mas “*sente*” ou convive com quem viveu essa história, pode então fazer uso desse enunciado. *Sentir, conhecer* é solidarizar-se: reconhecer o desbravador como um homem de luta e que só podia ser dessa maneira. Desbravar o sertão não é para qualquer um. Como, então, aceitar que alguém externo ao processo – no caso os ambientalistas e os técnicos do IBAMA – possa falar de uma Estrada que, segundo os enunciantes, é *nossa*? Esses são os sujeitos interditados a usar o discurso.

Segundo o discurso colonizador, o elemento humano escolhido para o projeto colonizador estava “predestinado”, daí os laços biológicos, motivando enunciados como “a Estrada é a mãe da região”. Assim, como desfazer-se e/ou admitir que a Estrada feche, diante de tantas evidências, uma vez que faz parte da vida da comunidade de uma forma tão “natural/maternal”?

O vereador entrevistado parece fazer a síntese da relação entre a herança cultural e biológica:

Eu era muito menino ainda, mas o meu pai, o pessoal que veio primeiro aqui, tinha aquilo no sangue que nós tínhamos que desbravar a região. Fazer produzir aqui, para aqui plantar o progresso, o sustento de nossas famílias.

Esse pessoal veio pra cá com muita vontade, com muita força, porque era o pessoal que trabalhava mesmo, na região lá. Já havia desbravado lá também e veio aqui encarar essa também de desbravar. [...] lógico, desenvolver o seu patrimônio, a família eram questões muito fortes.

A questão histórica está no nosso sangue, está na nossa veia. Você pode pegar desde a criança que fala a primeira palavra, parece que já está, ela já tem aquilo, que o Caminho do Colono é importante para ela, até a pessoa mais idosa.

O memorialista Heitor Lothieu Angeli, em seu livro *Crônicas do Oeste: história de pioneiros* – o qual, segundo ele, não tem pretensões literárias e sim, históricas – afirma que o processo de ocupação da região oeste do Paraná, não se deu pela Estrada do Colono e sim por outros caminhos de acesso, como a Estrada Velha de Guarapuava, por exemplo. O autor busca a “verdadeira” história da colonização do Oeste:

É preciso que se resgate a verdade, e a história não seja aviltada, para que nossos pósteros saibam exatamente como foi feita a colonização do oeste. Não se pretende desmerecer os colonos que vieram depois das frentes pioneiras terem desbravado a região. Mas também será necessário fazer justiça àqueles que derramaram suor, lágrimas e sangue na doma e conquista de um pedaço de chão. (p.136)

Angeli é também um dos primeiros homens a chegar na região. Era agrimensor, então “conhece” e “viveu” a ocupação do oeste paranaense. Mas, seus enunciados querem “dar nomes” aos verdadeiros heróis da ocupação, “colocando o assunto – Estrada do Colono – em seus devidos lugares”: os dirigentes das empresas colonizadoras, Pedro Soccol e Olivo Constantino Biazus.<sup>89</sup> “Os bravos colonizadores que trouxeram os colonos, precisavam trazer também, indústrias e comerciantes para operar na região [portanto], essa Estrada não é dos colonos. É das serrarias, das máquinas e tratores, dos comerciantes...” (p.137), enfim do progresso. Angeli exalta o colonizador, dirigente da empresa, como pioneiro.

Cabe ressaltar que estes últimos enunciados já foram utilizados por uma ONG *externa* para reforçar a idéia do fechamento. Talvez por não compreendê-los como pertencentes às mesmas ressignificações das narrativas fundantes, já explicitadas aqui, pois Angeli, ao reestabelecer a *verdade*, vai ao *fundador primeiro*, digamos assim.

---

<sup>89</sup> Dirigente da Colonizadora Medianeira e sócio da Colonizadora Matelândia, respectivamente.

Ao resgatar a memória do “pioneiro” Olívio Constantino Biazus, o jornal da região (*Mensageiro*, de Medianeira) reafirma a idéia de Angeli:

[A Estrada do Colono foi] Aberta há muitos anos. Engana-se quem pensa que o abre e fecha dos últimos anos seja o começo da história. Engana-se quem pensa que a estrada é anterior a Criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1939. E mais se engana quem diz que Luís Carlos Prestes passou por ela em 1924. Pura mentira. A ESTRADA FOI ABERTA PELAS COLONIZADORAS AGRÍCOLA INDUSTRIAL BENTO GONÇALVES DE MEDIANEIRA E A DE MATELÂNDIA, NO ANO DE 1954. [...] E os pioneiros? Não há dúvida. Todos eles, até 1954 vieram por outros caminhos.

O conjunto de regras dado pelas práticas discursivas reveladas aqui, permite afirmar que todos os discursos pertencem a um mesmo jogo de relações: tanto aqueles que identificam *todos os colonos* como “pioneiros” – e que, portanto, mantém uma relação histórica com a Estrada – quanto aqueles que buscam o “verdadeiro” responsável pela *fundação* da Estrada. Ou seja, constituem-se como encadeamentos e derivações do mesmo discurso: o discurso fundador.

O argumento histórico alegado pelos atores nas mobilizações pela reabertura da Estrada encontra-se, a partir das práticas discursivas expostas, profundamente legitimado. Essa legitimidade atua no sentido de reforçar as ações, uma vez que, conforme vimos, há *sujeitos* interditados a esse discurso – IBAMA e ONGs *externas* – portanto, a oposição dos atores no conflito socioambiental a partir da formação discursiva exposta aqui está impossibilitada.



## CAPÍTULO 2

### ESTRADA DO COLONO, AÇÕES E PRÁTICAS DISCURSIVAS: APROPRIAÇÕES DA NATUREZA

O início dos anos 80 marca, em nosso país, a criação de um aparato institucional regulamentador do meio ambiente, o qual amplia a participação da sociedade civil e que, além de estar no contexto de mudanças no plano internacional – motivadas pela crise ambiental – representa, sobretudo, um reflexo da redemocratização política aí iniciada. As políticas públicas ambientais – em processo de criação e implementação – habilitam novos atores sociais à participação, como é o caso das ONGs e da comunidade<sup>90</sup> em Unidades de Conservação de Proteção Integral (Parques Nacionais).

É importante ressaltar que, a partir de 1985, tem início uma atuação sistemática dos *Ministérios Público Estadual e Federal* em questões relativas ao meio ambiente. Nesse ano, confere-se ao Ministério Público a “legitimidade para propor ações civis públicas inicialmente em defesa do meio ambiente, do consumidor e de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.”<sup>91</sup> (GURGEL, 2000, p.159)

A Constituição Federal de 1988 vem contribuir de forma decisiva com o desenvolvimento das políticas públicas ambientais, uma vez que o Artigo 225 concede a todos o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder

---

<sup>90</sup> A legislação criada instituiu, direta ou indiretamente, a participação da sociedade civil organizada, como por exemplo, a lei 6.938/81, denominada *Política Nacional do Meio Ambiente*, a qual, segundo DRUMMOND (1998/1999), tratou-se da regulamentação mais importante editada, pois, além de abarcar outras leis, concebia o desenvolvimento socioeconômico compatível com o equilíbrio ecológico e com a qualidade ambiental. Segundo o autor, os princípios e objetivos da lei, aproximavam-se do conceito que passou a ser conhecido como desenvolvimento sustentável. (p.141). Essa lei, além de dar novas diretrizes ao Sisnama - *Sistema Nacional do Meio Ambiente*, criou o Conama - *Conselho Nacional do Meio Ambiente*, que tem representantes dos Governos Federal e Estadual, de confederações (patronais e de trabalhadores) da indústria, comércio e agricultura e organizações ambientalistas. Outros exemplos, mais recente, foram a Agenda 21 (aprovada na ECO'92) e a instituição do SNUC (2000), o qual assegura, tanto a participação efetiva de ONGs como da comunidade na gestão de unidades de conservação.

<sup>91</sup> Através da Lei 7347 de 24 de julho.

público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Neste cenário histórico e político constituíram-se as condições que culminaram na *Ação Civil Pública* (1986) que marcou o início do conflito socioambiental. O conflito teve início ao mesmo tempo em que emergiam políticas contemplando uma participação da sociedade civil.

Em um primeiro momento, a comunidade não enfatizou as razões/funções ambientais para reabertura da Estrada, alegando que o fechamento feria o direito “histórico de ir e vir” e os condenava ao isolamento e, conseqüentemente, o progresso da região estaria em risco. As razões ambientais para a reabertura, propostas pela comunidade, apareceram à proporção que se percebeu este aspecto como relevante nesse processo. Portanto, na medida em que as políticas ambientais incorporam a participação da comunidade na gestão da Unidade de Conservação, o argumento ambiental passa, ao lado das razões históricas e econômicas, a legitimar a reabertura da Estrada.

No que se refere à participação das ONGs ambientais, estas encontravam-se mais inseridas nos processos gestores do que as comunidades, o que possibilitou, neste caso, a denúncia ao Ministério Público Federal a respeito da ilegalidade do uso da Estrada.

Este contexto certamente influenciou a rigidez dos atores sociais envolvidos – caracterizada, segundo os entrevistados, como conseqüência da “falta de diálogo” entre o IBAMA e as comunidades. Paradoxalmente, foi a “falta de diálogo” que possibilitou a constituição de um campo de disputas.

Na trajetória do conflito, os atores mostram-se convencidos de que, na prática, “o diálogo acabou”. Mas, de fato, ele não existiu, pois se tomarmos a origem do conflito aqui indicada – a *Ação Civil Pública* – a irreduzibilidade de posições já estava demarcada *a priori*. A *Ação* polarizou fortemente as posições dos atores envolvidos: de um lado os contrários à reabertura e, de outro, os favoráveis, determinando, dessa forma, uma divisão tanto no campo das ações, quanto dos discursos. Tem-se aí, portanto, segundo os atores: a Estrada deve ser “fechada” por razões ambientais e a Estrada deve ser “aberta” por razões, além das históricas, as econômicas e as ambientais.

Através da oposição dos argumentos em favoráveis e contrários à reabertura, pretende-se analisar como os atores instituem-se formando um campo de disputas em torno de formas de apropriações da natureza, tendo em vista que as ações encontram sua legitimidade em práticas discursivas e estas, por sua vez, são também referendadas pelas ações, o que faz com que estejam diretamente relacionadas.

O campo de disputas aqui tratado é portador de assimetrias no que diz respeito aos atores sociais que o compõem. Para entendê-lo, utiliza-se o conceito de *campo*, desenvolvido por BOURDIEU (2001), mas com restrições<sup>92</sup>. Tomamos desse autor, além da noção de campo, os conceitos de *capital social* e *habitus*.

Segundo o autor, o *campo* apresenta-se como espaço estrutural de posições, revelando-se um lugar de luta, uma vez que há uma relação de força entre os agentes<sup>93</sup> ou entre as instituições comprometidas nesta luta. Por ser um sistema regido por suas próprias leis, o campo detém autonomia. Ele existe dentro do espaço social e este pode ser descrito como um campo de forças, isto é, “um conjunto de relações de forças objetivas, impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às *interações* diretas entre os agentes.” (BOURDIEU, 2001, p.134)

Pensar na noção de campo implica em observar que o objeto não está isolado de um conjunto de relações: “é preciso pensar relacionalmente”, diz BOURDIEU (2001, p.27). Os atores criam e estabelecem relações de poder no campo, por se estruturarem a partir de uma distribuição desigual, um *quantum* social. Esse *quantum* – denominado pelo autor de *capital social* – determina a posição do sujeito. As posições no campo se estabelecem relacionalmente, de acordo com o poder detido por eles, e esse poder dá maior ou menor legitimidade às

---

<sup>92</sup> As restrições dizem respeito a dois fatores: a não utilização de outros conceitos relacionados à constituição do campo, como por exemplo, *violência simbólica*, *poder simbólico*, etc. Toma-se de BOURDIEU apenas seu conceito mais bruto de campo. Digamos assim. BOURDIEU fala de campo econômico, campo literário, campo científico. E aqui, poderia ser um *campo socioambiental*? Em construção, talvez. FLORIANI (2004) utiliza o conceito *campo socioambiental*, onde “a idéia de ‘campo’ pode nos auxiliar a explicar o significado das disputas de sentido no interior de estratégias de poder que orientam as ações individuais e coletivas” (p.17)

<sup>93</sup> BOURDIEU faz uso da palavra *agente*, já que essa denota um sentido de ação; um sujeito que age e o faz por uma capacidade criadora.

idéias, posturas, valores, etc. Com isso, o “capital de cada setor no campo se diferencia e pode ser acumulado.” (DOMINGUES, 2001, p.60).

Nesse lugar de luta, há saberes/apropriações que se “atravessam” e que são fundamentais para determinar o campo, visto que uns saberes podem ter mais legitimidade que outros – como no caso do discurso científico – dependendo das estratégias de ação e dos discursos enunciados, construídos e reconstruídos a partir da posição ocupada pelo ator social que são dadas pelo *capital social*, conforme BOURDIEU (2001)

A partir dos conceitos expostos, o que nos interessa aqui são as estratégias mobilizadas pelos atores que atuam no sentido de constituir um campo e conseqüentemente a trajetória do conflito. As estratégias são relativas às ações e aos discursos, portanto, a análise do campo dar-se-á em dois momentos distintos, porém relacionados. No primeiro momento será feito o mapeamento, a partir das posições opostas – favoráveis ou contrárias à reabertura – do modo de agir dos atores no campo, revelando as assimetrias, interesses e motivações. O segundo momento tem o objetivo de compreender como as práticas discursivas em torno da Estrada constroem-se na relação entre os atores e, de certa forma, como sustentam e/ou legitimam as ações.

Para o desenvolvimento da primeira parte, entende-se que o campo evidencia racionalidades diversas – embora dependentes – relativas às ações e aos valores ou, conforme WEBER (2002), racionalidades em relação a fins (instrumental) e racionalidades em relação a valores, nas apropriações da natureza. Portanto, o conflito é permeado por “racionalidades” que configuram, aqui, importante instrumento de análise.

A ação racional em relação a fins, segundo WEBER (2002), baseia-se na “expectativa de que objetos em condição exterior ou outros indivíduos humanos comportar-se-ão de uma dada maneira e pelo uso de tais expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para atingir com sucesso os fins racionalmente escolhidos pelo indivíduo”. Esta ação envolve “consideração de fins, meios e efeitos secundários; tal ação também deve considerar atentamente as escolhas alternadas, bem como as relações do fim com outros usos possíveis do meio.” Já a ação em relação a valores é “determinada pela crença consciente no valor absoluto da ação

como tal, independente de quaisquer motivos posteriores e medida por algum padrão tal como a ética, estética ou religião.” (p.41)

Cabe salientar que, para WEBER (2002), a ação social é entendida como uma conduta humana, para a qual os sujeitos conferem um sentido subjetivo, mas comporta, ao mesmo tempo, um sentido intersubjetivo, uma vez que, para o autor, a ação social refere-se e orienta-se pela conduta de outros (p.9)<sup>94</sup>. As ações sofrem coerções sociais, conforme afirmam BOUDON; BOURRICAUD (1993):

“[as ações] desenvolvem-se sempre no interior de um sistema de coerções sociais, definidas com maior ou menor clareza, com maior ou menor transparência para o sujeito, com maior ou menor rigor [porém, não se pode] concebê-la como simples efeito de um condicionamento produzido pelas ‘estruturas sociais’ [...] Para que se compreenda uma ação, é preciso que se levem em conta todas as intenções e, de modo mais geral, as motivações do ator.” (p.3)

Nesse sentido apresenta-se o conceito de *habitus*, uma vez que fornece regras práticas para ação do sujeito que reproduz as estruturas sociais, sendo o *habitus* definido por BOURDIEU (1987) em *Economia das Trocas Simbólicas*, como uma “gramática geradora de condutas.” (p.355). Embora portador de uma memória social, o *habitus* possui características de criatividade e mudança. A estrutura é decisiva para informar o comportamento dos atores e estes são, de algum modo, criativos, pois incutem mudanças no *habitus*, por um comportamento diferencial, ao criar ou modificar os sistemas sociais. Portanto, se o *habitus* reproduz as regularidades objetivas, reais do comportamento (a execução de regras), ao mesmo tempo é responsável por práticas que se baseiam na improvisação, na inventividade (a criatividade da ação).

Para explicar a gênese do conceito *habitus*, BOURDIEU (2001) salienta que gostaria de pôr em “evidência as capacidades ‘criadoras’, activas, inventivas, as quais a palavra “hábito” não explica e como a palavra *habitus* indica, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital de um sujeito em acção.” (p. 61)

---

<sup>94</sup> WEBER (2002) aponta 2 tipos de ações, além das duas citadas: ação estritamente tradicional e estritamente afetiva (p.42) e afirma que raramente a ação social orienta-se apenas por uma dessas maneiras (p.44).

O *habitus* é um

princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro [...] Cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possuiu o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma ‘intenção objetiva’ [...] que ultrapassa sempre as intenções conscientes. (BOURDIEU, 1983, p. 72)

O *habitus* implica em aspectos sociais e individuais, relacionando-se a uma classe ou grupo, mas também referindo-se a um indivíduo. O processo de interiorização do *habitus* implica em internalização da objetividade, ocorrendo de forma subjetiva, porém relacionada à posição social que o agente ocupa.

Para o desenvolvimento da segunda parte, entende-se que o discurso ambiental é aquele que aparece *dito* (FOUCAULT, 1987) e é considerado como pertencente à *segunda formação discursiva*, conforme já mencionado. O conceito “discurso ambiental” é uma enunciação recente, visto que o meio ambiente foi acolhido como problema social há pouco tempo. Por conta destes fatores, há uma maior flexibilidade do discurso diante do ator social, diferenciando-o do Discurso Fundador e, nesse caso, há muitos espaços vazios deixados nesse discurso, possibilitando que todos os atores (IBAMA, ONGs e comunidade) apropriem-se dele.

O enunciado “somos todos ambientalistas”, dito pelo prefeito de Serranópolis, efetivamente nos *diz* isso. Os sujeitos analisados aqui, instituições e comunidade, utilizam-se dele como estratégia, apesar dos diferentes interesses mobilizados para atingir os fins desejados. Ambos marcam suas posições (contrárias ou favoráveis à abertura) tendo em vista a conservação da natureza. O que os aproxima e os torna *iguais*, paradoxalmente os afasta e os torna *diferentes*, na medida em que os conceitos são apropriados e enunciados de formas diversas. Os usos/apropriações/idéias de natureza serão vistos a partir desses aspectos.

As diferentes posições dos atores indicam duas formas de *agir* e duas formas de *falar*, ou seja, explicitam as estratégias dos atores. Apesar de tratá-las em separado, saliento suas relações, pois entende-se que tanto as ações quanto os

discursos ambientais, observados nessa perspectiva, permitem que o campo de disputa torne-se evidente, conforme mencionado.

No conflito socioambiental, o conceito “conservação”<sup>95</sup>, ao embasar as estratégias, transforma a natureza em um objeto de apropriação e reapropriação social, na medida em que se explicitam as intenções sobre o Parque Nacional do Iguaçu. Para o IBAMA e ONGs *externas*, por exemplo, essas apropriações encontram base no conhecimento científico, o qual é a referência para ações e discursos, através do conceito de *conservação da diversidade biológica* – visto ser o *Parque* um ecossistema profundamente ameaçado – e, também, de outros conceitos relacionados diretamente àquele, como por exemplo: *efeito de borda, fragmentação de habitats*, etc.

Já para a comunidade e ONGs *internas*, os argumentos se fundamentam nos aspectos históricos, culturais e, também, em outros saberes advindos de campos que interagem, como os campos educacional, científico, econômico, etc; definindo e redefinindo o conceito de *conservação*, que encontra na “consciência ambiental” – da qual esses atores se dizem portadores – uma importante referência.

Os principais aspectos dessa análise são a proposta *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu*, apresentado pelas comunidades através da AIPOPEC e o *Plano de Manejo* do Parque Nacional do Iguaçu, elaborado pelo IBAMA. Optou-se por enfatizar esses documentos, pois apresentam-se como *aglutinadores* de estratégias de ação e da materialidade de discursos. As ONGs *externas*, conforme

---

<sup>95</sup> A *conservação da natureza* é assim definida pelo SNUC: “manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.” O SNUC reflete o conceito de conservação que tem suas raízes no Conservacionismo do final do século XIX, nos Estados Unidos. (ver nota 46, p.25) Atualmente o conservacionismo pode ser entendido como “uma filosofia de ação que se fundamenta na defesa dos valores naturais, objetivando evitar que desequilíbrios ecológicos prejudiquem as espécies, notadamente o homem e suas gerações futuras”. Ou “É a luta pela conservação do ambiente natural, ou de partes e aspectos dele, contra as pressões destrutivas das sociedades humanas”. E o preservacionismo é a “ação de proteger, contra a modificação e qualquer forma de dano ou degradação, um ecossistema, uma área geográfica definida ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas. (Dicionário Ambiental). Importante ressaltar que, no cotidiano, conforme observado em Serranópolis, os termos conservação e proteção são utilizados como sinônimos, porém optei por usar o termo “conservação”, tanto no que se refere às ações, quanto ao discurso, pois indicam a possibilidade de uso, pretensamente sustentado, dos recursos naturais, através da Estrada.

pode-se observar, apontam o Plano de Manejo do Parque como um dos mais importantes produzidos, de maneira que ele é visto como referência<sup>96</sup> e as ONGs *internas*, por sua vez, vêem-se representadas na proposta *Integração Regional*. Portanto, a partir desses dois documentos, tem-se o ator ONG, direta ou indiretamente contemplado.

## 2.1 A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NAS AÇÕES AMBIENTAIS

O *Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros* (1979)<sup>97</sup>, além de determinar a realização de planos de manejo para todos os parques, conceituou o zoneamento. A liminar que determinou o fechamento da Estrada, a qual ocupava uma porção da *zona intangível*, baseou-se no *Regulamento*, caracterizando-se como uma medida ambiental, uma vez que visou a conservação do ambiente primitivo do Parque. Quando o caminho é reaberto, também por uma liminar judicial, em 1997, teve os argumentos históricos e econômicos prevalecendo sobre os ambientais.

Ambas as decisões judiciais mobilizaram racionalidades diversas, se tomarmos os interesses em jogo. No caso do IBAMA e ONGs *externas*, a *Ação Civil Pública*, de 1986, contemplou o objetivo primeiro de um Parque Nacional: a conservação. No caso da comunidade e ONGs *internas*, a reabertura, em 1997, atendeu aos fins econômico e social, embora a liminar de 1997 indicasse ações de manejo adequadas à Estrada, visando a minimização dos impactos ambientais, o que possibilitou à comunidade, de acordo com os seus enunciadores, “conservar o Parque Nacional do Iguaçu”. Nesse caso, a liminar também teve finalidades ambientais.

Desde o início do conflito, para o IBAMA e ONGs *externas* a Estrada devia estar fechada por razões puramente ambientais. Já para a comunidade e ONGs *internas*, se, num primeiro momento, os principais motivos para a reabertura foram os econômicos e os históricos, à medida que o meio ambiente torna-se importante,

---

<sup>96</sup> Embora a ONG entrevistada, o CEDEA, aponte que o discurso técnico daria conta das questões ecológicas, mas não das demandas sociais criadas a partir da inserção das comunidades nas políticas públicas ambientais.

<sup>97</sup> Decreto n.º 84.017



tanto sob aspectos políticos quanto sociais, as ações e os discursos encontram nele suas motivações. Se, conforme afirmou WEBER (2002), a racionalidade instrumental considera também “as relações do fim com outros usos possíveis do meio”, os atores sociais favoráveis à reabertura passaram a considerar o aspecto ambiental como outro uso possível da Estrada, ao lado do histórico e econômico.

A Estrada como *objeto* da Justiça pode ser percebida da seguinte forma pelos atores: para os contrários à abertura, a liminar que determinou o fechamento, dando origem a discursos “agora o Parque está protegido” e “não estamos sós”, pela ONG ADEA – *Associação de Defesa e Educação Ambiental*, por exemplo, toma o Poder Judiciário como um aliado na conservação da natureza. O bom senso prevaleceu, segundo os atores, pelo fato de que a liminar permitiu preservar um patrimônio que é de todos. Os atores favoráveis à reabertura, por sua vez, vêm também no Poder Judiciário um importante aliado, principalmente quando este lhes concede o direito legal de “usar a Estrada”, motivando enunciados como “é uma questão de justiça.” Prevaleceu o bom senso, segundo os moradores, pois a liminar considerou a realidade sócio-econômica das comunidades.

Como a natureza só pode ser conservada se a Estrada ficar aberta, segundo os moradores, é possível afirmar que os valores expressos encontram referência nas racionalidades que mobilizaram os colonizadores a *fundar* uma região, abrir Estradas, derrubar a floresta, manter a sua sobrevivência, enfim. Essas racionalidades atuaram/atuem no sentido de ser adequado manter uma Estrada no meio do Parque, pois ela, além de atender a outras finalidades, como valores históricos, culturais, etc, pode servir como *meio* para a conservação. Portanto, é necessário observar a realidade local, segundo a comunidade.

A emergência do tema *meio ambiente*, aliado ao fato de a Estrada tornar-se objeto da Justiça, dão à Estrada maior visibilidade pelos/nos meios de comunicação social, tanto no âmbito local/regional, quanto estadual e nacional. Esses meios servem também aos diferentes interesses.

A Estrada passa a ser, então, noticiada de forma recorrente, principalmente quando o conflito *esquenta*: invasões, cumprimento de reintegração de posse pela polícia, propostas da comunidade como: Estrada-parque; ecoviaduto, etc. A ONG *externa* ADEA é a primeira a manifestar-se no jornal *Gazeta do Povo* de Curitiba,

sobre o fechamento, pedindo a punição dos culpados pela invasão ao Parque<sup>98</sup>. Os jornais regionais mantêm informações quase que diárias, a respeito do assunto.

O tratamento dado ao fato, através dos diversos meios de comunicação social – ainda que estes meios não se caracterizem como ator social a ser estudado aqui – permite-me fazer breves considerações, por representar a materialidade das práticas discursivas e informar sobre as ações dos atores.

A Estrada como objeto da imprensa pode ser observada sob dois aspectos: a imprensa da região oeste é a imprensa *interna*; ou seja, os artigos, em sua maioria, defendem a reabertura, afinal, mantêm uma relação histórica, cultural e política, com as comunidades do entorno do Parque. Por sua vez, a imprensa estadual/nacional, a imprensa *externa*, referenda o fechamento, noticiando com ênfase as invasões realizadas pela população, embora muitas vezes *ouçam os dois lados*, conforme dita a ética do jornalismo.

A *Internet* apresenta-se como um meio eficaz de informações e é utilizada por todos os atores sociais, com a finalidade de publicar, defender seus argumentos e encaminhar ações. A AIPOPEC, por exemplo, mantinha uma página na rede contando a sua história e a história da Estrada, salientando seus aspectos históricos, culturais, ambientais e econômicos. As ONGs *externas*, ao usarem a *Internet* em apoio ao IBAMA<sup>99</sup>, fazem campanhas, apoiando a decisão judicial de fechamento. Dentre algumas das ações, podem-se citar as campanhas como “Escreva ao presidente e diga não à destruição do Parque”, ou “Escreva ao Presidente e salve o Parque Nacional do Iguaçu”. Além de abaixo-assinados para o presidente, eles também eram enviados ao Ministro de Meio Ambiente e ao Presidente do IBAMA. A Estrada passa a ser objeto de debates, artigos e atos públicos apoiando o fechamento. Promove-se, também, a participação voluntária para o plantio de mudas nativas na área que foi invadida.

A comunidade, através da AIPOPEC e do MAP (*Movimento Amigos do Parque*), coordena ações como as campanhas “Caminho do Colono: você precisa conhecer” e “Caminho do Colono: a vida passa por aqui”. Essas campanhas tornam-

---

<sup>98</sup> Alguns dirigentes da AIPOPEC, do MAP e políticos da região, respondem, atualmente, processos por crime ambiental e por danos ao patrimônio público.

<sup>99</sup> Na época do fechamento quem era responsável pelo Parque era o IBDF, mas como não estou privilegiando o tempo cronológico, o IBAMA representa o responsável oficial do Parque.

se significativas ao serem amplamente divulgadas e indicam as possibilidades de integrar a Estrada ao Parque. Os jornais regionais, em suas colunas de *Opinião*, servem como espaço para que associações comerciais e partidos políticos, por exemplo, façam a defesa da abertura da Estrada, tendo em vista as campanhas citadas.

O MAP, além de manter um disque-denúncia a agressões ao parque, controlou o pedágio<sup>100</sup> na localidade Capoeirinha (MAPA 2), na época em que a Estrada esteve aberta, contrariando a liminar da justiça que impedia o seu uso, e depois, quando o uso tornou-se legal. Segundo esta instituição, o manejo aplicado à Estrada incluía: orientações aos usuários sobre a segurança no tráfego e a manutenção de uma patrulha, com vigilância permanente a acidentes e a possíveis agressões à fauna e flora. Os funcionários do MAP distribuíam, além dos folhetos das campanhas organizadas pela AIPOPEC e pelo próprio MAP, sacos de lixo que continham indicações de atitudes ambientais, as quais incluíam a população como parceira da conservação do Parque.

O título concedido pela UNESCO, em 1986, de *Patrimônio Natural da Humanidade*, o qual daria ao Parque maior visibilidade interna e externa, garantindo que mais verbas e projetos fossem lá desenvolvidos<sup>101</sup>, é um dos aspectos salientado nas ações, tanto favoráveis quanto contrárias à reabertura, embora com a primeira invasão, o Parque estivesse na eminência de ser incluído na lista dos *Sítios do Patrimônio Natural da Humanidade Ameaçado*, da UNESCO.

De um modo geral, vêem-se os atores mobilizando, igualmente, tanto racionalidades instrumentais quanto racionalidades relativas a valores (WEBER, 2002) nas formas de apropriação da natureza, visando conservar o Parque, porém o que os diferencia são os interesses que atuam nessas racionalidades.

Enquanto para os atores contrários à reabertura, as ações baseiam-se no próprio valor atribuído à natureza, dado pelo conhecimento científico, aliado a um valor onde deve prevalecer o direito de todos os indivíduos aos benefícios de um parque nacional; para os favoráveis à reabertura, as ações ampliam o uso do meio

---

<sup>100</sup> O valor cobrado era de R\$ 5,00 e incluía o transporte de balsa sobre o Rio Iguaçu até o Porto Moises Lupion (MAPA 2)

<sup>101</sup> Não disponho de dados sobre os *resultados* desse título, mas, em princípio, sua obtenção lhe traria essas vantagens.

na medida em que incorporam as razões ambientais e essas revelam-se estreitamente relacionadas aos argumentos históricos que indicam o “direito adquirido de ir e vir”, conforme enunciam. Esses argumentos históricos são responsáveis pela difusão de um valor fundamentado numa crença absoluta “que as conduzem a pôr em prática suas convicções e o que lhes parece ser exigido pelo dever, honra...” (WEBER, 2002), uma vez que esses atores indicam que a “luta” pela reabertura da Estrada é uma questão de “honra” e de “dignidade” e que, portanto, deve prevalecer a realidade local, conforme afirmam.

A análise a seguir possibilitará uma exposição maior dos atores e uma visão mais apurada das racionalidades em jogo nesse conflito. Mesmo que essa análise tenha como referência a proposta *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu* – apresentada ao IBAMA em 1997 através da AIPOPEC – e o *Plano de Manejo* do Parque Nacional do Iguaçu (1999, 2000) e que indiquem ações a serem implantadas, ainda assim, é possível perceber as concepções aí contidas.

### **2.1.1 A CONSERVAÇÃO E O “DIREITO AO PROGRESSO”**

O desenvolvimento econômico, ou o “direito ao progresso”, é um dos argumentos pela reabertura da Estrada e, se apareceu num primeiro momento como o mais importante – motivando o “luto” da região em decorrência do fechamento em 1986 – atualmente está ao lado das razões histórico/culturais e, de certa forma, incorporado pelas razões ambientais.

As perdas econômicas ocorridas nas regiões oeste e sudoeste, alegadas pelas comunidades e ONGs *internas*, adquiriram base teórico-científica a partir do estudo do economista Ademir Clemente, a pedido da AIPOPEC: *Prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono (PR-495): avaliação econômica* (1996). Esse estudo, por sua vez, motivou uma resposta: *Prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono: uma análise crítica* (1999) – do também

economista, Claus Germer<sup>102</sup> – o qual foi largamente utilizado pelos atores contrários à reabertura.<sup>103</sup>

O estudo de Clemente (1996) propõe “levantar e dimensionar os impactos de curto, médio e longo prazos decorrentes do fechamento, com vistas à imediata reabertura e ao ressarcimento dos prejuízos apurados e quantificados...” E para tal, parte de uma análise da malha viária regional, onde a não existência de alternativas, tanto para o fluxo de mercadorias, quanto de pessoas, ocasiona o caráter de isolamento de alguns municípios. Utiliza-se de uma metodologia de agrupamentos de municípios das duas regiões. Germer (1999), por sua vez, permite-se avaliar as “leviandades” conclusivas de Clemente (1996), a partir das incoerências decorrentes da metodologia usada por aquele autor. Para Germer (1999), o método de agrupamento de municípios e a eventual comparação entre as duas regiões não permite uma visão clara do aspecto econômico regional. É preciso partir do fato de que “são regiões fisiográficas distintas e com características sócio-econômicas também distintas. Na produção agrícola, enquanto no oeste predomina o cultivo de milho e soja, culturas extensivas e mecanizadas, com alto uso de tecnologia, no sudoeste destaca-se a produção de feijão, característica de pequenas propriedades, com baixo insumo tecnológico” (p.2).<sup>104</sup>

Clemente (1996) salienta que “as economias locais apresentam estreito nível de interdependência, representado pelos intensos fluxos de mercadorias e de pessoas. Então, de um fator exógeno como o fechamento de uma via de transporte vital para algumas economias, tem-se de admitir que o efeito negativo se propague por toda uma extensa rede de interconexões, a partir do epicentro constituído pelos municípios diretamente afetados.”

O economista conclui que fatores como acesso imediato ao Eixo Rodoviário Cascavel-Foz do Iguaçu e as rendas geradas pela reparação das áreas alagadas pela Usina de Itaipu<sup>105</sup> impedem, diante da configuração géo-política da Mesorregião

---

<sup>102</sup> apresentado no Fórum Pró-Conservação da Natureza.

<sup>103</sup> O objetivo aqui, ao tecerem-se breves comentários sobre os estudos, antes segue o encaminhamento de contrapor os atores sociais a partir dos argumentos econômicos, do que propriamente indicar um panorama da economia da região.

<sup>104</sup> No que se refere à Mesorregião Oeste, a tendência se mantém conforme visto a partir de dados do IPARDES (2003)

<sup>105</sup> Os recursos provindos dos *royalties* de Itaipu e proteção de mananciais e unidades de conservação (ICMS Ecológico), e, ainda, compensação financeira de recursos hídricos, coloca a

Oeste, que se possa mensurar isoladamente o efeito do fechamento da Estrada para alguns municípios que certamente sofreram fortes impactos negativos.

Enfim, o estudo enfatiza que as perdas econômicas são bem maiores que os impactos ambientais:

Decorridos 10 anos desde a interrupção do tráfego na PR 495, os agentes econômicos, sociais e políticos ainda não conseguiram desenvolver e implantar alternativas que conduzam à superação dos obstáculos impostos ao desenvolvimento econômico da região. Isso constitui clara indicação de que os efeitos da interrupção do tráfego na Estrada do Colono são permanentes e de que somente serão removidos com a reabertura [...] O fechamento da Estrada do Colono, atendendo apelos ambientalistas de curta visão apresenta inegável componente de irracionalidade, pois o custo de oportunidade em que se está incorrendo é desproporcional ao conjunto de impactos sobre a fauna e sobre a flora em um cenário em que medidas mitigadoras adequadas fossem adotadas. [...]

Já para Germer (1999), os argumentos baseados nas perdas econômicas, “largamente utilizados pelos defensores da abertura da Estrada do Colono, têm sido usados para justificar a série de ilegalidades cometidas contra o patrimônio público desde maio de 1996, quando o Parque Nacional do Iguaçu foi invadido para a abertura da Estrada, com ampla derrubada de árvores ao longo de aproximadamente 18 quilômetros e a precipitação de um processo de degradação das faixas marginais à Estrada, crescente em extensão e intensidade.”

Enfim, os diferentes atores do conflito utilizaram-se de diferentes argumentos para legitimar suas ações. O IBAMA e ONGs *externas*, a partir do estudo de Germer (1999), aprofundaram os argumentos ambientais nas campanhas pelo fechamento. A AIPOEPC, ONGs *internas* e comunidade, por sua vez, “alimentaram” o argumento inicial das perdas econômicas para os municípios do entorno.

Apesar do estudo de Clemente (1996), na medida em que o conflito ganha projeção e que o debate entre desenvolvimento e conservação é ampliado na

---

mesorregião Oeste num patamar superior em relação às receitas, se comparada às demais mesorregiões do Estado. “Alguns municípios recebem recursos provenientes dos *royalties* da hidroelétrica de Itaipu, que provocam um incremento substancial no orçamento, com resultado expressivo na receita *per capita*. Os valores recebidos têm como referência o tamanho das áreas alagadas pela represa, chegando, em alguns casos, a representar quinze vezes o orçamento básico do município, ou seja, da soma das transferências federal e estadual (ICMS). Os dezesseis municípios de diferentes tamanhos que recebem esses recursos fazem parte, com os demais da mesorregião, de uma área com uma agricultura e um complexo agroindustrial moderno e, assim, participam do dinamismo econômico regional. (IPARDES, 2003, p.99)

sociedade, vêem-se os atores favoráveis à Estrada reforçando ações e, sobretudo, discursos em favor da conservação, constituindo uma demanda por uma Estrada que concilie os interesses da comunidade com a preservação, como forma de legitimar/ampliar os usos do meio, ao se obter um fim. Movimento feito em nome de “uma visão moderna do desenvolvimento sustentado”, conforme afirma a proposta *Integração Regional*. Atualmente, segundo o presidente da AIPOPEC, se dependesse somente da questão econômica, a Estrada poderia ter “fechado definitivamente”, mas acredita que as razões históricas e ambientais são as mais importantes.

Portanto, as questões ambientais aparecem sempre relacionadas ao objetivo de desenvolver a região, ou seja, a recuperação e o fortalecimento da economia regional devem ter em conta a proximidade do Parque Nacional do Iguaçu e toda a “evocação ambientalista” que este sugere, tornando-o, assim, o “grande veículo de marketing regional” (p. 36).

Nesse sentido, a AIPOPEC, tanto através da *Integração Regional* quanto dos *Comentários ao Relatório Brant do Ibama* (1998), reivindica seu “direito ao desenvolvimento.” Cabe citar que neste último ela é enfática:

nenhuma comunidade é insignificante porque teve começo humilde. Que nunca ninguém menospreze os pequenos começos. Mas ***ninguém pode pretender o direito de tolher o desenvolvimento de uma nação, uma cidade, uma comunidade, sem lhe oferecer uma compensação justa, seja qual for o mais nobre objetivo ou necessidade social.*** Capanema, como Curitiba, São Paulo, ou Brasília, tem direito ao desenvolvimento e este deve ser respeitado.(p.12-13)

A *Integração Regional* alia a infra-estrutura já existente nos municípios do entorno e sua importância para o desenvolvimento dos projetos e programas. O programa *Recuperação e Desenvolvimento da Economia*, baseado em investimentos no turismo, será acelerado com a reabertura do Caminho do Colono (AIPOPEC, 1997, p.44), reafirmando que a Estrada é a “integradora das comunidades do entorno do Parque” (AIPOPEC, 1997,p.6). Esse projeto prevê quatro temas básicos: *desenvolvimento agro-silvo-pastoril* – baseado na incorporação de tecnologias mais rentáveis para a produção aliadas à conservação dos solos; *desenvolvimento agro-industrial* – baseado nas experiências anteriores da atuação de Cooperativas de produção e comercialização, as quais devem ser

apoiadas no desenvolvimento da agricultura orgânica e introdução de biotecnologias; *adequação da infra estrutura* – como o caso da malha viária, a reativação da Estrada Velha de Guarapuava, com o objetivo de desenvolver o turismo rural e; finalmente, o *desenvolvimento da ciência e da tecnologia* – a utilização do potencial biológico do Parque, suas aplicações e sua gestão.

Os entrevistados concordam com a proposta da AIPOPEC (1997), pois apesar de ser considerado um patrimônio, o Parque está isolado das comunidades. Com uma integração através de projetos regionais, ele não representaria mais os “fundos” dos Municípios, mas sim o “coração” (AIPOPEC, 1997).

O IBAMA também prevê a interação com as comunidades através do *Programa de Integração com a Área de Influência* que, basicamente, vai de encontro ao que a AIPOPEC propõe, mas ao contrário da comunidade – que tem na Estrada a referência para o “sucesso” dos projetos – o IBAMA busca “promover uma imagem positiva do Parque” (IBAMA, 1999), sem a Estrada. Se com a Estrada fechada, ele é visto como “inimigo” da população, conforme dizem os entrevistados, o IBAMA vai no sentido contrário, quer torná-lo valorizado pela sua diversidade biológica e sua integridade. Os atores, portanto, mobilizam as mesmas racionalidades instrumentais na busca de atingir o mesmo fim, porém o uso que fazem do meio é diverso e as racionalidades referentes aos valores são igualmente diversas. Para a comunidade torna-se difícil valorizar o Parque sem a Estrada. Já para o IBAMA, é exatamente o fato de não existir a Estrada, causadora de grande impacto ambiental, que fará com que o Parque seja reconhecido pelo seu próprio valor, um remanescente importante da Mata Atlântica, de extrema importância e considerado um Patrimônio da humanidade pelos benefícios diretos e indiretos que ele proporciona.

Ao avaliar a sua relação com o Parque, a comunidade manifesta suas racionalidades ao tomar como referência o período em que a Estrada esteve em uso. Se antes o Parque era considerado uma “barreira” – sendo comparado ao extinto Muro de Berlim (DALLO, 1999), com a Estrada aberta, assumiu um caráter de proximidade, foi valorizado, segundo os moradores, na medida em que se permitiu o seu uso através da Estrada – ainda que ilegalmente. O vereador entrevistado reafirma: “a partir do momento que nós conseguimos abrir esse caminho, que a comunidade abriu esse caminho, o povo começou a ter carinho pelo Parque. A reação da população foi altamente positiva. O povo começou olhar o



Parque Nacional do Iguaçu com olhos diferentes. Quer dizer, ele está sendo útil para mim, eu consigo passar por esse caminho [...] daí tinha aquele espírito de preservação, de conservação, trafegando pela estrada.”

Atualmente, para os moradores, em consonância com a proposta *Integração Regional*, a presença do Parque “só valeria a pena” se houvesse também a Estrada. Para os moradores “a vida era melhor” com a Estrada aberta, ao “medirem” esse fato pelas suas experiências mais diretas do cotidiano, reforçando o valor da Estrada a partir do aspecto econômico, visto que observaram mais gente circulando na cidade<sup>106</sup> e dessa forma experimentaram uma nova dinâmica social.

É o que nos diz um entrevistado em sua análise: “...nesses quatro anos que ele [o Caminho do Colono] ficou aberto nós sentimos assim muito forte essa questão do desenvolvimento do nosso município. Novos negócios acontecendo aqui. Pessoas de fora vindo querer investir no nosso município. Desde rede de hotéis, postos de combustíveis, churrascaria. Coisas assim que trariam um desenvolvimento maior.”

Tanto para o presidente da AIPOPEC quanto para o deputado federal, as perdas econômicas são pontuais em Serranópolis (região Oeste) e em Capanema (região Sudoeste), fato com que os moradores concordam. Segundo eles, esta perda pode ser constatada a partir de três aspectos: no “movimento de pessoas no comércio e na cidade”; na desvalorização das terras e no encurtamento do trajeto para se atingir a região sudoeste.

Os moradores dos núcleos urbanos relacionam sempre a possibilidade de desenvolvimento/progresso do comércio e da indústria como fator de perspectiva para filhos e jovens. Dizem que o período em que a Estrada esteve aberta gerou crescimento no comércio e isto, de certa forma, mantinha os jovens na cidade. Eles não precisariam migrar para outros municípios em busca de oportunidades. Em outras palavras, antes “havia progresso”. E, devido a este fato, caracterizam o município como “fim de linha” ou o município está “condenado à falência”.

Cabe salientar que as perdas econômicas do município de Serranópolis – o qual tem sua economia baseada na agricultura – podem ser questionadas a partir dos números da produção agrícola, uma vez que o Censo Agropecuário de 2002, da EMATER, indicou que se nos anos 80 a média de produção de soja era de 85

---

<sup>106</sup> Passavam pela cidade uma média de 300 carros por dia para atravessar a Estrada.

sacas/alqueire, atualmente é de 150 sacas/alqueire. Esses dados estão em consonância com a média da Mesorregião Oeste, uma vez que o aumento da produtividade deve-se a uma adequação às novas tecnologias (UNIOESTE, 2002) e também ao fato de que

A agropecuária do Oeste vem caminhando em direção a atividades caracterizadas pela forte articulação à agroindústria e/ou pela inserção no mercado internacional, fatores que vêm garantindo níveis de rentabilidade mais elevados aos produtores, em detrimento das atividades mais dependentes da intervenção estatal e voltadas quase que exclusivamente ao atendimento do consumo doméstico. Prova disso é que a produção de soja e milho da região praticamente dobrou no período 1990-2001, saltando de 2,4 milhões para 4,7 milhões de toneladas, enquanto a produção dos demais grãos apresentou variação de apenas 7,9% no mesmo período. Na pecuária, as aves também mais que dobram seu plantel. O extraordinário crescimento das lavouras de soja e milho representa ganhos de participação no valor da produção agropecuária regional, passando de 32,5% para 43,6% no período em análise. (IPARDES, 2003, p.75)

Na zona rural, os agricultores indicam o valor das terras como referência à economia do município. Atualmente<sup>107</sup> o valor das terras é de 1000 a 1200 sacas de soja/alqueire, antes, com a Estrada em uso, chegou a ser de até de 1500 sacas de soja/alqueire.

O encurtamento do trajeto da região oeste à região sudoeste, segundo os entrevistados, é de 180km a 200km.<sup>108</sup> Um possível “encurtamento” pelas rodovias da Argentina<sup>109</sup> não é muito interessante, segundo um caminhoneiro, pois estar em terras estrangeiras traz insegurança à viagem. Então, por uma “falta de escolha” – visto que o caminho alternativo está fora de questão – torna-se mais oneroso “fazer o caminho pela BR-277”.

---

<sup>107</sup> Em julho de 2003.

<sup>108</sup> A distância da sede do município de Medianeira à sede do município de Capanema pelo ‘trajeto mais longo’ é de 151 km. (Cálculo feito a partir do Mapa Rodoviário do DER-PR, 2003)

<sup>109</sup> No território argentino a possibilidade seria a *Ruta 101* e a *Ruta Provincial 19*. A *Ruta 101* liga Puerto Iguazú a Andresito e “corta o parque argentino em dois e é interessante acrescentar que “Apesar do trânsito pesado dentro do Parque a Unesco não exigiu que esta estrada fosse fechada para conceder o título de Patrimônio Mundial da Humanidade ao Parque Iguazú [...] Nesse sentido a Argentina concorda com o Brasil de que o fato de uma estrada diminuir a distância entre dois municípios não é motivo suficiente para o estabelecimento desta dentro de uma reserva. Há muitos anos eles planejam transformá-la em uma estrada ecológica, com limites de velocidade e carga estabelecidos e vigiados. (MENDONÇA, 2000). Como alternativa a essa rodovia, a província de Misiones está construindo a *Ruta Provincial 19*, que circunda o parque, ligando Andresito a Puerto Iguazú. Essa rodovia compõe a “malha viária do MERCOSUL e sua finalidade é escoar a produção agrícola da Região. O trecho situado entre Capanema e Foz do Iguaçu (via Argentina) é de 140km, tornando o acesso mais rápido a Foz do Iguaçu, para quem se desloca do sudoeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.” (IBAMA, 1999)

Segundo a comunidade, o Parque com a Estrada em uso é mais valorizado. Este fato pode ser sintetizado no pensamento de um morador: “é possível ter o parque e ter a Estrada, uma vez que a questão é cuidar o Parque com a Estrada fechada ou cuidar o Parque com a Estrada aberta. É a mesma coisa. Se é a mesma coisa, porque não permanecer aberta?”

### 2.1.2 “QUEM CONHECE AMA” OU AS RAZÕES AMBIENTAIS

O fechamento, sob o aspecto ambiental, foi necessário, uma vez que a Estrada representava uma ameaça à integridade do Parque, visto que “cria uma área de extrema suscetibilidade à degradação ambiental em todos os sentidos” (IBAMA, 1999), como conclui um dos relatórios técnicos realizados.

Estima-se, por exemplo que cada quilômetro de estrada ocasione efeitos ambientais negativos sobre cerca de 13,5km de hábitat (BERGALLO; VERA Y CONDE, 2001). Esses efeitos, denominados de *efeitos de borda* modificam a intensidade luminosa, a velocidade do vento, a temperatura, a umidade, etc. O conceito *efeito de borda* encontra-se relacionado a outro conceito: a *fragmentação de habitats*, a qual é tida como uma das mais sérias ameaças para a biodiversidade e é considerada como a principal causa da extinção de espécies, sendo vista como uma perturbação que leva os ecossistemas à falência.

Os estudos indicam que a *fragmentação* pode levar às seguintes consequências: 1) perda da integridade genética de espécies e população que se tornam “réfens” dos fragmentos, já que não têm como interagir com outros ambientes, em função das barreiras que encontram; 2) extinção local de espécies que são características de interior de mata e daquelas que são restritas a ambientes bem específicos, o que é modificado nos fragmentos; 3) aumento de espécies exóticas e comuns, que são características de ambientes degradados e 4) quebra de importantes processos ecológicos (FERREIRA, 2000) como, por exemplo, modificações no ambiente físico e químico.

Esses, basicamente, são os argumentos técnicos que embasam os atores contrários à reabertura da Estrada e que estão bem salientados no Plano de Manejo do Parque.

A comunidade e ONGs *internas* – também preocupadas com a conservação – na medida em que as razões ambientais são reforçadas pelos atores contrários à reabertura da Estrada, planejam suas ações a partir de uma possível harmonia entre a Estrada e o Parque.

Baseados igualmente em conceitos técnicos como a *fragmentação de habitats* e o *efeito de borda*, apresentam uma proposta de Estrada que, além de minimizar os efeitos ambientais negativos, seria o principal instrumento de valorização do Parque.

A AIPOPEC propõe o seu manejo de forma sustentada, através da manutenção do traçado original; de condições de tráfego para minimizar os efeitos negativos, como a proibição de veículos após o pôr-do-sol até antes da aurora, proibição de veículos com problemas no escapamento, proibição de buzinas e dispositivos para redução de velocidade; da integração harmônica com a paisagem do Parque, tendo o aspecto cultural como referência, propõem artigos de uso local, como calçamentos de pedras rejuntadas, “que têm uma beleza nostálgica em si e perfeita integração com a natureza” (AIPOPEC, 1997). Em outras palavras, uma Estrada “ecologicamente viável” seria instrumento de fiscalização, educação ambiental, valorização cultural, incentivo à ciência, fonte de recursos (através do gerenciamento de pedágio), etc. Enfim, apresenta uma proposta detalhada dos fatores citados e de como minimizaria *todos* os impactos decorrentes da fragmentação de habitats.

A proposta *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu* – institui, portanto, além das razões históricas e econômicas, as razões ambientais para a reabertura da Estrada. O programa de *Restauração Ambiental*, no qual o saneamento básico, a conservação dos solos e das águas e a proteção da biodiversidade seriam os fatores que permitiriam a conservação, valorização e integração do Parque Nacional do Iguaçu, apresenta, portanto a preocupação ambiental mais ampla.

Com a finalidade de “conservar e desenvolver”, propõe ações que possibilitariam a parceria entre as comunidades, as Prefeituras Municipais, o IAP e o IBAMA, com o fim de proteger o Parque, prevenir impactos socioambientais negativos na região do entorno e promover o desenvolvimento regional. As ações teriam bases em projetos e programas através da criação de foros de debates, com

a finalidade de evidenciar os interesses das partes envolvidas e os propósitos comuns, prevendo, inclusive, as fontes de recursos para a implantação desses projetos e programas (AIPOPEC, 1997, p.2).

Conforme já afirmado, o IBAMA possui igualmente preocupações quanto à integração do Parque, embora reconheça que nunca houve um eficiente programa com participação comunitária: “A relação de identidade entre a população e a Unidade nunca foi bem trabalhada, apenas ocorreram ações isoladas de projetos ou técnicos.” (IBAMA, 1999) Para reverter esse processo, é preciso: “contribuir com o planejamento e ordenamento do uso e ocupação do solo na *Zona de Transição*<sup>110</sup> do Parque, estimulando o desenvolvimento regional e integrando os municípios limdeiros ao Parque, com base no estímulo ao ecoturismo e em práticas de conservação.” (IBAMA, 2000, p.23).

A Zona de Transição merece atenção, pois as principais ameaças a que o Parque estaria exposto, segundo o IBAMA, referem-se às atividades nessa área. Esta zona corresponde a uma faixa de 10 km e, pelo fato de ser ocupada por propriedades rurais, advêm da agricultura e da pecuária os principais impactos ambientais à integridade do Parque. As ameaças físicas pelo uso intensivo do solo, através da mecanização e uso de agroquímicos, tiveram como conseqüência a erosão, a perda de fertilidade e o decréscimo da produtividade. Problemas que, através de técnicas de manejo adequadas, estimuladas por programas estaduais, têm diminuído, segundo o IBAMA (1999). De qualquer forma, as atividades agrícolas e pecuárias são as responsáveis pelas ameaças bioquímicas através da contaminação dos recursos hídricos do entorno e, conseqüentemente do Parque.

Constitui-se como uma situação difícil de reverter, na concepção do IBAMA, pois essas ações – consideradas ameaças socioculturais – refletem a mentalidade dos moradores locais, onde cada arbusto nativo abatido significa um metro quadrado a mais de terra agricultável, seu meio de subsistência e único método que pode trazer recurso financeiro” (IBAMA, 1999). Isso se explica, a partir das características culturais da população e vem de encontro à afirmação do agricultor entrevistado de que “se plantou até em cima dos rios”. A racionalidade instrumental dos moradores do entorno reflete essa “mentalidade” caracterizada como “ameaça sociocultural.”

---

<sup>110</sup> O conceito de *Zona de transição* aparece na p. 10 deste trabalho.

As ações previstas no *Programa de Integração com a Área de Influência* do Plano, ao buscar a interação do Parque e comunidade, procuram “mudanças de comportamento em favor da conservação do meio ambiente”, dentre outras. As atividades previstas pretendem, de uma forma geral, envolver a comunidade, principalmente, no debate e na solução dos problemas do entorno, através da formação de um conselho consultivo a ser formado pelos diversos atores envolvidos. Com relação à Estrada, as atividades previstas são de divulgação das razões científicas e técnicas do fechamento.

A Educação Ambiental é um dos meios para “despertar nas populações vizinhas o sentido do seu papel de co-responsável na proteção de recursos naturais.” O IBAMA propõe um amplo programa, envolvendo as Secretarias Municipais de Educação na busca de valores mais harmônicos com a natureza. Uma das normas para as atividades de Educação Ambiental relativas à Estrada, por exemplo, receberá “tratamento especial”, pois contará com “pessoal capacitado em técnicas apropriadas de resolução de conflitos.” (IBAMA, 1999)

FLORIANI e KNECHTEL (2003) sustentam que a Educação Ambiental “não pode estar limitada a um enfoque naturalista do ambiente ou a um processo que enfoca somente a solução de problemas biofísicos, considerada, então como estratégia...” (p.52), aí há interação de saberes: científicos e não científicos, pedagógicos e não pedagógicos, “em espaços de fronteiras onde se encontram [...] pensamento e vida, culturas e identidades”. (SAUVÉ, 1999 *apud* FLORIANI; KNECHTEL, 2003)

Assim, nessa concepção, as propostas do IBAMA poderão encontrar e interagir com *outros* saberes que a comunidade diz possuir, tendo-se em vista a sua mudança de atitude com relação ao uso dos recursos naturais, o que poderia resultar numa política compartilhada de gestão. Basta saber o quanto estão dispostos a negociar para que isso se torne possível, uma vez que a natureza, apropriada culturalmente, é terreno propício a conflitos e incertezas.

Por outro lado, se da cobertura florestal original, o Parque representa a única reserva considerável, isso deveu-se, segundo os entrevistados, basicamente a políticas de incentivo à agricultura impostas, principalmente a partir dos anos 70. A referência corresponde ao período que provocou uma profunda transformação ambiental ocorrida na região e que se caracterizou como a *Revolução Verde*.

Esse “pacote” político, econômico e tecnológico, cuja finalidade era transformar o país em um grande celeiro agrícola, inseriu uma agricultura moderna, baseada na mecanização e quimificação, e de alto impacto sobre os recursos naturais. A racionalidade econômica presente nessa política, aliada às racionalidades do *colono* do oeste, foram responsáveis pela intensificação da pressão sobre o meio ambiente. Essa atitude reflete uma apropriação da natureza guiada essencialmente por uma racionalidade instrumental e que encontrou nos colonizadores e em seus descendentes uma resposta rápida, visto que a ação de desbravar, comportava também essa racionalidade.

A “ameaça socio-cultural”, indicada pelo IBAMA, explica-se pelo processo de ocupação da região. Os migrantes da frente sulista de colonização transformaram a *Área de Influência* do Parque numa extensão cultural do Rio Grande do Sul. Essa

cultura “gaúcho-européia” destoava muito da cultura cabocla originária dos ciclos anteriores e que não considerava o trabalho da mesma maneira, nem no mesmo ritmo. Para os chamados caboclos, sobreviver não requeria tanto trabalho e esses se integravam ao meio dentro de uma arte de viver, onde se dedicava maior importância a outros aspectos da vida cotidiana.

A ideologia étnica sulista considerava o caboclo preguiçoso e atribuía a ele o domínio de técnicas agrícolas rudimentares e primitivas, considerando a sua mais evoluída. Da mesma forma, a presença do caboclo só era admitida na região como fonte de trabalho braçal e barato. Essa conduta contribuiu para a formação de uma elite econômica e política gaúcha, que dominou a região, impôs sua cultura e se estabeleceu ao longo dos anos, formando professores, políticos e comerciantes nas cidades da região. (IBAMA, 1999)

O IBAMA (1999), a partir das características culturais da população, explica as racionalidades das comunidades baseadas no valor dado ao trabalho, contrapondo o elemento humano colonizador àquele que, em outros tempos, talvez possuísse uma relação mais “harmônica” com a natureza, o caboclo.

O colonizador também possuía técnicas rudimentares, antes das políticas da *Revolução Verde*. Um processo, conforme já afirmado, que veio de encontro a uma racionalidade com o fim de *desbravar*, de *fundar* a região e, se do ponto de vista do colonizador foi a verdadeira ocupação, negou o que veio antes: o caboclo. Mas, a concepção do IBAMA esvazia tanto a história dos caboclos quanto a do atual habitante do oeste, ao compará-los na sua forma de se relacionarem com a natureza. Por um lado, a do caboclo, como se esse não estivesse num contexto de exploração, formado a partir das *obrages*, logo o destitui de qualquer relação histórica e complexa com aquele espaço geográfico e, de outro, a do colonizador,

embora salientada sua racionalidade em “abater arbustos nativos”, desconsidera o *contexto fundador da região oeste do Paraná* e também o processo de exploração, aprofundado de forma radical, devido a políticas coercitivas impostas pela *Revolução Verde*. Ainda que em outro momento o Plano de Manejo saliente as políticas agrícolas dos anos 1970 como incentivadoras da monocultura da soja, ao compará-los (colonizador e caboclo) é como se apontasse para uma *forma ideal* de conviver com a natureza, talvez mais harmoniosa, já que o caboclo não daria muita importância ao trabalho de “abater arbustos”.

Ao fazer referência aos aspectos culturais da comunidade, o IBAMA (1999) não considera que as relações do homem com a natureza baseiem-se em princípios e representações simbólicas complexas, conforme nos adverte Viveiros de Castro (ARNT; SCHWARTZMAN, 1992), ao falar sobre essas relações:

[elas] não são assim nunca, tratando-se de sociedades humanas, relações naturais, mas relações essencialmente sociais. Não só elas se travam a partir de formas sociopolíticas determinadas, como pressupõem dispositivos simbólicos específicos, isto é, instrumentos conceituais de ‘apropriação’ do real, cuja característica distintiva é serem culturalmente especificados, isto é, relativamente arbitrários, e não determinados univocamente por parâmetros objetivos.

GIDDENS (1996) afirma que o paradoxo que vivemos hoje, em relação à natureza, é que esta foi acolhida apenas à beira de seu desaparecimento. Vivemos hoje, diz ele, uma natureza remodelada, destituída de natureza, é esta dissolução a motivadora da crise ambiental atual (p.234). Ao se buscar essa *forma ideal* de se relacionar com ela, parece-me que há uma busca de devolver à natureza, a sua natureza, ou seja, reestabelecer o valor intrínseco da natureza.

Este aspecto pode ser percebido através do zoneamento indicado no Plano de Manejo que, na medida em que define “como se deve usar” cada espaço, concebe a natureza como objeto do conhecimento científico, autônoma.

O Plano de Manejo tem como base o zoneamento da Unidade de Conservação, apresentando uma natureza ordenada, esquadrinhada, apropriada pelo conhecimento científico, onde têm-se, de um lado, um ecossistema – uma reserva considerável de Mata Atlântica, a qual tem prioridade de conservação – e de outro, a pressão antrópica realizada no entorno. As zonas permitem usos mais intensos (*Zona de Uso Especial*) até a restrição total de uso (*Zona intangível*), a qual é considerada como portadora do mais alto grau de preservação, ou seja, é a área



que mantém as características do ecossistema em seu estado “selvagem” <sup>111</sup> (MAPA 3). A dicotomia homem-natureza é a concepção que orienta as ações previstas no Plano, ao tomar como referência esse aspecto.

Podemos relacionar essa forma ordenada de apropriação da natureza com questões mais amplas, referentes ao desenvolvimento das políticas públicas ambientais no Brasil. Um dos meios para que os conceitos técnicos sejam aprofundados, difundidos e disputados são as políticas públicas. No Brasil, a criação de políticas ambientais e sua conseqüente gestão, segundo GUALDA (2002), teve um período compreendido entre a Conferência de Estocolmo até a Conferência do Rio – 1992<sup>112</sup>, denominado de “meio ambiente e desenvolvimento”, onde a questão ambiental insere-se na questão do desenvolvimento. Nessa fase surge o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) – cuja função baseia-se na proteção e melhoria da qualidade ambiental e está sob a direção do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), com a função de criar e regulamentar os instrumentos de gestão ambiental, padrões de qualidade, licenciamento ambiental, zoneamento,

---

<sup>111</sup> O Zoneamento tem como base o *Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros* (1979) (BRITO, 2000, p.62) e constitui-se de 7 zonas:

*Zona Intangível*: representa o mais alto grau de preservação, atuando como matriz de repovoamento de outras zonas. Trata-se de um área em que a integridade do ambiente permanece intocável, não sendo permitidas quaisquer intervenções humanas. No Parque ocupa cerca de 60% da área total;

*Zona Primitiva*: é definida em função da intervenção humana mínima e onde ocorrem espécies da flora, fauna e fenômenos naturais de relevância científica. Nesta zona permitem-se atividades de pesquisa, educação ambiental e formas primitivas de recreação;

*Zona de Uso Extensivo*: constituída em sua maior parte por áreas naturais com alterações antrópicas, o seu objetivo de manejo é manter o ambiente com mínimo impacto, oferecendo acesso ao público para finalidades educacionais e recreativas em baixa intensidade. Esta zona corresponde às áreas em que serão implantadas trilhas, além de ilhas e estradas;

*Zona de Uso Intensivo*: tratam-se de áreas naturais ou caracterizadas por alterações antrópicas, onde são oferecidos serviços e facilidades aos usuários. Seu objetivo é possibilitar o uso público através de recreação intensiva e atividades educativas;

*Zona de Recuperação*: abrange os locais consideravelmente alterados em que a ação principal é deter a degradação e restaurar a área. A Estrada e as áreas contíguas estão inseridas nesta zona;

*Zona Histórico-Cultural*: permitem a pesquisa, interpretação e educação;

*Zona de Uso Especial*: onde está a infra-estrutura necessária ao funcionamento do Parque. (IBAMA, 2000, p.22) (MAPA 3)

<sup>112</sup> O outro período, de acordo com a autora, compreende a Rio'92 até a preparação da Rio +10, onde a sustentabilidade do processo de desenvolvimento é a questão central dos debates. Passa-se a incorporar os problemas ambientais no contexto das políticas públicas e das definições dos planos nacionais de desenvolvimento. As Unidades de Conservação – que antes possuíam um conceito de uso estrito – nesse segundo momento são “abertas” ao uso social. Aqui, o conceito “Desenvolvimento Sustentável” incorpora-se às políticas ambientais, garantindo a participação social. Com a ECO'92 há uma multiplicação de organizações representativas de populações regionais como indígenas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores etc., bem como um crescimento de ONGs ambientais de apoio à essas populações.

Unidades de Conservação, etc. O que marca esta fase é a estruturação do Estado e a organização da sociedade para a gestão ambiental, visto que há o envolvimento de estados e municípios através de Conselhos Estaduais e Municipais.

É possível dizer que, nesse período, os campos de atuação foram basicamente o controle da poluição, a educação ambiental e a conservação de ecossistemas, uma vez que um grande número de Unidades de Conservação foi estabelecido. Mesmo havendo a participação dos municípios, através de Conselhos, ainda se caracterizava como uma política ambiental dominada pelo Estado. Portanto, a institucionalização do zoneamento de Unidades de Conservação dá-se nesse período, quando uma grande importância é dada à normatização dos recursos naturais.

Esse aspecto pode ser percebido através do *Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros* (1979), no qual os planos de manejo são entendidos como um meio, no qual a utilização de “técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades.” (BRITO, 2000, p.61)

O objetivo atual dos Planos de Manejo contempla o conceito exposto, uma vez que deve “prever, ordenar e normatizar qualquer intervenção em uma área natural protegida com vistas a manter sua integridade, associada aos usos que lhe são pertinentes”, porém amplia o conceito quando indica sua elaboração compartilhada com outros atores sociais (ONGs e comunidade), o que possibilitaria uma “profunda mudança de mentalidade no sentido de buscar soluções [...] que indiquem novas possibilidades para o desenvolvimento da região.” (IBAMA, 2000, p.1).

Mas, talvez, a busca dessa mudança de mentalidade na apropriação da natureza, encontre, na consciência ambiental dos moradores, o seu lugar, pois conforme estes indicaram, é possível estabelecer uma relação harmônica entre homem e natureza, para isso basta conhecê-la. O conhecer permite o respeito, o amor, segundo os moradores.

Antes de falar sobre a consciência ambiental da comunidade, cabe retomar BOURDIEU (2001), quando afirma que um campo impõe disputas a partir das posições ocupadas pelos atores e estas estabelecem-se a partir do *capital social* ou

de uma distribuição desigual de poder, o que dá mais legitimidade às idéias, posturas e valores. Na trajetória do conflito, é possível observar a AIPOPEC adquirindo um *capital social* que a diferencia dos demais moradores do entorno. A consequência mais direta e observável, dada por esse capital social adquirido pela AIPOPEC, é a homogeneidade de opiniões dos moradores.

A AIPOPEC, que foi instituída inicialmente com a finalidade de representar judicialmente os municípios, à medida que o processo evolui e, talvez por isso mesmo, tem seu papel ampliado, legitimando-se diante da comunidade, ao assumir participação nas campanhas pró-abertura. Logo, diante da comunidade, assume um caráter de representatividade. A proposta *Integração Regional*, portanto, passa a ser, também, da comunidade.

Aliados a esses fatores, a linguagem técnica da proposta, indicada pela apropriação de conceitos científicos, confere à AIPOPEC um *quantum* social que a diferencia dos demais. Planeja, portanto, ações que encontram na ciência sua legitimidade. Essa legitimidade, aliada à infra estrutura disponível nos municípios e à disposição da comunidade em conservar a natureza, faz com que a *Integração Regional* assuma a *certeza* de suas ações.

FLORIANI (2004), ao discutir as disputas de significados no conhecimento científico a partir das formas de criação, interpretação e entendimento desses significados, alerta sobre a incerteza das ações:

todas [as] disputas revelam em distintos graus, explícita ou implicitamente, de forma consciente ou não, compromissos teórico e políticos, segundo o tipo de engajamento com as concepções científicas em jogo e segundo o plano de intenções estratégicas, quando se trata de orientações para ações políticas [...] um programa de ação político pode ser crítico até um certo limite, pois, do contrário, acabará inviabilizando a própria ação que é incerta por definição. Isto é, *os argumentos e os motivos que dão suporte e legitimidade à ação podem ser objeto de certezas e de seguranças, isto é, sustentados por crenças (verdades). Porém, os resultados dessa ação não podem ser antecipados*, uma vez que os agentes não possuem o poder nem a clarividência sobre a trama complexa de outros fatores que acompanham o contexto de uma determinada ação. (p.48-49)<sup>113</sup>

A proposta concebe a preservação do Parque relacionada diretamente a uma consciência ambiental, já presente e em vias de aprimorar-se, ou à “boa disposição” dos municípios do entorno. Este aspecto pode ser visível nas ações

---

<sup>113</sup> Sem grifo no original.

realizadas no município de Serranópolis. A consciência em conservar o Parque sempre existiu, é o que dizem os entrevistados, mas ela apresentou-se mais evidente quando a Estrada ficou aberta. Os efeitos eram mais visíveis, afirmam. O enunciado repetido pelos moradores, como por exemplo, “só se conserva o que se conhece”, legitima essas “novas” apropriações da natureza.

A Estrada aberta permitiu à comunidade um contato mais próximo com o Parque, criando, dessa forma, uma relação de respeito e uma relação harmoniosa com a natureza, segundo os entrevistados. Aspecto possível de observação, uma vez que não encontravam nenhum “bicho morto” na Estrada e o número de caçadores e palmiteiros reduziu. Fatos que, segundo o prefeito de Serranópolis, podem ser constatados pelos relatórios da Polícia Florestal, pois enquanto a Estrada esteve aberta nenhuma apreensão foi feita no município.

Independente do fechamento da Estrada, a comunidade mostra que houve mudanças de atitudes com relação à natureza. Atualmente, observa-se que os agricultores “que plantaram até em cima dos rios”, conforme disse um morador de Serranópolis, estão mudando essa concepção. Agora é “preciso fazer o caminho inverso”, dizem. O agricultor entrevistado faz uma síntese desse pensamento:

conforme os anos vão passando, nós também vamos aprendendo que nós temos que mudar algumas atitudes nossas. Eu que sou um pequeno agricultor, eu tenho a consciência, apesar de a gente ter feito uma grande mudança. Nós temos muito para crescer [...] nossos rios ainda não estão protegidos. Nós temos muitas práticas na nossa agricultura [...] muitas práticas assim, agressivas eu diria até. Tanto agressivas com relação ao meio ambiente, tanto agressivas a nós mesmos. Desde o uso incorreto de produtos químicos e tudo mais [...] Acho que um ano após o outro a gente vai trabalhando essa questão da consciência e infelizmente o passado foi assim, só que nós hoje temos que fazer alguma coisa para recuperar o prejuízo...

A “boa disposição” da comunidade em conservar, aliada a projetos da Prefeitura Municipal e às políticas ambientais atuais, fez com que os agricultores mudassem suas atitudes com relação à natureza, segundo os entrevistados. As ações mostram resultados através da recomposição da mata ciliar e da reserva legal; conservação do solo a partir de microbacias, plantio direto e adubação verde; manuseio adequado de embalagens de agrotóxicos auxiliado pela implantação de abastecedouros comunitários. Os efeitos dessas atitudes/políticas podem ser verificados pela presença de peixes, pássaros e espécies nativas da flora, por exemplo.

O prefeito salienta que, mesmo sem autorização do IBAMA, realizaram uma extração de vasilhames de agrotóxicos, que foram jogadas, por agricultores, na área do Parque próxima à divisa com as propriedades rurais. Um fator que favoreceu amplamente atitudes como essa, segundo o Prefeito, a Secretária de Educação e o vereador, foi a implantação da disciplina de Educação Ambiental na rede pública de ensino fundamental (1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série). Essa disciplina está “voltada ao desenvolvimento sustentável, a fim de que os educandos assumam posturas ecologicamente corretas no meio em que vivem, permitindo o equilíbrio ambiental, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades”, segundo a Secretaria Municipal de Educação.

Os resultados das atividades realizadas nesta disciplina são publicados a cada dois anos em uma Mostra de Ciências. A edição da II Mostra, a qual acompanhei, teve como um dos objetivos evidenciar atitudes ambientais que favoreceriam a conservação do meio ambiente. A consciência ambiental dos alunos foi exposta, segundo os entrevistados, o que reafirmou o investimento em políticas e ações ambientais do município.

O material utilizado pelas crianças consistia basicamente de maquetes, bem elaboradas, detalhadas e que mostravam os trabalhos de duas escolas municipais. Além dos aspectos ambientais, a história do município também foi contada, através de uma seqüência que pode ser sintetizada, segundo os trabalhos apresentados pelas crianças: primeiro a floresta, depois chegou o “desbravador”, pela Estrada, e após muito “trabalho”, transformaram a terra em agricultura e hoje vemos, soja, milho, fumo, feijão, mandioca, etc e o agricultor morando numa “casa grande com piscina”. Para concluir a seqüência de maquetes, um projeto de Estrada-Parque, que indicava a convivência “perfeita” entre a Estrada e a floresta: túneis para os animais cruzarem, com telas de proteção, veículos com velocidade controlada, etc. Também havia crianças explicando as práticas ambientais dos agricultores: tríplex lavagem das embalagens, o uso de agroquímicos naturais, a importância da coleta seletiva de lixo, etc.

Segundo os entrevistados, a disciplina de Educação Ambiental e os pais ensinaram às crianças, na verdade, que a Estrada é possível e mais, permite uma harmonia entre homem e natureza.

As atitudes, no seu conjunto, possibilitam afirmar, do ponto de vista dos atores, que o *habitus*, conforme BOURDIEU (2001), indica as regras de reprodução social. O *habitus* é, por um lado, resultado de um sistema de coerções sociais, inserido num conjunto de normas ambientais que devem ser cumpridas, através do controle fiscalizador do Estado por meio das agências ambientais (IBAMA e IAP). Por outro, o *habitus* possibilita a mudança de estruturas sociais. A consciência ambiental poderia ser indicada como resultado da capacidade criativa do ator, ao indicar mudanças em suas ações. Embora essas atitudes criadoras poderiam atuar no sentido de “distanciar os atores”, na medida em que os estes podem manipulá-la “estrategicamente”, conforme BOURDIEU (1983) nos indica:

os indivíduos “vestem” os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são ao mesmo tempo, marcas de *posição social* e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas (no espaço físico, que não é o espaço social) e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para “guardar suas distâncias” ou para manipulá-las estrategicamente, simbólica ou realmente, reduzi-las [...] aumenta-las ou simplesmente mantê-las. (p.75)

E, complementando, LEFF (2001a) chama a atenção para o fato de que a consciência ambiental pode ser incorporada como discurso para mobilizar atores sociais que buscam respostas imediatas às demandas de uma racionalidade instrumental na apropriação da natureza.

De um modo geral, a concepção existente na proposta *Integração Regional*, onde a conservação é possível pela reabertura da Estrada demonstra que, mesmo que as ações ambientais a partir de uma “consciência ambiental crescente na comunidade”, tenham sido incorporadas, a forma de apropriar-se da natureza manteve a mesma lógica anterior: os meios são justificados pelos fins. Muda-se aqui, segundo WEBER (2002) novamente, “as relações do fim com outros usos possíveis do meio.” Mesmo com a finalidade de conservar a natureza, a “crença consciente” de que a reabertura da Estrada pudesse superar todos os problemas ambientais, persistiu.

Mas, planejar é necessário. Segundo o IBAMA (1999), o planejamento pressupõe o “conhecimento de cenários e seus atores”, adotando, assim, a “sistemática de colocar juntos cidadãos da região onde se encontram as Unidades de Conservação, autoridades constituídas nos âmbitos municipais, estaduais e

nacional e seus técnicos, especialistas na definição do planejamento para uma Unidade de Conservação funcionar adequadamente.”

A forma compartilhada, segundo o entendimento do IBAMA (1999), pressupõe aquela que responde aos objetivos da Unidade, que foram determinados pela agência ambiental responsável, portanto a participação torna-se frágil, uma vez que não é construção coletiva plena. É possível intervir em apenas alguns aspectos: a infra-estrutura na região que pode ser disponibilizada para atender aos objetivos de conservação, observando-se a especificidade de cada zona determinada. Assim, o caráter técnico impõe-se sobre *outros* saberes.

Vimos, portanto, os atores se movimentando de modos diversos. O IBAMA, por um lado, salientando o grande problema na zona de transição pelas atitudes dos moradores, os moradores, por sua vez, afirmando serem portadores de uma nova forma de se relacionar com a natureza. Ambos direcionam suas ações para um desenvolvimento sustentável da região. Onde, então, residem os limites das ações e dos discursos?

## 2.2 A NATUREZA COMO MOTIVADORA DE PRÁTICAS SOCIAIS DISCURSIVAS

As condições de emergência das práticas discursivas acerca da Estrada são formadas por uma rede de relações impostas pelo próprio discurso. Retomando FOUCAULT (1987), práticas discursivas existem, em condições estritas, definidas no tempo e no espaço e tornam-se objetos de apropriação ao servir a interesses passíveis de ressignificações pelo sujeito. O discurso ambiental no conflito é entendido por relações discursivas, ao permitir essa e não *outra*, “singular existência” de ditos.

Os elementos sugeridos por FOUCAULT (1987), que permitem a *segunda formação discursiva*, têm seu domínio de objetos em condições determinadas por práticas acerca de significações e ressignificações da natureza. Não se trata de ir buscar a origem do discurso, ou, segundo FOUCAULT (1987), “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; [mas] é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (p.28) para determinar sua existência a partir das possibilidades que fizeram emergir esses enunciados.

As práticas mobilizadas acerca da questão ambiental encontram-se no jogo de relações que determinou a oposição em favoráveis e contrários à reabertura, ao disputar no campo a apropriação dos discursos. Os fatores que condicionam essas discursividades é o “meio ambiente”, o qual permite que determinados sujeitos apropriem-se dele, num contexto determinado histórica e socialmente. Esse seria o “objeto” dado pela prática discursiva (FOUCAULT, 1987).

Os sujeitos do discurso ambiental são a comunidade, ONGs e IBAMA. Todos os atores instituíram-se no conflito socioambiental a partir das práticas que tomaram como referência a conservação da natureza. Por outras palavras, os espaços vazios deixados no discurso permitem, aqui, que todos os atores sociais tornem-se sujeitos, embora as práticas imponham regras, permeadas por relações de poder. O enunciado acerca da “fragmentação de habitats”, por exemplo, serve aos técnicos na defesa da conservação da natureza, mas não é permitido ao agricultor, favorável à reabertura da Estrada, apropriar-se dele. Portanto, aí, o discurso reveste-se de uma autoridade que é negada a alguns sujeitos.

O discurso ambiental mantém um campo povoado, em suas margens, por outros discursos, que indicam a dispersão de significados, de relações históricas e políticas que se tornam vivas na discursividade. Os enunciados de outros campos como o econômico, o pedagógico, o ecológico, o biológico, o jurídico, etc, formam uma pluridiscursividade que permite a multiplicação dos discursos. Por exemplo, o enunciado “conservar a natureza” coloca-se numa relação estreita com outros enunciados como “conciliar a natureza com o desenvolvimento”, “o Parque é um patrimônio”, “os moradores são portadores de uma consciência ambiental”, etc.

A oposição dos atores garante a dispersão dos enunciados: ser contrário à abertura significa ocupar enunciados como “a Estrada causa fragmentação de habitats”, “a Estrada deve permanecer fechada pois está na zona primitiva”; “A Estrada não contribui em nada com os objetivos do Parque, portanto não é necessária”, “a fragmentação de habitats causa o efeito de borda”, “o Parque Nacional do Iguaçu é patrimônio de todos”, ou “há necessidade de um trabalho em parceria com os municípios vizinhos, a fim de possibilitar ações que busquem o desenvolvimento sustentável da região” ; já ser favorável à Estrada significa ocupar espaços do discurso através de enunciados como “com o fechamento, ficamos num fim de linha”, “com a Estrada nossa consciência ambiental vai crescer”; “estamos no



caminho inverso”, “é possível conciliar a Estrada com a conservação do Parque” ou “sem a Estrada não existirá Parque”.

A instituição, reconhecida política e socialmente como a responsável pelo Parque, detém um poder no campo discursivo, oriundo da ciência e do desenvolvimento e da implementação das políticas ambientais no Brasil, onde a criação de Unidades com o objetivo primeiro de *conservar* é a principal estratégia. Estas políticas – que trazem concepções da natureza como objeto, uma vez que possível de ser apropriado – têm base principal na Ecologia e na Biologia da Conservação.

As concepções de natureza como objeto das ciências instituem-se ao dotar a natureza de um caráter fundamental: a autonomia. Ou seja, *existe* independentemente da intervenção humana. O desenvolvimento da Biologia do século XIX, cuja finalidade era o conhecimento da vida “através da sua própria organização” dá, juntamente com outros fatores<sup>114</sup>, as condições para o surgimento da Ecologia<sup>115</sup>. (DELÉAGE, 1993, p.39)

Para o autor, a ecologia apresenta um caráter multidisciplinar, uma vez que entende o objeto *natureza* atravessado pelo campo *social*. É a ciência dos seres vivos e do homem. Possibilita pensar a natureza como objeto autônomo e, ao mesmo tempo dependente do homem.

A Ecologia científica, segundo DELÉAGE (1993), a partir da sua própria história

alargou-se progressivamente desde o estudo naturalista de ecossistemas singulares, até o estudo pluridisciplinar duma nova totalidade, a biosfera. Além disso, a história humana, vista pelo ângulo da ciência ecológica, alimentou-se duma sucessão de rupturas, tanto locais como regionais, nos antigos equilíbrios naturais. Hoje, não só o espaço das rupturas atinge as dimensões do planeta, como também existem estreitas relações entre as duas histórias, através dos laços que o homem mantém com a natureza e a das suas representações. (p.207)

---

<sup>114</sup> DELÉAGE (1993) indica que há mais duas rupturas ocorridas no século XIX, que darão condições para o aparecimento da Ecologia: a primeira refere-se ao domínio exercido pelo homem sobre o planeta, através das grandes expedições científicas da época moderna; a segunda, a que opera uma revolução na concepção de tempo - a partir dos trabalhos de Buffon, Lamarck, Hutton e principalmente Wallace e Darwin – permitindo pensar sua influência como parâmetro na regulação de populações e dinâmicas das suas evoluções. (p.39)

<sup>115</sup> Um dos conceitos mais importantes dessa ciência é o de ecossistema (definido em 1935 por Arthur Tansley (DELÉAGE, 1993, p.89), que pode ser definido como um sistema aberto que inclui, em uma certa área, todos os fatores físicos e biológicos (elementos bióticos e abióticos) do ambiente e suas interações, o que resulta em uma diversidade biótica com estrutura trófica claramente definida e na troca de energia e matéria entre esses fatores.

Porém, nos discursos observados, a Ecologia não tem um referente social, prevalecendo a natureza como elemento autônomo, como objeto da Biologia. Esses discursos legitimam as ações que têm base numa racionalidade, no sentido de dotar a natureza de um valor em si mesma. A natureza é dependente do homem, ao determinar o quão afastado ele deve permanecer. O zoneamento, ao representar uma natureza normatizada, sob controle, determina que: “a Estrada encontra-se em zona primitiva” e por isso deve ser fechada, segundo IBAMA e ONGS *externas*.

Esse enunciado encontra-se num jogo de relações com outros discursos como, por exemplo, aquele que ressignifica a Estrada como objeto judicial. A zona intangível não tolera “qualquer atividade humana”, diz o Plano de Manejo do Parque de 1981. Portanto, a Estrada estaria causando um desequilíbrio ecológico, diz a justiça, baseada no zoneamento e, aliado a esses enunciados, tem-se “O Parque é patrimônio de todos”. Segundo os enunciadores, não se pode incorrer no risco de que uma demanda local/regional venha a comprometer a manutenção do ecossistema, que é direito de todos, segundo o que a própria Constituição, lei maior, garante.

Outro conceito que se coloca em campos de utilização e que, portanto, está estritamente relacionado à conservação, é o relativo à Biodiversidade ou diversidade biológica. Esse termo tornou-se conhecido através da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), a ECO'92. Com isso, a perda da biodiversidade passou a ser um problema ambiental, visto que acarreta, dentre outros, a extinção de espécies e diminuição da diversidade genética. Isso fez com o Parque ganhasse mais importância, uma vez que o Brasil foi, aí, reconhecido como um país importante sob o ponto de vista ambiental, pois abriga ecossistemas com importante diversidade biológica como, por exemplo, a Mata Atlântica.

A biodiversidade baseia-se, além da Ecologia, na Biologia da Conservação, que emergiu, como ciência aplicada, no final dos anos 1970 e reconhecida como disciplina em 1985 (HANNIGAN, 1995, p.195) – e que tem como base a associação entre ciência (teorias ecológicas e biologia das populações) e gestão ambiental (DIEGUES, 2000).

A conservação e a biodiversidade incorporam-se e dispersam-se nos discursos acerca da *fragmentação de habitats*. Esse conceito sustenta uma natureza

autônoma e equilibrada. Segundo o estudo *A estrada do Colono e fragmentação de habitats no Parque Nacional do Iguaçu* a fragmentação de habitats é um processo “aparentemente imperceptível para o leigo, mas que causa perturbações com efeitos em cascata e leva os ecossistemas à falência ambiental.” (FERREIRA, 2000, p.535). Aliado a esses aspectos, o *efeito de borda* constitui-se como uma das características da fragmentação e são “as mudanças que ocorrem ao longo de um fragmento, causadas pela quebra e pela descontinuidade dos ambientes”, como por exemplo, proliferação de cipós nas margens do fragmento e queda precoce de folhas e árvores. (FERREIRA, 2000, p.536)

Com a Estrada, a *fragmentação de habitats*<sup>116</sup> é evidente, uma vez que corta o Parque separando-o em duas porções. Ela ocasionou os efeitos de borda e “constitui-se como barreira aos movimentos da fauna e à dispersão da vegetação, entre outros prejuízos.” (FERREIRA, 2000, p.537)

Aqui, indica-se como os conceitos da conservação circulam na prática discursiva em torno da Estrada, fundamentando no Plano de Manejo os argumentos contrários à reabertura. Os conceitos formam um campo de presença evidente, ao serem emitidos pela autoridade competente, reconhecida e instituída como controladora da Unidade. É o discurso autorizado e aparece como “verdade admitida”. (FOUCAULT, 1987, p.61). A Estrada não pode ser usada, pois a ciência nos indica a incompatibilidade de uma Estrada na zona primitiva, colocando em risco a integridade da Unidade de Conservação.

A comunidade e as ONGs *internas*, por sua vez, também são dispersores desse discurso competente, uma vez que a AIPOPEC, através da proposta *Integração Regional*, nos diz que a fragmentação de habitats existe, mas é possível diminuir os impactos ambientais. A AIPOPEC fala também com autoridade, utiliza-se do discurso técnico e nos apresenta algo mais: a consciência ambiental dos moradores. Aí haveria a compensação pelos “pequenos” prejuízos que a Estrada causaria ao ecossistema, segundo a proposta *Integração Regional*.

---

<sup>116</sup> Embora a fragmentação de habitats possa ocorrer por processos naturais, através de fatores como: flutuações climáticas; heterogeneidade do solo; topografia e processos hidrogeológicos, dentre outros. (MMA, 2003)

O discurso da “consciência ambiental crescente”, que essa proposta salienta, encontra nos moradores seus sujeitos: “se antes era ‘plante que o governo garante’, agora é preciso fazer o caminho inverso. Antes, o desmatamento, agora, o reflorestamento”. A AIPOPEC faz uma síntese de como os moradores relacionam-se atualmente com a natureza:

os pioneiros ainda guardam na memória os fogos noturnos das queimadas contínuas, destinadas a abrir a terra agrícola, formando brumas persistentes, incômodas e inevitáveis de fumaça. O cenário hoje, é totalmente diferente, com a volta progressiva das matas ao longo dos rios, assim como com a preservação dos capões remanescentes, os cuidados com os solos e as águas e a qualidade das residências, rurais e urbanas. (AIPOPEC, 1997, p.32)

Os impactos que a Estrada causaria se estivesse aberta, diante desses discursos, pouco representam. Ganharia o Parque em conservação, pois como está, segundo os enunciantes, representa a “face morta dos municípios”. É preciso, então, dotá-lo de vida. A vida é a Estrada em uso, dizem os enunciantes. As campanhas da AIPOPEC e do MAP (*Movimento Amigos do Parque*), “Caminho do Colono: a vida passa por aqui”, “Caminho do colono: caminho aberto para a vida”, nos *dizem* isso.

A consciência ambiental é determinada pelo conhecer. Segundo os enunciantes “só se preserva o que se conhece”. O conhecer, nesse caso, é o contato com a natureza, a convivência com a floresta. Vida, Parque e Estrada colocam-se num campo de dispersões, onde a natureza é dotada de sentidos diversos daqueles do discurso competente. A *vida* aparece descrita nos jornais da região: “O belo colorido da mata, e borboletas da natureza”<sup>117</sup>, o Parque “é pródigo em diversidade ambiental”; “árvores centenárias, flores, etc, e a infinidade de borboletas, que “beijavam” os roçadores<sup>118</sup> da trilha é indiscreto [...] o ar [...] é digno de ser preservado.”<sup>119</sup>

Porém, a *vida* de que falam é, sobretudo, a vida humana. O pastor protestante, Lauro Schumann, em sua defesa pela reabertura da Estrada, salienta que a vida humana tem prioridade sobre outras formas de vida:

<sup>117</sup> *A Cidade*, Cascavel, 11 maio 1997.

<sup>118</sup> Em 1997 os moradores invadiram a Estrada depois de estar fechada por 11 anos (1986) e retiraram a vegetação que havia crescido no leito da Estrada.

<sup>119</sup> *Mensageiro*, Medianeira, 15 maio 1997.

sou, sem dúvida alguma, a favor da preservação da natureza, mas considero uma asneira chamar um mato de 'santuário ecológico' [...] agredir a natureza animal e vegetal é proibido mas a natureza humana pode ser agredida e aviltada a bel prazer por parte de quem mostra que manda. É isso? [...] Como teólogo, vejo-me no dever de defender o ser humano, a dignidade humana e a natureza humana. O homem em sua trindade (*corpo, alma e espírito*), foi criado por Deus à sua própria imagem e semelhança, e por isso superior às demais criaturas e incumbido da ordem divina de dominar sobre as demais. [...] Preservar a vida só aos nobres é dado. Não estou me referindo a mato e bichos, meus senhores, mas sim à vida dos seres humanos, seres superiores.<sup>120</sup>

Nesse caso, o discurso religioso reforça a multiplicidade do discurso ambiental, ou, conforme FOUCAULT (1987), indica um “campo de concomitância” das formações enunciativas, mostrando-nos a complexidade das relações que se estabelecem nos e entre os *ditos* acerca da Estrada.

A comunidade enunciou, quando a Estrada foi fechada (1986), que estava de luto, pois “tiraram parte da vida da região com o fechamento...” Aqui a *vida* de que falam é o “progresso”, o “desenvolvimento”, enunciados que encontraram no “desenvolvimento sustentável” sua dispersão. Esse conceito se integra ao da conservação da biodiversidade, de forma a validar, por exemplo, as práticas discursivas sobre uma “Estrada que responda aos anseios da comunidade e que minimize os impactos ambientais” ou “o Parque só será valorizado se integrado às comunidades”.

Segundo FERREIRA (1998) “o conceito de sociedade sustentável foi elaborado originalmente pelo *Worldwatch Institute* [...] no começo da década de 1980”. Apareceu inicialmente como uma crítica ao modelo capitalista, ao estilo de vida a ele associado, e ao crescimento populacional que gera pressão sobre os recursos naturais “finitos”. Desde então o conceito foi disseminado mundialmente em relatórios sobre o “Estado do mundo” produzidos por esse instituto desde 1984 e pelo – já clássico quando se trata desse termo – Relatório *Nosso Futuro Comum* produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecido como Relatório Brundtland, em 1987.

O Relatório Brundtland conceitua desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (p.46) E “é um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos

---

<sup>120</sup> *Mensageiro*, Medianeira, 21 jun.2001

investimento, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.” (p.49)

Os atores favoráveis a reabertura da Estrada encontram nesses enunciados um reforço para a “luta” em favor da Estrada, apontando uma possível solução para todos os eventuais problemas que poderiam se caracterizar como obstáculos a um desenvolvimento sustentável. Dessa forma, “aparece” o enunciado “queremos uma Estrada ecologicamente viável, que venha de encontro ao interesse da comunidade, que representa a união entre vida e progresso”.

Viu-se, então, através das formações discursivas, os atores incorporando conceitos, ressignificando-os de modo a legitimar suas ações. Ou seja, os discursos, também eles, indicam as racionalidades que estão presentes nas ações, na medida em que efetivamente caracterizam-se como “elementos para uma estratégia” (FOUCAULT, 1987).

### **CAPÍTULO 3**

## **CONSERVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: FRONTEIRAS PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA**

A análise do conflito socioambiental provocado pelo fechamento da Estrada do Colono permite afirmar, sob um aspecto geral, que os atores sociais sofreram mudanças no decorrer do processo, visíveis tanto no âmbito das ações quanto das práticas discursivas, caracterizando uma trajetória para esse conflito.

A comunidade, por exemplo, demonstrou transformações aparentes na medida em que incorporou o Parque Nacional do Iguaçu em seu cotidiano, mesmo quando reafirma que é uma “barreira”. O IBAMA, por sua vez, ao planejar ações de interação com a comunidade, também modificou-se, visto que percebeu a importância de estabelecer um processo de interação com a comunidade e realizou ações nesse sentido. A Oficina de Planejamento para a elaboração do Plano de Manejo, é um exemplo disso.

Essas ações mostraram-se fragmentadas: desde o início do conflito, em 1986, o Parque foi considerado como uma “barreira”, porém ao planejar ações no sentido de integrar o Parque, a comunidade demonstra uma possibilidade para um debate, uma reflexão e o IBAMA, por sua vez, mostrou-se interessado num processo de interação. Mas ainda há muitas incertezas nas formas de incorporar esse novo ator social.

A partir das transformações dos atores pretende-se, neste capítulo, avaliar as possibilidades e os limites de implantar uma gestão participativa ou um co-manejo do Parque Nacional do Iguaçu, numa perspectiva sustentável. Em outras palavras, parte-se do recorte histórico e político aqui demarcado, com o objetivo de analisar tanto as potencialidades quanto os limites oferecidos pelos atores, para que a interação torne-se um processo efetivo na definição/construção de uma política ambiental sustentável.

Conforme afirmado em outro momento neste trabalho (Capítulo 2), o processo de redemocratização do país ampliou a participação da sociedade civil, instituindo novos atores sociais nas políticas públicas ambientais e, no caso das

Unidades de Conservação, prevê a participação da comunidade local. O ponto de partida para a discussão proposta é o fato de que a exclusão do ator social comunidade nas políticas de gestão de Unidades de Conservação, não é mais admitida na medida em que, cada vez mais, essa participação tem sido garantida nas políticas ambientais atuais e a própria Constituição tem como premissa a institucionalização do processo participativo (FERREIRA, 1998b). Este novo ator, aqui, demonstra claramente o interesse em participar de um espaço de decisões, uma vez que afetado diretamente. Dessa forma, percebeu-se, na trajetória do conflito, a construção de uma demanda social por participação das comunidades locais nas tomadas de decisão.

Importante salientar, de forma a manter clareza no encaminhamento da discussão, que o objetivo não é indicar metodologias para a superação do conflito, o que talvez uma pretensa adesão a novos valores – como é o caso da consciência ambiental ou da “boa disposição” da comunidade em realizar parcerias, conforme afirma o IBAMA – estaria indicando. Se assim procedesse, afirmaria que esse conflito tem caráter transitório na medida em que os atores, ao incorporarem práticas sustentáveis, teriam a possibilidade de vivenciar relações harmônicas, tanto no campo instituído pelos atores quanto com a natureza. Não é possível defender, por exemplo, que a participação mais efetiva da comunidade dê a garantia de decisões consensuais. Conforme ALONSO e COSTA (2002) afirmam:

... a criação de câmaras de negociação e modalidades participativa de tomada de decisão nas questões ambientais, argumento válido para qualquer outro procedimento de resolução de conflitos, não pode pressupor o *consenso* quanto ao objeto sob deliberação. Essas instâncias não podem produzir um resultado substantivo (o consenso), mas apenas procurar garantir condições formais (institucionais) de processamento de conflitos e (quando possível) resolução de impasses. A negociação dos conflitos, nessas instâncias, se realiza quando os cidadãos afetados atribuem ou negam legitimidade a iniciativas públicas ou privadas, conforme sua percepção subjetiva das conseqüências imediatas dos problemas ambientais para a sua vida cotidiana. No entanto, o resultado da deliberação é incerto. Nada garante que da expansão da participação popular venham a emergir decisões consensuais relativas a dilemas ambientais.” (p.121)

Antes, pode-se expor o que o conflito socioambiental é relevante para a reflexão acerca de dinâmicas sociais em Unidades de Conservação, visto que as mudanças dos atores, revelaram uma necessidade de interação, além de indicar a necessidade de novas formas de apropriar-se da natureza – que podem ser



construídas e reconstruídas através da busca de alternativas no manejo de uma Unidade de Conservação. O conflito revelou ser portador de um papel importante: mostrou a heterogeneidade dos atores, as estratégias utilizadas em função da complexidade de interesses, enfim a pluralidade de valores e recursos. Afinal, para que serviu o conflito? Como as mudanças ocorridas possibilitam uma aproximação dos atores? Poderia ser ele o motivador da busca de novas formas de compreender o mundo, conforme afirma LEFF (2001a)?

Ao se indicarem possibilidades de novas formas de apropriação da natureza, salientam-se dois aspectos: por um lado, o IBAMA, ao planejar a gestão de Unidades de Conservação não pode mais ignorar a importância da comunidade na determinação dos objetivos que permeiam a conservação da biodiversidade. Aparentemente, essa afirmação é óbvia, uma vez que as políticas ambientais e o próprio debate ambiental reforçam essa idéia. Mas, esse aspecto revelou-se, na trajetória do conflito, como fundamental, ao indicar a dificuldade de incorporar, na prática, esse ator nas políticas de gestão do Parque.

A tarefa de efetivar ações na construção de uma gestão participativa constitui-se num desafio complexo, tendo-se em vista os conflitos decorrentes daí. Porém, a Estrada permitiu refletir sobre o quanto o conflito poderia ser debatido, aprofundado e ampliado – na medida em que novos atores são instituídos ao processo – pelos próprios atores. A análise realizada permitiu visualizar que à medida que o debate não se realizou, ou se realizou “internamente”, restrito aos “pares”, o conflito aprofundou a rigidez dos atores no campo. O fato de o IBAMA não permitir a realização de entrevistas com técnicos e indicar problemas metodológicos no projeto de pesquisa que deu origem à análise que ora desenvolvo, por exemplo, indicou-me que, para ele, o mais sensato a se fazer seria “esquecer” o episódio Estrada do Colono.

Por outro lado, a comunidade, ao caracterizar-se como portadora de uma consciência ambiental que se traduziu em ações no sentido de recompor ambientes degradados, indicou uma possível disposição em participar das políticas de gestão da Unidade, através de um processo de interação. Porém, essa consciência ambiental revelou ser portadora tanto de possibilidades pelo fato de a comunidade “vivenciar” o debate ambiental, por exemplo, quanto de limitações. As limitações

mais aparentes são no sentido de demonstrar que esse ator ampliou a possibilidade de fazer uso da Estrada, mesmo que seja como um “eco-viaduto” sobre o traçado original.

Até agora, neste trabalho, salientou-se o antagonismo dos atores no campo, porém é importante, nesse momento, favorecer a aproximação dos atores, ou seja, qual a possível convergência dos atores possibilitada por esse conflito e, a partir daí, analisar qual seu potencial para a instituição de um processo estável de decisões.

Conforme vimos, conservar a biodiversidade é uma preocupação dos atores envolvidos e, se fiz uso desse aspecto ao longo do trabalho, salientando as divergências de interesses e estratégias no campo, ele ainda serve como instrumento de análise para uma possível confluência dos atores. Nessa perspectiva, toma-se a função “primeira” do Parque Nacional do Iguaçu como referência: “proteger, em estado natural, mostrar dos ecossistemas representativos da Floresta Estacional Semidecídua, da Floresta Ombrófila Mista e das Formações Pioneiras da Influência Fluvial, sua biodiversidade e recursos genéticos para benefício desta e das futuras gerações.” (IBAMA, 1999). Dessa forma, é possível expor tanto as potencialidades quanto os limites dos atores na obtenção deste objetivo comum.

Aliado ao objetivo principal de um Parque, toma-se também o conceito de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, uma vez que forma, ao menos no que se refere à práticas discursivas, um *campo de concomitância* – retomando FOUCAULT (1987) – com o conceito de conservação da diversidade biológica. Aqui, conforme os atores, a conservação de ecossistemas não se desvincula de um projeto de sustentabilidade que, indiretamente, não se desvincula da institucionalização de um processo de interação dos atores.

Dito isto, tem-se uma reflexão complexa: como aliar conservação da biodiversidade, sustentabilidade e a adesão dos atores envolvidos para a construção de um projeto de co-manejo e como efetivar uma política ambiental local, mas ao mesmo tempo vinculada a uma política ambiental mais ampla – nacional e global – no sentido de manter a especificidade de um Parque Nacional?

As potencialidades do conflito indicadas em sua trajetória, apesar de inter-relacionadas, podem ser exemplificadas do seguinte modo:

a) no que se refere à comunidade e ONGs *internas*: a organização social na busca de um objetivo comum, a construção de uma demanda por participação social nos planejamentos de gestão, a consciência ambiental e a disposição em participar;

b) no que se refere ao IBAMA e ONGs *externas*: a consideração do entorno e sua dinâmica social e o início de um processo de interação, ainda que consultivo;

A capacidade de organização social na busca de um objetivo comum, atribuída à comunidade e ONGs *internas*, permitiu a incorporação da questão ambiental no seu cotidiano, revelando que o Parque estava mais próximo do que se supunha. O conflito socioambiental permitiu que a comunidade “trouxesse” o Parque para o seu cotidiano, o que, de certa forma, permitiu que outros valores fossem incorporados, como a própria “conservação”. Embora o aponte muitas vezes como uma “barreira” física e simbólica para o desenvolvimento das regiões, a inserção do Parque no cotidiano permitiu a vivência do debate ambiental e, quem sabe, a motivação para mudanças na relação com a natureza, uma vez que os atores “vivem” a questão ambiental.

Cumpramos ressaltar que essa inserção deu-se numa perspectiva na qual o Parque é percebido como capital natural (LEFF, 2001a, 2003), ou seja, a proposta *Integração Regional*, baseada numa racionalidade instrumental, capitalizou a natureza e reduziu o ambiente à razão econômica, tornando-se “compatível à conservação e o desenvolvimento internalizando as condições ecológicas para um crescimento sustentado da economia.” (LEFF, 2001a, p.66)

Essa “aproximação” do Parque é um dos fatores que contribuiu para a construção de uma demanda social pela participação nos processos decisórios de gestão da Unidade. Embora essa demanda, ao ter a reabertura da Estrada como foco das estratégias e conseqüentemente dos interesses, revele os seus próprios limites.

Na trajetória do conflito foi possível observar que a Estrada serviu como o único meio possível de explicar e entender a realidade das comunidades na relação com o Parque, uma vez que sem ela, “o parque não existe” ou a “A Estrada foi o elo de passagem para a colonização”, conforme afirmam as práticas discursivas, reforçadas pelas ações organizadas, como no caso das invasões, por exemplo. Logo, a referência histórico-social-ambiental daqueles municípios encontra-se “depositada” na existência da Estrada.

Para o IBAMA e para as ONGs *externas*, por sua vez, a relevância do conflito constitui-se na questão básica de que a conservação da biodiversidade requer ampliar os limites de ação para além da fronteira do Parque: é preciso pensar sobre o entorno e sua dinâmica social. Isto significa dizer que o processo de interação com a comunidade vai além do processo consultivo realizado até o momento. A consulta à comunidade serviu para saber o que ela pensa e o que ela sabe, ou seja, um diagnóstico, sem que, no entanto, estas questões fossem efetivamente incorporadas às ações que visam manter a biodiversidade. A participação através de consultas ampliou, nesse caso, atitudes e discursos menos flexíveis por parte dos atores sociais.

O potencial do conflito na instituição de um processo de interação indicou limites para os atores: construir um processo democrático de co-manejo significa ter clareza que a participação das comunidades não se limita a um processo consultivo e nem à Estrada. A importância do Parque, seu papel e seu potencial de integrar os atores não será alcançado/construído se o discurso competente (técnico) for a única possibilidade de entendê-lo. Por outro lado a Estrada, como única forma de explicar a existência (conservação) do Parque mostrou-se deficiente diante do potencial que ele apresenta para um processo de interação.

Essas formas únicas de perceber a realidade reforçaram a posição antagônica dos atores no campo, sendo necessário experimentar o que essa fronteira oferece para uma gestão participativa. A busca da sustentabilidade, com suas incertezas e complexidades, seria, nesse projeto de interação, uma fronteira a ser explorada.

Os aspectos básicos, tomados aqui para uma possível confluência dos atores (conservação da diversidade biológica e sustentabilidade) como possibilitadores de uma gestão participativa, serão tratados a seguir em itens separados, porém manterei suas inter-relações. Certamente o conflito socioambiental instituído pela Estrada do Colono pode servir para os próprios atores perceberem os desafios e complexidades que a institucionalização da participação comunitária e da sustentabilidade implicam na prática.

### 3.1 CONSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A demanda social pela institucionalização de um processo participativo nos permite avaliar dois aspectos básicos: por um lado, em que medida a participação comunitária exigiu mudanças, tanto no que se refere ao discurso quanto às ações por parte dos atores sociais (IBAMA, comunidades e ONGs) e, por outro, em que medida essas mudanças convergem para a construção de um processo efetivo de interação, traduzido sob a forma de debates, fóruns, oficinas, seminários, etc...

As mudanças exigidas no ator oficial e socialmente instituído como gestor da Unidade (IBAMA), se relacionam à forma de conceber/perceber o novo ator (comunidade) do processo, o que exigiu transformações na própria estrutura institucional. A necessidade de consultar a comunidade, quando da elaboração do atual Plano de Manejo, por exemplo, demandou organizar e encaminhar ações que contemplassem a consulta às comunidades. Nesse sentido o IBAMA entendeu que buscou “uma participação ampla dos envolvidos com o Parque, promovendo reuniões [...] A participação sugere comprometimento e envolvimento das diferentes partes e esse planejamento reflete a intenção do IBAMA em trabalhar de forma compartilhada com a região, de modo a promover uma maior integração entre ela e o Parque.”

A comunidade, por sua vez, nunca antes consultada sobre o Parque Nacional do Iguaçu, passou a ser solicitada e buscou a garantia de seus direitos, o que interferiu na construção dessa demanda social.

É um processo complexo, visto que esse “novo papel” encontra-se em processo de institucionalização, sendo um processo conflituoso em sua essência, já que essa construção dá-se, além de outros fatores, na própria inter-relação dos atores.

Na prática, instituir um processo de interação é mais difícil do que parece, uma vez que pode aprofundar o antagonismo existente entre os atores no campo. Estabelecer esse processo, portanto, constitui-se num grande desafio, pois as mudanças exigidas não serão estabelecidas de forma superficial e imediata. Como qualquer processo democrático, o desafio é instituir o espaço político onde as decisões e opiniões sejam debatidas em conjunto, o que requer o exercício do respeito às opiniões diversas; à tolerância; ao bem comum acima de objetivos

pessoais, enfim, conviver com a existência da diferença na construção de objetivos que respondam às aspirações de todos os atores envolvidos. Segundo LEFF (2002) a construção de espaços de negociação e a mediação de conflitos através do diálogo implica em relações sem prejuízos, subordinações mútuas ou complacência.

A participação das comunidades locais exige descentralização do planejamento, o que requer explorar/experimentar fronteiras de heterogeneidades de percepções sobre uma realidade e, portanto, exige mudanças na prática profissional de conservação, uma vez que os discursos e as ações, ambos com referência em conhecimentos científicos/técnicos na biologia da conservação, possuem limites na busca de atingir o objetivo primeiro da conservação dos ecossistemas ameaçados, como é o caso do Parque. A experimentação de fronteiras entre conhecimentos diversos será explorado no item seguinte.

A convergência dos atores, nesse aspecto, é percebida a partir da importância dada ao processo de interação sob a ótica dos próprios atores na trajetória do conflito. O IBAMA entende que, na conservação da biodiversidade, não pode ater-se somente aos seus limites, é preciso incluir o entorno: “para que os planos e projetos conservacionistas tenham êxito e contribuam para o ordenamento e o saneamento da Zona de transição, faz-se necessário o estabelecimento de parcerias e responsabilidade conjunta entre os poderes públicos municipal, estadual e federal, as instituições organizadas dos municípios e a direção do Parque.” (IBAMA, 1999)

O IBAMA não vê grandes dificuldades em realizar parcerias, num primeiro momento. A tarefa parece não ser difícil, pois durante as reuniões realizadas com as prefeituras e comunidades locais, ele observou o “acolhimento, a boa vontade e a predisposição das autoridades municipais em dialogar com a administração do Parque e os demais municípios para um trabalho consorciado com a finalidade de tratar as questões do entorno da Unidade e viabilizar estratégias de desenvolvimento sustentável”. O episódio da Estrada, demonstrou para o IBAMA que a população tem condições de se organizar politicamente em torno de um ideal comum (IBAMA, 1999).

Em outro momento, contudo, ao tomar como referência o conflito estabelecido pela Estrada, esse ator encarou a instituição de parcerias como desafiadora:

por um lado, o movimento com conotação altamente política causou sérios danos ambientais, principalmente de fragmentação, e institucionais, evidenciando a fraqueza da questão ambiental no Brasil, onde os poderes executivo e judiciário foram desobedecidos e menosprezados, por outro lado, mostra também a gestão que vinha sendo dada às Unidades de Conservação no País, a de administrar somente dos limites para dentro, esquecendo-se do entorno e suas complexidades. A partir da resolução técnica e operacional desse problema, fica o grande desafio de construir uma relação sólida e dinâmica com o entorno.” (IBAMA, 1999)

A comunidade, por sua vez – embora reconheça no IBAMA a entidade capacitada para o controle da gestão – acredita que pode se organizar com a finalidade de contribuir com os objetivos do Parque. Os entrevistados afirmam que isso já foi demonstrado anteriormente, baseados na experiência de mobilização popular necessária às invasões à Estrada e no período (1997-2001) em que esta esteve aberta sob os cuidados do Movimento Amigos do Parque – MAP.

A realização da proposta de *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu* – debatida no Capítulo 2 – reflete o interesse da AIPOPEC e da população em participar e efetivar um processo de integração dos atores. A AIPOPEC reafirma uma “relação afetiva” com o Parque, semelhante àquela na qual “se ama o que se conhece”: “quando a comunidade participa ativamente da realização de um projeto desta magnitude [...] nasce um sentimento de paternidade, filiação, de coisa nossa, que faz com que os resultados sejam sensivelmente mais duradouros. E quando se tem esse sentimento de posse, sempre haverá o cuidado, o zelo, a disposição para investir no objeto estimado” (AIPOPEC, 1999). Mas, de qualquer forma, a disposição da comunidade em cuidar do Parque já existia, independente do episódio da Estrada: fizeram e fazem um “magnífico trabalho de preservação” (DALLO, 1999, p.14), “evitando invadi-lo ou saqueá-lo de suas riquezas naturais.” (AIPOPEC, 1997).

De forma a esclarecer as possibilidades de uma interação, é importante ressaltar como a participação das comunidades tem sido tratada até agora. A relação da comunidade com as ONGs *externas*<sup>121</sup> e sobretudo com o IBAMA, não é

---

<sup>121</sup> A ONG CEDEA, segundo a entrevista, atribui esse distanciamento do IBAMA ao fato de que ele “não foi pro confronto com a sociedade, não chamou a sociedade para debater...”

“nada positiva”, de acordo com os entrevistados. Essa relação é “distante”, “difícil” e “historicamente complicada”, o que, segundo eles, reflete na conservação da Unidade. O prefeito de Serranópolis do Iguaçu faz uma avaliação sobre os motivos que levaram a essa situação:

a relação do Ibama com a população lindeira ao Parque Nacional, ainda quando IBDF, e depois também enquanto IBAMA, sempre foi uma relação muito distante, uma relação policialesca. De policiais que vinham invadindo propriedades atrás de armamentos de caça e de todo tipo de natureza, de extração de palmitos. Uma série de coisas dessa natureza aconteceu aqui. E nunca foi uma atitude positiva em relação a cativar essa população lindeira ao parque, para que ela se tornasse amiga do parque, e por consequência passasse a preservar esse parque. Então essa relação distante e de indiferença com a população lindeira levou também a algumas agressões a própria unidade de conservação.

Embora o IBAMA perceba a necessidade de incorporar a comunidade ao debate e à interação, observa-se, de um modo geral, que ocorre uma participação consultiva, ou seja, não há compartilhamento nas tomadas de decisão.

A participação consultiva pode ser definida como um processo onde “agentes externos ouvem os pontos de vista. Esses agentes definem os problemas e as soluções, e podem modificá-los conforme a reação das pessoas. Tal processo [...] não compartilha nenhuma tomada de decisão e os profissionais não tem obrigações de considerar a visão das pessoas.” (PIMBERT; PRETTY, 2000, p.197)

Essa forma de participar mostra-se frágil, superficial e fragmentada, uma vez que a consulta não garante que a comunidade tenha suas aspirações debatidas de forma a buscar a minimização dos conflitos, ao contrário, acentua um processo assimétrico, no qual o IBAMA procura “convencer” a comunidade do que é melhor para o Parque, conforme ele próprio indicou: “Caso a Estrada seja mantida aberta, nova avaliação será necessária sobre o que mesmo se pretende com o Parque. A análise deverá ser feita à luz dos conhecimentos que a biologia da conservação oferta aos manejadores e tomadores de decisão, o que foi [...] exaustivamente discutido [no plano de manejo]”. (IBAMA, 1999)

Os objetivos específicos do Parque são reveladores do exercício de convencimento, de persuasão, embora indiquem a ampliação das possibilidades da educação ambiental e das parcerias com os municípios do entorno, em sua maioria



baseadas no ato de “induzir” a comunidade a dar importância às práticas de conservação e a valorizar o Parque.

Por outro lado, a proposta de *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu*, apresentada em nome dos municípios, embora seja essencialmente, como o próprio nome diz, uma proposta de integração do Parque com a comunidade, também vai no sentido de induzir os demais atores de que a integração visando a conservação do Parque é possível, a partir da reabertura da Estrada. Pretende convencer o país sobre a importância da Estrada para a conservação biológica, conforme observou-se no discurso do presidente da AIPOPEC:

uma hora nós queremos convencer, hoje eu digo o país, e até quem sabe internacionalmente, que não é uma Estrada que acabe com o parque nacional. Se nós juntos podemos ter a Estrada histórica, ecológica, turística, não sei o nome que se dê. Que dê para a gente ter essa interligação, com certeza é muito mais fácil trabalhar os lindeiros, [...] o entorno até do parque nacional, vamos plantar mato, nos rios vamos proteger, tudo. Eu tenho certeza que a população topa. Mas desde que exista a contrapartida da Estrada.

O CEDEA, a ONG entrevistada, salienta as atitudes de convencimento com relação à importância da Estrada: “percebemos a intenção daqueles senhores, principalmente dos colonos, chefes de família... durante todo o tempo, eles tentavam persuadir os ambientalistas e persuadir o chefe do parque também que estava lá; mostrando as potencialidades da Estrada.”

Percebe-se que o “acolhimento” e a “boa vontade” da comunidade, indicados pelo IBAMA e por ela própria, são fatores importantes para um processo de interação, pois caracterizam a disposição para o diálogo, porém mostraram-se limitados na prática, uma vez que as atitudes de convencimento, nesse caso, foram elementos que aprofundaram a rigidez dos atores. Há ações e discursos científicos utilizados como única forma possível de explicar a importância do Parque: de um lado o IBAMA e ONGs *externas* com “boa disposição e vontade” de convencer sobre os benefícios do Parque e de outro a comunidade e as ONGs *internas* igualmente com “boa vontade” de convencer sobre os benefícios da Estrada para o Parque.

Aqui têm-se duas visões diversas do Parque. O IBAMA e as ONGs *externas* concebem amplamente os benefícios do Parque, baseados na biologia da conservação e a comunidade, por sua vez, entende que a conservação do Parque vincula-se diretamente à abertura da Estrada, depositando aí toda sua aspiração

com relação àquela Unidade de Conservação. Aqui revela-se um dos limites da população local, no que diz respeito à participação da comunidade num projeto de co-gestão, uma vez que tomam a Estrada como o único meio para solucionar os problemas ambientais e para propor um projeto de desenvolvimento “sustentável” para a região.

Mas e a consciência ambiental, da qual a comunidade diz ser portadora, e que impediu que o parque fosse destruído, promovendo uma outra relação com a natureza? É ela, na ausência da Estrada, um fator de mudança?

A consciência ambiental parece ser um elemento favorável na busca de formas diferenciadas de se relacionar com a natureza. Apresenta limites quando tem sua referência unicamente na existência da Estrada, portanto essa consciência é portadora de controvérsias, pois se por um lado a comunidade “provou” que é consciente ambientalmente, através de ações voltadas à conservação dos rios, recomposição das matas ciliares, dos capões e da reserva legal, da proteção ao Parque e motivada por essa preocupação ambiental, contemplou no currículo do Ensino Fundamental a disciplina de Educação Ambiental, por outro, a consciência ambiental tem seu limite quando se trata da Estrada. Consciência ambiental e Estrada são fatores diretamente proporcionais: se a Estrada puder ser usada, a comunidade mostraria ser consciente ambientalmente, pois todas as ações serão realizadas visando a conservação efetiva do Parque, caso contrário, a consciência ambiental tem limites. A evidência aqui é que o “caminho inverso” que está sendo realizado pela comunidade, conforme afirmaram os moradores, como por exemplo, a restauração ambiental, tem seu “preço”.

A consciência ambiental – que aqui já foi tratada (Capítulo 2) como um aspecto relacionado ao *habitus* (BOURDIEU, 2001)<sup>122</sup> – se, por um lado, é

---

<sup>122</sup> Embora a relação entre consciência e ação seja um processo mais abrangente e complexo do que o sugere a noção de *habitus* (BOURDIEU, 2001). Talvez GIDDENS (1989), ao conceituar *consciência discursiva* e *consciência prática* nos mostre a complexidade desse processo. Para este autor, consciência discursiva é aquela que “os atores são capazes de dizer, ou expressar verbalmente, acerca das condições sociais, incluindo especialmente as condições de sua própria ação...” e consciência prática é “o que os atores sabem (crêem) acerca das condições sociais, incluindo especialmente as de sua própria ação, mas não podem expressar discursivamente...” Aliado a estes conceitos pode-se, ainda, citar a *monitoração reflexiva da ação* que é “o caráter deliberado, ou intencional, do comportamento humano, considerado no interior do fluxo de atividade do agente; a ação não é uma série de atos discretos, envolvendo um agregado de intenções, mas um processo contínuo.” (p.303-304)

motivadora de ações e discursos e, conseqüentemente, da proximidade do debate ambiental, embora restrito aos seus pares, por outro, na medida em que se reflete em ações e discursos, pode expressar uma racionalidade meramente instrumental no sentido de validar, apoiado em práticas discursivas, novas estratégias na busca de um determinado fim. Assim, a consciência ambiental não é garantia de uma adesão a valores e práticas ambientalistas de forma imediata. O que quer dizer, sob esta ótica, que tanto ações quanto discursos não indicam a construção de uma relação diferenciada com a natureza numa perspectiva sustentável. Se assim fosse, a consciência ambiental “crescente”, conforme dizem os moradores, garantiria uma característica efêmera ao conflito e, portanto, superficialidade, já que, uma vez atravessados os impasses imediatos, os objetivos e interesses dos atores – diversos, o que torna os conflitos complexos – confluiriam para decisões homogêneas e, portanto, negociações harmônicas.

Certamente não é o que observamos aqui. O fato de a Estrada ser elevada a um “monumento histórico” pela comunidade e mais, a “luta pela reabertura” ser relevante para a construção da identidade daquelas populações e, conseqüentemente, a construção de uma “memória social”, já que os discursos circulam por ser tantas vezes repetidos, parece-me uma questão difícil de “negociar” para todos os atores envolvidos. Isso não significa dizer que a busca de uma identidade a partir da Estrada não é legítima, pelo contrário, a comunidade construiu, sobretudo através de práticas discursivas, essa legitimidade. Embora, passível e possível de desencadear debates e reflexões.

Se, por um lado, a Estrada e a consciência ambiental constituírem os únicos meios possíveis de conservar a biodiversidade e de integração dos atores, e de outro a participação da comunidade limitar-se a um processo consultivo, esse conflito, na medida em que trouxe a pluralidade dos atores através de seus valores e interesses no campo, também poderia esvaziar a construção de um espaço político público de gestão a partir da motivação dos atores, visto que as fronteiras colocadas aí não se convertem em rupturas, em processos a serem co-experimentados. É a própria conservação da biodiversidade a partir dessas fronteiras que coloca-se no âmbito das incertezas.

É possível manter-se a especificidade de um Parque, mas é o reconhecimento das características regionais/locais em seus aspectos históricos,

políticos e culturais que indicarão a construção de processos de interação, onde outras formas de se relacionar com a natureza poderão emergir, se superada a rigidez de posições, pois essa é “o contrário da invenção”, conforme BOURDEIU (2001).

### 3.2 QUAL SUSTENTABILIDADE?

Os atores, apesar de na maior parte do tempo revelarem-se antagônicos, possuem “projetos comuns” de desenvolvimento, utilizam-se das mesmas práticas discursivas e planejam ações similares. Contudo, ao se tratar da relação entre conservação e desenvolvimento, há mais incertezas e polêmicas do que respostas.

Os projetos, na prática, revelam-se complexos e difíceis de implementação, uma vez que a relação entre conservação da diversidade biológica e desenvolvimento é permeada de instabilidade, pelo menos em nosso país, onde a instituição das políticas públicas ambientais estiveram, na maioria das vezes, subordinadas às políticas desenvolvimentistas.

Motivado pela Conferência da ONU em Estocolmo em 1972<sup>123</sup>, o Brasil criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) – primeira agência ambiental oficial – cuja função era estimular a conservação do ambiente e o uso racional dos recursos naturais<sup>124</sup>. Esse processo foi tímido, visto que a Sema estava ligada ao Ministério do Interior, o qual implementou estratégias de crescimento econômico acelerado, já que respondia à ideologia de um Estado autoritário, que difundia a idéia de que os recursos naturais eram ilimitados e incentivava a expansão da fronteira. Portanto, qualquer tipo de preservação de ambientes naturais era tido como obstáculo para o desenvolvimento<sup>125</sup>. Retomando GUALDA(2002),

---

<sup>123</sup> Segundo McCORMICK (1992), na Conferência de Estocolmo avançou-se no sentido de que os problemas ambientais deixaram de ser meramente científicos e ganharam abrangências política, social e econômica. Para LEFF (2001a) esse momento propiciou a reflexão sobre os limites da racionalidade econômica e começa a surgir um conceito de ambiente que leva em conta a complexidade do mundo.

<sup>124</sup> Atualmente são atribuições do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

<sup>125</sup> O Brasil sustentou na Conferência de Estocolmo, por exemplo, que a utilização dos recursos naturais como fonte era base para uma acumulação rápida servindo como combate à pobreza, o que forjou uma imagem de Estado “anti-ecológico”. (LÉNA, 2002)

nesse período, a preocupação com o meio ambiente representava a antítese do desenvolvimento.

A mesma região (Oeste Paranaense) que vê atualmente o IBAMA propor ações conjuntas para a conservação da biodiversidade, “viu” de perto a implementação de políticas desenvolvimentistas que tiveram como consequência um profundo impacto ambiental: tanto a “Revolução Verde”, já tratada aqui, e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu<sup>126</sup>, a “maior hidrelétrica do mundo”, iniciada há trinta anos e que era promessa, sobretudo, de “progresso” – conforme afirmavam os técnicos envolvidos com o projeto ao fazerem referência a ela no início dos anos 70, em suas passagens por escolas da região. Além de ser responsável por um dos grandes problemas de migrações de populações do país<sup>127</sup>, a represa de Itaipu (“o maior lago artificial do mundo”) encobriu um Parque Nacional, o de Sete Quedas, na Região Noroeste do Paraná.

Os defensores da reabertura da Estrada do Colono refletem, direta e indiretamente, a herança desenvolvimentista, uma vez que também eles foram “instrumentos” de políticas que dizimaram, em praticamente 30 anos, a floresta original, colocando em seu lugar campos de agricultura, a fim de permitir “o progresso”<sup>128</sup>. Os moradores afirmaram que “não tiveram saída” diante de uma política tão agressiva, a qual exigia a ampliação dos espaços de agricultura e o “financiamento do banco dependia diretamente desse fator”, dizem. A síntese dessa

---

<sup>126</sup> A Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, cujas obras foram iniciadas em 1974, com posterior geração de energia em 1984, possui um amplo programa ambiental de áreas protegidas. Exemplos de algumas ações: Faixa de Proteção do Reservatório (às margens do reservatório, nos últimos 19 anos, já plantou o equivalente a 60% de uma floresta do tamanho do Parque Nacional do Iguaçu, o que representa o reflorestamento de 96%); reservas e refúgios biológicos, além do *Corredor da Piracema*. A Itaipu é parceira do projeto do *Corredor da Biodiversidade Santa Maria*, localizado em Santa Terezinha de Itaipu, que liga a Faixa de Proteção do Lago de Itaipu ao Parque Nacional do Iguaçu, numa extensão de 12 quilômetros e 60 metros de largura. O corredor permitirá a ligação entre o Pantanal do Mato Grosso do Sul e o Parque Nacional do Iguaçu, passando pelo Parque Nacional de Ilha Grande.

<sup>127</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) “começou, em 1981, com a sigla MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná. Iniciou como uma organização de trabalhadores rurais na sua base e centralizou a sua luta com objetivos de conquista de áreas para assentamento no próprio Estado. Naquele momento, a grande maioria cadastrada no MASTRO, era de *expropriados pela construção da barragem de Itaipu*, que recusava a proposta do Estado, de transferência para regiões no norte do país.” (PIRES, 1998) (sem grifo no original)

<sup>128</sup> Atualmente vêm-se as fronteiras da cultura de soja em ampla expansão sobre ecossistemas brasileiros importantes, como a Floresta Amazônica e os Cerrados.

política na percepção dos agricultores, foi feita por um dos entrevistados: “Hoje, os ambientalistas e o IBAMA culpam os agricultores por todos os problemas ambientais, mas fomos incentivados a isso pelo próprio governo.”

As políticas desenvolvimentistas, onde o Estado constituía-se como ator central, não permitiram um contraponto entre os diferentes atores, portanto elas atuaram de modo a aprofundar a única forma possível de apropriação da natureza: eram essencialmente expressões de uma racionalidade técnica/instrumental. Portanto, a herança que esses governos nos legaram e pela qual as políticas ambientais e seus atores diretos esforçam-se em superar, mostra-se, na prática, difícil de romper. O conceito de desenvolvimento sustentável incorporou-se rapidamente aos discursos, mas como traduzi-lo em ações?

Esse conceito é motivador de controvérsias, uma vez que na medida em que foi incorporado, sua utilização vem sendo usada de formas diversas. Exemplificando algumas formas de uso, ele pode estar relacionado com a igualdade, equidade e justiça social, pode ser usado como sinônimo de crescimento sustentável, ou seja, incorpora a lógica capitalista de expansão e homogeneidade ressignificando a racionalidade instrumental, pode ser negado pela própria incompatibilidade dos termos e das lógicas contidas neles, etc.

Aqui, pretendo analisar a sustentabilidade no contexto do conflito como uma possibilidade de ampliação das formas de apropriação da natureza, a partir de LEFF (2001a). Segundo esse autor, a questão ambiental faz emergir novos atores sociais que ressignificam os discursos da sustentabilidade “dentro dos valores e interesses que orientam um processo de reapropriação social da natureza”.

Para LEFF (2001a), se a racionalidade econômica e instrumental reduziu a apropriação da natureza a um caráter homogêneo ou o capitalismo penetrou nos interstícios do cotidiano e da subjetividade tornando o mundo marcado por um processo homogêneo e unidimensional, a sustentabilidade propõe uma mobilidade para a construção de uma nova racionalidade social e produtiva, a racionalidade ambiental, a qual pressupõe heterogeneidade e complexidade, incorporando, dessa forma, princípios e valores que não se reduzem a uma lógica de mercado, nem a

uma racionalidade científica que serve de instrumento de dominação da natureza (p.136).

Essa nova racionalidade é composta a partir de uma desconstrução da racionalidade capitalista (instrumental), passando pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns de diversos atores sociais. Se, para WEBER (2002), as ações sociais são orientadas por racionalidades que interagem, assim também é a racionalidade ambiental proposta por LEFF (2001a). Ela é construída mediante a articulação de quatro esferas: *racionalidade substantiva*: é um sistema que define valores e objetivos que orientam a ação social; *racionalidade teórica*: articula os valores da racionalidade substantiva com os valores ecológicos, tecnológicos, culturais, etc. que constituem condições materiais, motivações na construção da racionalidade social e produtiva; *racionalidade instrumental*: cria vínculos entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável; e *racionalidade cultural*: produz a identidade de cada cultura, onde as práticas sociais e produtivas estão em coerência com os recursos naturais (LEFF, 2001a). É a partir dessa racionalidade que se forma o *saber ambiental*.

O saber ambiental pressupõe uma integração de saberes e valores (saberes científicos e tradicionais, conhecimentos práticos e valores éticos) ou uma nova forma de ver o científico e o não-científico. Ou, por outras palavras, “busca o que as ciências ignoram, pois além de desconhecerem os outros saberes, subjugam-nos” (FLORIANI, 2004, p.122). O saber ambiental pode ser entendido como fator de dissenso e permite pensar a complexidade dos saberes no sentido de construir uma racionalidade ambiental contra a racionalidade técnica e instrumental.

A racionalidade ambiental baseia-se no “potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades” (p.61). Para LEFF (2001a), o grande desafio da sustentabilidade é a percepção do ambiente como *potencial produtivo sustentável*, incorporando pensamento complexo numa nova racionalidade social que aglutine a ecologia, tecnologia e cultura com objetivo de gerar um desenvolvimento alternativo.

Portanto, para esse autor, o desenvolvimento sustentável constitui-se como um projeto político e social que aponta para a diversificação, tanto dos tipos de

desenvolvimento quanto do modo de vida das populações, oferecendo assim novos referenciais à democracia, os quais induzem à uma “participação direta das comunidades na apropriação de seus recursos ambientais.” O desenvolvimento sustentável indica, além da necessidade de conservar a diversidade biológica, a valorização da diversidade cultural. (LEFF, 2001a, p.57).

Essa nova ordem seria orientada pela racionalidade ambiental onde haveria diversos valores culturais e o confronto de interesses sociais opostos, permeados por relações de poder, pela reapropriação da natureza e pela gestão dos processos produtivos.

LEFF (2002, 2003) propõe um diálogo de saberes, o qual pressupõe ir além da interdisciplinaridade dos conhecimentos construídos cientificamente, uma vez que, para o autor, a problemática ambiental rompeu o campo dos paradigmas científicos e disciplinares do conhecimento. “A sustentabilidade não é um fim alcançável por uma reintegração interdisciplinar do conhecimento como fundamento de uma gestão científica do desenvolvimento ou pela economização e mercantilização da natureza.” Uma “administração científica da natureza” (LEFF, 2001b) certamente não possibilita um processo de interação para a superação de conflitos sociambientais.

#### Segundo LEFF *et al* (2002)

o princípio do diálogo tem implicado na tolerância de crenças e valores que, mais além do que aceitação da inevitável existência de outros pontos de vista, se expressa com respeito, reconhecimento de sua legitimidade e com boa vontade de entender suas razões [...] o diálogo de saberes adquire novos reflexos nas perspectivas do desenvolvimento sustentável, concebido como uma gestão participativa dos recursos ambientais, pois o que está em jogo não é somente o objetivo de alcançar a verdade através do diálogo [...] O que está em jogo é a resolução de problemas ambientais complexos, mas também a questão de uma reapropriação social da natureza, processo em que confluem diversos atores sociais, cada um com suas identidades e interesses conformados por conhecimentos e saberes diferenciados. (p.506).

O diálogo de saberes num processo de interação é a confluência de conhecimentos e subjetividades diversas, onde *negociar* conflitos não significa utilizar-se da indução e do convencimento de que há uma única forma de apropriar-se da natureza. É preciso, antes, reconhecer a existência dos saberes diversificados para se romper com essa lógica unitária de percepção sobre a natureza, seus



processos e seu potencial. Portanto, o consenso, a negociação, o acordo, nesse sentido, não implicam em dissolução das diferenças culturais e políticas.

No nosso caso, todos os atores envolvidos no conflito socioambiental demonstraram seus objetivos e interesses, embora diversos, convergindo para um Desenvolvimento Sustentável da região, sobretudo no âmbito das práticas discursivas. Embora, tanto a “participação da comunidade” quanto o “desenvolvimento sustentável”, tão explicitados no aparato institucional, sejam conceitos que carecem de uma definição e, desta forma, difíceis de serem apreendidos no caso desse conflito. Afinal, de qual sustentabilidade os atores falam?

Se há objetivos no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e sustentável da região, visando a conservação da biodiversidade, conformem aspiram os atores, essa definição não pode se dar isoladamente, depende essencialmente de um processo de interação. Projetos que comungam as mesmas finalidades não são suficientes para enfrentar o desafio imposto, se os atores realizam um debate “solitário”. Embora esse debate “interno” tenha relevância, apresenta um horizonte limitado, uma vez que se institui a partir da negação do outro.

O diálogo de saberes pressupõe acolher saberes diferenciados que vão além do saber científico, o que possibilitaria novas formas de apropriação da natureza. Tanto as ações quanto os discursos dos atores indicaram que o IBAMA e as ONGs *externas* propõem uma “administração científica da natureza”, uma vez que a natureza deve ser conservada e preservada somente pelo seu valor intrínseco, ignorando-a como objeto de apropriação cultural e simbólica. Dessa forma, o saber técnico sobrepõe-se a outras formas de saber, embora o IBAMA afirme o desejo de uma mudança de mentalidade para a busca de soluções compartilhadas na tentativa de implementar outras formas de desenvolvimento (IBAMA, 2000, p.1). Na verdade pretende “mudar a mentalidade” das comunidades, porém se não refletir e buscar mudanças em sua própria “mentalidade”, esse fator vai ser um obstáculo para um possível diálogo de saberes.

A ciência da conservação não é o único meio de apropriar-se da natureza, a comunidade possui “outros saberes”, conforme vimos, embora os conservacionistas TERBORGH; VAN SCHAIR (2002) defendam que nós não “devemos nos deixar seduzir pelo pensamento de que a promoção do desenvolvimento sustentável irá

resultar, coincidentemente, com a preservação da natureza, porque necessariamente não existe uma ligação entre ambos. A conservação da natureza deve ser encarada como uma questão em separado, orientada por princípios validados cientificamente.” (p.30)

A comunidade e as ONGs *internas*, por sua vez, na medida em que afirmam que “sem a Estrada não há diálogo possível com o IBAMA”, estaria, de certa forma ressignificando uma racionalidade instrumental, pois mesmo ao propor projetos de desenvolvimento que visam a integração do Parque, afirmam e reafirmam que isso só será possível com a existência da Estrada.

Esses projetos não inserem o Parque como potencial produtivo (LEFF, 2001a), uma vez que essa aspiração não contempla a diversidade, não acolhe outros saberes. Parte-se do pressuposto que, a AIPOPEC, ao propor a *Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu*, é representante e aglutindora das concepções dos moradores da região. Ela parte do pressuposto de que quem é habitante do Oeste do Paraná deve ser favorável à reabertura da Estrada.

A partir do exposto observa-se que está indicado claramente o desafio ao qual estão submetidos os atores, principalmente no âmbito das ações: a) o reconhecimento dos próprios limites e, decorrente deste, b) o reconhecimento da diversidade nas formas de apropriação da natureza. Ambos os aspectos, implicam em “reconhecer o outro” no processo de interação; significa reconhecer uma fronteira, passível de ser ultrapassada, na medida em que os espaços de interação traduzirem-se em ações na busca de um projeto de sustentabilidade, de forma a converter essas fronteiras em espaços de aprendizagem.

A aprendizagem em um processo de interação, poderia permitir aos atores uma definição do que significa a integração do Parque Nacional do Iguaçu na região, dentro de bases sustentáveis. A comunidade, por exemplo, afirmou que “não teve saída”, em outro momento histórico quando uma política agrícola e econômica foi implementada, desconsiderando-a enquanto sujeito do processo. Atualmente *podem* fazer escolhas. Porém, as escolhas, necessariamente, implicam em envolver os mais diversos atores na definição do que querem, exatamente, de um importante patrimônio natural – que não pertence somente àquelas comunidades, mas a todos, conforme previsto na Constituição: todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado e, tanto o poder público quanto a coletividade têm o dever de preservá-lo e protegê-lo.

Onde parece não haver escolhas, uma vez que a legislação ambiental se impôs proibindo o uso da Estrada, segundo os moradores, sugiro que há escolhas. Escolhas que deverão ser definidas a partir de um processo de interação, o qual se constrói como projeto a longo prazo e requer muito mais do que a simples disponibilidade dos atores em persuadir o outro ou exigir uma mudança de mentalidade do outro ou, ainda, falar pelo outro, mas apresenta-se complexo, uma vez que exige reconhecer o outro em sua diferença. Processo esse que requer buscar nas diferenças, no dissenso, novas formas de se relacionar com a natureza.

Interessante notar que se a Estrada serve como um elemento explicativo para as comunidades e foi além da importância do Parque no período demarcado aqui, não quer dizer que ele não seja relevante para aquelas comunidades. Os moradores, diante da observação de que eles possuíam muitos argumentos para a defesa da existência da Estrada e praticamente nenhum na defesa do Parque, sentiam-se profundamente incomodados: “Tem que ter o Parque, mas também a Estrada”, diziam. O Parque, portanto, não representa somente “os fundos do município”, conforme afirmou a AIPOPEC (1997). Simbolicamente, está presente no espaço Oeste Paranaense.

Quando tomado a partir da Estrada, representa “os fundos do município”, mas se a referência não está aí, reconhecem seu valor como patrimônio natural, conforme afirmou um agricultor: “ele é uma recordação de como era a região antes da colonização”, portanto pode ser visto como portador de uma memória e de uma história ambiental.

O Parque, por conseguinte, representa um potencial catalisador de vários saberes e subjetividades que poderiam convergir e divergir num processo de interação. A sustentabilidade, que por ser diversa e de difícil apreensão a partir dos atores, é complexa. O conflito nos indica que os atores incorporaram facilmente este conceito nas práticas discursivas, mas revelaram, nas ações, seus limites na construção de novas racionalidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu problematizar questões acerca de dinâmicas sociais em Unidades de Conservação, através da análise da trajetória do conflito socioambiental ocorrido pelo fechamento da Estrada do Colono, em 1986. Na compreensão dessa dinâmica social, priorizaram-se as ações e práticas discursivas dos atores sociais envolvidos, na medida em que instituíram uma trajetória histórico-social para o conflito.

Esse trabalho procurou compreender as ações e as práticas discursivas a partir das posições sociais ocupadas pelos atores, buscando, assim, um “lugar” para as razões (contrárias ou favoráveis à reabertura) que se apresentaram no contexto: históricas, econômicas e ambientais. As razões históricas, utilizadas pela comunidade e ONGs *internas*, colocaram a Estrada numa rede de relações com o discurso fundador, servindo a elas de instrumento para revisitar o discurso fundador de maneira intensa, uma vez que os ditos em defesa da Estrada são também os ditos de “como tudo começou” no espaço Oeste do Paraná.

Esse aspecto é inserido, aqui, como um elemento importante no campo de disputas, por conferir uma diferença fundamental aos atores sociais favoráveis à reabertura da Estrada: a formação discursiva não permite que os sujeitos contrários à reabertura apropriem-se do discurso. Essas práticas discursivas, portanto, legitimam as ações racionais instrumentais e em relação aos valores, conferindo a esses atores (comunidade e ONGs *internas*) um “lugar” fortemente instituído no campo.

Por outro lado, o IBAMA e as ONGs *externas*, ao fazerem uso do discurso científico, vêm-se reforçados em sua autoridade socialmente reconhecida. Daí deriva a legitimidade para suas ações, o que faz com esses atores demarquem também, fortemente, seu “lugar” no campo.

Instituiu-se, assim, um campo onde as posições sociais dos atores delimitam suas disputas, ora através de discursos socialmente instituídos, ora através de ações, porém não independentes.

Procurou-se ainda, neste trabalho, a compreensão da questão ambiental atual, no que se refere à inclusão de um novo ator social nas políticas de gestão em Unidades de Conservação. A realidade local deve ser observada, mas não desvinculada de políticas mais amplas que devem ser contempladas e, conseqüentemente, implementadas. Desta forma, salientou-se a complexidade desse processo, visto que os interesses estão mais numa relação de divergência do que de convergência, demonstrando-se, assim, quão difícil é processar a inserção da comunidade no âmbito das políticas ambientais locais.

Um dos aspectos importantes para salientar essa complexidade é a busca de uma relação de harmonia com a natureza que, ao mesmo tempo que serve de motivo de convergência dos atores, demonstra diversidade de interesses. Ora, as apropriações da natureza não são de modo algum “harmônicas”. Pelo contrário, são essencialmente conflituosas, motivadoras de tensões e contradições, na medida em que essas apropriações revelam-se como estratégias que servem a interesses que multiplicam-se, a fim de reforçar os atores em suas especificidades e assimetrias no campo. Enquanto a uns compete a capacidade de compreender cientificamente a natureza, dotando-a de um caráter autônomo, a outros é possível “ter várias estradas no meio do Parque”<sup>129</sup> para que seja viável conservar a natureza.

A complexidade desse processo reside também no fato de que mudanças são necessárias, tanto nas instituições como na comunidade para que seja possível instituir um processo de interação, pois aí, de fato, residem as verdadeiras possibilidades de inclusão desse novo ator social e de novas formas de apropriação da natureza.

A sustentabilidade surge, nesse processo, como uma das possibilidades de se buscar essa harmonia com a natureza, porém as transformações dos atores mostraram-se limitadas no sentido de implementá-la. O conceito de Desenvolvimento Sustentável pressupõe mudanças nas formas de se relacionar com a natureza, pois aponta para um processo solidário para com as gerações futuras, no sentido de manter e proteger um meio ambiente saudável e equilibrado. No

---

<sup>129</sup> Assim afirmou o Deputado Federal entrevistado ao comentar sobre a Estrada estar diretamente relacionada à conservação do Parque Nacional do Iguaçu.

contexto local analisado, contudo, este desenvolvimento está impossibilitado no âmbito das ações, sendo possível somente no âmbito dos discursos.

De um modo geral, identificou-se como as práticas discursivas em torno do meio ambiente *aparecem e circulam* ou como a questão ambiental construiu uma rede de relações através das práticas discursivas, porém a incipiente produção – para não dizer inexistente – de pesquisas sobre esse aspecto não permitiu, aqui, um aprofundamento de forma a efetivamente analisarmos esse discurso na sua individualidade. Realizou-se, então, uma análise limitada. Embora seja importante salientar que o discurso ambiental, apesar de recente, constitui-se num tema amplo e diversificado, o que poderia ser problema central para outros estudos.

As relações de poder, tanto as advindas dos campos de ações como as das práticas discursivas – tanto através do conceito de BOURDIEU (2001) de *capital social* quanto através de FOUCAULT (1987) na medida em que entende os enunciados como objetos de posse e de desejo, servindo a interesses diversos – aparecem direta ou indiretamente contempladas e poderiam ser aprofundadas a partir desses mesmos autores, através do conceito de *poder simbólico* em BOURDIEU (2001) e da relação estabelecida por FOUCAULT (1987) entre discurso e poder. Isso implicaria, porém, agregar outras categorias de análise e relacioná-las diretamente, por exemplo, com a Estrada como objeto da justiça, analisando o papel do Ministério Público e do próprio Estado, de uma maneira mais ampla, e o quanto esse ator, a partir da própria definição legal do fechamento, exerceu influência sobre os atores, em suas atitudes e práticas discursivas. Este seria mais um tema a ser aprofundado em outro momento.

Outro aspecto não investigado aqui, e que talvez estivesse no contexto das relações de poder, é o interesse na reabertura da Estrada do Colono como um elemento de utilização no sentido de reforçar candidaturas políticas na região. Conforme observado nos jornais da região, as propostas dos candidatos a cargos políticos (prefeito, vereador, deputado) incluíam a reabertura da Estrada como fator importante. Até que ponto esse aspecto não foi responsável pela manutenção do conflito, uma vez que muitos desses candidatos foram eleitos?

A análise centrou-se num dos “epicentros”<sup>130</sup> do conflito, o município de Serranópolis do Iguaçu, onde observou-se que os atores favoráveis à reabertura disseminam idéias consensuais e, portanto, há uma homogeneidade de percepções com relação à Estrada. Certamente essas percepções “ecoam” em todos os municípios, mas talvez sejam evidenciadas outras visões sobre esse tema. Com relação ao discurso fundador, percebeu-se, de um modo geral, que pôde-se fazer uma avaliação mais ampla, mas no que se refere aos argumentos ambientais, qual a relevância desse conflito e como os atores modificaram-se, se incluirmos outras comunidades, inclusive as da região sudoeste, na discussão?

De qualquer forma, o desafio que o conflito indica aos próprios atores que o instituíram é estabelecer um processo de interação na busca de novas formas de gerir o Parque Nacional do Iguaçu e, conseqüentemente, novas formas de relacionar-se com a natureza.

---

<sup>130</sup> O outro epicentro seria o município de Capanema (Região Sudoeste)

## REFERÊNCIAS

### A) FONTES

#### Jornais

Jornal *A Cidade*, de Cascavel

Jornal *Gazeta do Paraná*, de Cascavel

Jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba

Jornal *Mensageiro*, de Medianeira

Jornal *O Paraná*, de Cascavel

#### Folhetos/Folders

AIPOPEC/MAP. Caminho do Colono: você precisa conhecer.

AIPOPEC. Parque Nacional do Iguaçu: caminho do colono, a vida passa por aqui.

#### Estudos/Livros

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-ESTRADA DO COLONO: AIPOPEC. Comentários ao relatório Brant do Ibama, 1998.

\_\_\_\_\_. Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu, 1997.

ANGELI, H.L. *Crônicas do oeste*: história de pioneiros. Edição do autor, 1998.

CLEMENTE, A. *Prejuízos causados pelo fechamento da EC*. AIPOPEC, 1996.

COLOMBO, L.O. *Documentos sobre a revolta de 61*. Serranópolis do Iguaçu, 2001.

DALLO, L. *Estrada do Colono*: a luta de um povo. 8. ed. Francisco Beltrão: Francisco Beltrão Gráfica, 1999.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. *Revista do DER*. Curitiba, jan./mar. 1951.

\_\_\_\_\_. PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Mapa Rodoviário, 2003.

EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER – PARANÁ. Perfil da realidade agrícola 2001. Ano agrícola 2000/2001. Serranópolis do Iguaçu, 2003



FERREIRA, L.M. A estrada do Colono e fragmentação de habitats no Parque Nacional do Iguaçu: politicagem mais que uma questão ecológica. In. MILANO, M.S.; THEULEN, V. (orgs.) *II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. Anais.

GERMER, C. *Prejuízos decorrentes do fechamento da EC: uma análise crítica*. Curitiba, 1999

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Leituras regionais : Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense*. Curitiba : IPARDES: BRDE, 2003.

\_\_\_\_\_. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais*: Sul/IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

MEMÓRIAS de Flor da Serra: 1955 a 1996. Serranópolis do Iguaçu, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL/FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de manejo. Brasília, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Resumo executivo. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Brasília, 1999. Disponível em:

<[http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/planos\\_de\\_manejo/17/html/index.htm](http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/planos_de_manejo/17/html/index.htm)>  
Acesso em: 28 jan.2001

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Ação Emergencial. Brasília, 1994

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS. Instituto Ambiental do Paraná. Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas. ICMS Ecológico por Biodiversidade. Memórias de cálculo e extratos financeiros, por município e por área especialmente protegida (UCs e Outras) referente ao acumulado de Janeiro a novembro de 2000. Curitiba, 2001.

ROCHA, S. B. A "Estrada do Colono" e o Parque Nacional do Iguaçu. IBAMA/DIREC/DEUC/DICRIA. Brasília. Relatório Técnico, 1997

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE. Mesorregião Oeste do Paraná: diagnósticos e perspectivas. Cascavel: Unioeste, 2002

## B) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In. VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs.) *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. P.75-96.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. En: *Ecologia política. Naturaleza, sociedad y utopia. Comp. Alimonda, Hector. Coleccion Grupos de Trabajo de CLACSO*, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad de Buenos Aires, Argentina. Abril de 2002. p.115-135.  
Disponível em: <<http://www.clacso.org>> Acesso em: 12 jan.2003

ALVIN, Z. Imigrantes: a vida dos pobres do campo. In. NOVAIS, F.A.; SEVCENKO, N. (orgs.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

ANDERSEN, S. *A polêmica Estrada do Colono: alternativas via território argentino*. Disponível em: <<http://www.cedempt.com.br/artigo1.htm>> Acesso em: 10 jan. 2004

ARAÚJO, I.L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

ARNT, R.A.; SCHWARTZMAN, S. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo. (1985-1990)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

BALHANA, A.P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C.M. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Paraná Cultural, 1969. p.217

BERGALLO, H.G.; VERA Y CONDE, C.F. O Parque Nacional do Iguaçu e a estrada do Colono. *Ciência Hoje*, ago. 2001

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 27

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987

\_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. Organizado por ORTIZ, R.

BRITO, M. C. W. de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo : Annablume/FAPESP, 2000.

CABRAL, N.R.A.J. ; SOUZA, M.P. de. *Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas*. São Carlos: RiMa, 2002

CALDEIRA, S. Caminho do colono: um projeto multimídia. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/celepar/batebyte/2001/bb116/estagiario.htm>> Acesso em: 22 jun.2003.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C.M. *Atlas histórico do Paraná*. 2.ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988

CONSERVATION INTERNATIONAL. *Our mission*. Disponível em: <<http://www.conservation.org>> Acesso em: 10 jul. 2004

DEAN,W. *A ferro e fogo : a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DELÉAGE, J. P. *História da ecologia: um ciência do homem e da natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

DICIONÁRIO AMBIENTAL. Disponível em: < <http://www.ecolnews.com.br>> Acesso em: 20 jan. 2003.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec,1996.

DOMINGUES, J.M. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

DRUMMOND, J.A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.2, n.3 e 4, jul./dez. 1998 e jan./jun. 1999

FERREIRA, L.da C. Políticas ambientais: criando e acomodando demandas públicas.. In: BARBOSA, S.R.da C.S. (org.) *A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM*. Campinas: Unicamp/NEPAM, 1998a

\_\_\_\_\_. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998b.

FERREIRA, L. da C. et. al. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. *Idéias*, Campinas, v.2, n.8, p.115-149, 2001. p. 117

FIGUEIREDO, G.J..P. de; RODRIGUES, J.E.R. Parque Nacional do Iguaçu em perigo: o episódio da Estrada do Colono. *Revista de Direito Ambiental*, v.11, dez.1997.

FLORIANI, D. *Conhecimento, meio ambiente & globalização*. Curitiba: Juruá, 2004

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3.ed. Forense Universitária, 1987.

FUKS, M. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996.

\_\_\_\_\_. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GUALDA, R. As etapas das políticas ambientais no Brasil. In. *Rio +10 Brasil: uma década de transformações*. Rio de Janeiro : ISER; MMA; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2002.

GURGEL, R. As unidades de conservação, as leis e a ação do ministério público. MILANO, M.S.; THEULEN, V. (org.) *II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. Anais

HANNIGAN, J.A. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Instituto Piaget, 1995.

ITAIPU BINACIONAL. Meio Ambiente. Disponível em <[www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br)> Acesso em 24 out. 2004

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001b

LEFF, E. *et al.* Más alla del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina. In \_\_\_\_\_. *La transición hacia el desarrollo sustentable*. Perspectivas de América Latina y el Caribe. Mexico: PNMA/INE-SEMARNAT/UAM, 2002. p. 479-569

\_\_\_\_\_. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. In: FLORIANI, D.; HEEMANN, A. (orgs). *Desenvolvimento e meio ambiente: diálogo de saberes e percepção ambiental*. Curitiba: Editora da UFPR, n.7, p.13-41, 2003.

LEIS, H.R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis/Florianópolis: Vozes/Editora da UFSC, 1999.

LÉNA, P. Ecogestión y manejo de áreas protegidas em Brasil. Disponível em <<http://www.yachana.org> > Acesso em 25 mar. 2002.

LUNA, S.V. de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.

MELO, M.M. DE; SAITO, C.H. Análise de conteúdo aplicada ao estudo da relação entre unidade de conservação e comunidade, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) – GO. *Anais da XXII Reunião Brasileira de Antropologia*, Brasília, 2000.

MENDONÇA, L. de A. Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú: uma fronteira ambientalista entre Brasil e Argentina. *Anais da XXII Reunião Brasileira de Antropologia*, Brasília, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Fragmentação de ecossistemas: causas e efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Biodiversidade Brasileira. Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 2002.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ORLANDI, E.P. (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993

\_\_\_\_\_. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez / Campinas : Editora da Universidade de Campinas, 1990

PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitex/NUPAUB-USP, 2000.

PIRES, A. J. A cruz como imagem e símbolo na luta pela terra. *GeoNotas*, Maringá, v.2, n.3, jul./ago./set. 1998. Universidade Estadual de Maringá.

REDE NACIONAL PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em <<http://www.redeprouc.org.br>> Acesso em 19 jan.2004

SCHNEIDER, C.I. *Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira* (Oeste do Paraná, 1946-1960). Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 2001

SILVA, M. C. da. *As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1946-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 1984

TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, J. *et al. Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p.25-36

WACHOWICZ, R.C. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982, p. 37

WEBER, M. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo : Centauro, 2002

## **ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO**

**DADOS GERAIS:**

Nome:

Profissão/Ocupação:

Há quanto tempo mora em Serranópolis do Iguaçu:

1. A Estrada existe desde que época? Utilizava-a? Como?
2. Acredita que a vida era diferente com a Estrada aberta? Por quê?
3. Porque manter a Estrada aberta?
4. Que outras formas há de se preservar a natureza?
5. Quais os motivos do fechamento da Estrada?
6. Qual a importância do Parque? É importante morar perto de um parque nacional? Por quê?
7. O Parque pertence à comunidade?
8. Quais os objetivos de um parque nacional?
9. A população tem condições de gerir um parque nacional? Como? Por quê?
10. Como é a relação com o IBAMA? E com as ONGS?
11. O que você diria se a Estrada fosse manejada pelo IBAMA?
12. Que importância tem os filhos e netos conhecerem a floresta original da região?
13. Em praticamente 50 anos a região foi desmatada. Por quê? Como isso ocorreu?
14. Quem você identifica como líder do movimento de abertura da Estrada do Colono?
15. Você participa ativamente das campanhas pró-abertura da Estrada do Colono?
16. O lema da AIPOPEC “caminho aberto para a vida” significa exatamente o que?
17. Porque existe entre os moradores uma unanimidade com relação à abertura da Estrada do Colono?
18. (Para os agricultores) Possui a reserva legal em sua propriedade? Por quê? O órgão ambiental fiscaliza? Que outras atitudes está tomando para preservar o meio ambiente? Por quê?



**ANEXO 2 – RESPOSTA DO SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DO  
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU AO PROJETO ENCAMINHADO**



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
*INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA*  
**PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU**

Ofício nº 012/03 – Área de Conservação e Manejo

Foz do Iguaçu, 09 de Julho de 2003.

**Ilma.Sra.**  
**Tânia Luiza Bonassa**

O projeto de pesquisa, submetido para avaliação do Parque Nacional do Iguaçu, intitulado **Políticas Ambientais e a relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu: o caso da Estrada do Colono**,

- **não foi recomendado** para execução, conforme documento em anexo.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Ivan Baptiston, com o nome impresso abaixo.

**Ivan Baptiston**

Coordenador de Conservação e Manejo  
Setor de Pesquisa -Parque Nacional do Iguaçu

## PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

**Título do Projeto:** Políticas ambientais e a relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu: o caso da Estrada do Colono.

As considerações, foram levadas em conta:

- Prioridades de pesquisa para o PNI;
- Adequação da proposta frente ao Plano de Manejo do PNI;
- Relevância científica;
- Descrição metodológica;
- Qualificação do proponente;
- Exeqüibilidade da proposta;
- Capacidade de contrapartida do parque.

### Conclusões sobre o projeto:

O tema é relevante para o manejo e conservação da UC?

☒ (X) Sim      ☐ ( ) Não

O projeto da forma que está descrito traz contribuições para o Parque Nacional do Iguaçu?

☐ ( ) Sim      ☒ (X) Não

Aprovar o projeto?

☐ ( ) Sim      ☒ (X) Não

Sugere reformulação na proposta?

☒ (X) Sim      ☐ ( ) Não

### Comentários sobre o projeto:

A proposta está confusa, o mesmo ocorre com a forma e o conteúdo do projeto. O leque está muito amplo para a análise, correndo-se o risco de a pesquisa ficar superficial e muito presa ao campo das idéias. Cada um desses temas propostos (relações de conflito, representação social, interação homem-natureza, conceituação de mundo natural, debates sobre a legislação ambiental vigente), dariam por si só uma dissertação de mestrado. Estando todos juntos, como temas centrais para análise, pode-se ter um produto final pouco conclusivo e de pouca importância para os objetivos do PNI.

### Sugestões:

A proposta precisa ser melhor delineada, nos aspectos:

- Metodológicos (se propõe a trabalhar com observação participante, mas no cronograma, cita apenas entrevistas);
- Melhor definição do local de estudo. Num momento ela cita “os municípios lindeiros, mas num dos objetivos específicos, cita apenas Serranópolis.
- Na forma ( clarear a proposta, forma de escrever, mais detalhes);
- Referencial bibliográfico precisa ser melhor explorado.